

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

GUILHERME DE ROCAMORA

SOCIEDADE CIVIL EMPRESARIAL E CAPITALISMO DEPENDENTE NO RIO DE
JANEIRO:

Um projeto da FIRJAN para o estado no século XXI

Rio de Janeiro

2019

GUILHERME DE ROCAMORA

SOCIEDADE CIVIL EMPRESARIAL E CAPITALISMO DEPENDENTE NO RIO
DE JANEIRO: UM PROJETO DA FIRJAN PARA O ESTADO NO SÉCULO XXI

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Escola de Serviço Social da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-
requisito para a obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social.

Orientação: Prof. Dr. Rodrigo Castelo Branco
Santos.

Rio de Janeiro

2019

GUILHERME DE ROCAMORA

SOCIEDADE CIVIL EMPRESARIAL E CAPITALISMO DEPENDENTE NO RIO DE
JANEIRO:

Um projeto da FIRJAN para o estado no século XXI

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Escola de Serviço Social da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-
requisito para a obtenção do grau de Bacharel
em Serviço Social.

Rio de Janeiro, _____, de _____ de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo Castelo Branco Santos (orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Rafaela de Souza Ribeiro (membro interno)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Nívea Silva Vieira (membro externo)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Para meu bisavô Celio Brandão, um eterno curioso (*in memoriam*).

Para todas e todos que constroem, de norte a sul do Brasil, o Movimento por uma Universidade Popular.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família por todo o apoio material e imaterial recebido durante a graduação. Ter tido a possibilidade de me dedicar quase exclusivamente à universidade não foi algo menor, e isso teria sido impossível sem as condições providas pelo trabalho de diversos familiares, principalmente de meu pai Luis Henrique, de minha madrastra Flávia e de minha avó Olga. Por outro lado, o apoio emocional e incentivo de toda a família foram fundamentais nessa trajetória de quase cinco anos, assim como foram ao longo de toda a minha vida. Por isso, sou grato por todo o amor e compreensão, mas principalmente por acreditarem em mim, mesmo em meus momentos mais sombrios. Sem esse suporte, não sei em que rumo me encontraria hoje e esta monografia certamente não seria a mesma. Talvez sequer teria existido.

Adentrando no terreno da Escola de Serviço Social da UNIRIO (ESS/UNIRIO), começo agradecendo ao meu orientador Rodrigo Castelo pelo compromisso e dedicação com que conduziu o processo de orientação deste TCC. O obrigado, de coração, se estende a todo o período em que trabalhamos juntos na Iniciação Científica, processo refletido no conteúdo destas páginas. Foram mais de dois anos de muitos debates, reflexões e amadurecimento intelectual para mim, mas também de conselhos, trocas de experiências, papos *nerds* e boas risadas. Sou muito grato a ele pela confiança, pela atenção, pela seriedade no trabalho, pela ajuda com manter o pé no chão e pela oportunidade de compartilharmos os estudos. O contato com Castelo foi, definitivamente, um divisor de águas na minha formação.

Seguindo a trilha, agradeço às/aos demais docentes com quem tive contato na ESS. Cada professora/or, ao seu modo, contribuiu para o resultado expresso nesta monografia. Gostaria de destacar quatro figuras que assim como Castelo, tiveram um impacto maior na minha trajetória pessoal: a professora Morena Marques, que possibilitou o meu primeiro contato com a extensão universitária; a professora Giselle Souza, de quem fui monitor na disciplina de Introdução ao Serviço Social; a professora Rafaela Ribeiro, com quem trabalhei na organização do minicurso *Gramsci: que bicho é esse?* e a quem devo boas orientações sobre o pensamento do nosso querido marxista italiano; e a professora Carla Sartor, que me acolheu como estagiário no seu projeto de extensão *Crianças na Unirio*.

Ao corpo de técnicos-administrativos da ESS, sou muito grato pelo atendimento sempre solícito. Foram incontáveis as vezes em que fui “salvo” pelo trabalho de Diego, Álvaro e Bruno. O compromisso com uma formação de qualidade para as estudantes transparece em todas as

ações deles. Para além disso, sempre trataram o corpo discente com respeito, ética e empatia. Tenho profunda admiração por esses trabalhadores.

Em relação ao corpo discente da ESS, são diversas as pessoas que contribuíram com a minha formação ao longo da graduação, através de vários momentos - formais e informais - de troca de conhecimento. O risco de cometer injustiças e deixar alguém de fora é alto. Entretanto, irei me arriscar e mencionar alguns agradecimentos a pessoas já graduadas ou ainda na graduação. Começo pela turma que ingressou comigo no curso em 2015.1, em especial Cleyton Jefferson, Lais Olimpio, Edite Alves, Jacqueline Vallejo, Nathália Déda e Rebecca Nora, agregando também algumas pessoas da turma de 2014.2, como Marco Silva e Luana Pereira. Fizemos diversas disciplinas e trabalhos juntos e, para além dos estudos, também criamos bons laços de amizade.

Agradeço às estudantes que participavam do projeto de extensão no Fórum de Saúde do RJ: Isabel Barbosa, Marina Amorim e Raylla André, pelos seis meses de reflexões e prática. Às companheiras e companheiros da gestão “Resistir e lutar: por uma Universidade Popular” (2018-2019) do Centro Acadêmico de Serviço Social Karl Marx, meus sinceros cumprimentos, em especial para Angela Carvalho, Ana Luíza Cavalcanti, Bernardo de Oliveira e Larissa Maria.

Agradeço aos estudantes com quem dividi o trabalho de pesquisa na Iniciação Científica: José Henrique Galdino, Vinícius Ribeiro (então estudante da História e assistente social), Ricardo de Lima e Bárbara Fernandes. Agradeço também a Hugo Mota e Viviane Maia, pelas orientações, conversas e debates.

Cruzando os muros da UNIRIO, agradeço às pessoas que participavam das rodas de leitura do GIEPE - em especial os professores Rodrigo Lamosa e Nívea Vieira -, um dos meus primeiros contatos com o pensamento de Antonio Gramsci. Agradeço também às/aos participantes do grupo de estudos “Capitalismo dependente e ‘questão social’ no Brasil”, espaço do qual participei pouco, mas onde absorvi bons ensinamentos e reflexões.

Como a militância também cumpre um papel na formação, seria impossível deixar de mencionar as trocas fundamentais com os camaradas da União da Juventude Comunista (UJC) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), com quem divido trincheiras de luta e debates coletivos.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento especial para Mariana Bezerra, pelo companheirismo, carinho e pelo amor que compartilhamos. Este trabalho exigiu de mim muito tempo e energia, mas Mariana sempre compreendeu, me incentivou e me apoiou nos momentos difíceis. Agradeço a ela por tornar o meu mundo mais leve e feliz.

“As tendências da reprodução do capital obedecem a modalidades que respondem aos projetos e interesses de alguma classe, fração ou setor das classes dominantes, primordialmente, bem como às alianças e acordos alcançados no bloco no poder e deste com as classes dominadas”.

(Jaime Osorio)

RESUMO

O presente trabalho consiste em um estudo sobre a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) como um aparelho privado de hegemonia das classes dominantes na sociedade civil do estado do RJ. O objetivo foi analisar as iniciativas da FIRJAN para incidir nas diretrizes do Estado e dirigir o empresariado fluminense entre 2006 e 2016, considerando as particularidades do Rio em relação ao capitalismo dependente no Brasil. Centramos nossa análise em dois eixos: como a entidade buscou elaborar políticas relacionadas à estrutura produtiva e à configuração do Estado no RJ, visando ampliar a inserção do Rio de Janeiro na nova divisão internacional do trabalho no bloco histórico neoliberal do capitalismo, fortalecendo a consolidação do padrão exportador de especialização produtiva no RJ; e como a FIRJAN buscou dar respostas à "questão social" a partir da ideologia social-liberal, de modo a legitimar seu projeto para o Rio. O referencial teórico-metodológico utilizado foi o método materialista histórico-dialético.

Palavras-chave: Sociedade civil. Capitalismo dependente. Rio de Janeiro. Neoliberalismo.

ABSTRACT

The present work is a research concerning the Industrial Federation of Rio de Janeiro (FIRJAN) as a private hegemony apparatus of the ruling classes in the state of Rio de Janeiro's civil society. The goal was to analyze FIRJAN's initiatives to affect the State's guidelines and direct Rio's business community between 2006 and 2016, considering the particularities of the state of Rio in relation to Brazil's dependent capitalism. We focused our analysis on two axis: how the institution aimed to elaborate policies related to the productive structure and the State's configuration in the state of Rio de Janeiro, seeking to expand Rio de Janeiro's insertion into the international division of labour in the neoliberal historical block of capitalism, strengthening the exporting standard of productive specialisation in the state of Rio; and how FIRJAN aimed to give answers to the "social matter" based on the liberal social ideology, as a way to legitimise its project to Rio. The theoretical framework reference used was dialectical and historical materialism.

Key words: Civil society. Dependent capitalism. Rio de Janeiro. Neoliberalism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CAPITALISMO DEPENDENTE, PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E A ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XXI	15
2.1 Capitalismo dependente: origem e tendências particulares	16
2.2 Padrão de reprodução do capital e o novo padrão exportador de especialização produtiva na América Latina e no Brasil	25
2.3 O desenvolvimento capitalista no estado do Rio de Janeiro: retomada dos grandes investimentos, auge do ciclo e a sua crise no século XXI	38
3. ESTADO AMPLIADO NO BLOCO HISTÓRICO NEOLIBERAL E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS CLASSES DOMINANTES NO BRASIL	47
3.1 A questão do Estado: de Marx e Engels a Gramsci	47
3.1.1 A teoria do Estado em Marx e Engels	48
3.1.2 - Estado ampliado e política na teoria gramsciana	53
3.2 Aparelhos privados de hegemonia da burguesia no Brasil neoliberal: alguns exemplos de ação política empresarial	59
4. A FIRJAN E O CAPITALISMO DEPENDENTE NO RIO DE JANEIRO: PROJETOS E ASPIRAÇÕES DA BURGUESIA FLUMINENSE NO SÉCULO XXI.....	70
4.1 A sociedade civil empresarial no Rio de Janeiro e as origens da FIRJAN	70
4.2 O <i>Mapa do desenvolvimento</i> de 2006-2015: um projeto social-liberal para o Rio de Janeiro	79
4.3 O <i>Mapa do desenvolvimento</i> de 2016-2025: uma dose reforçada do remédio neoliberal para sanar a crise	88
5. CONCLUSÃO.....	94
6. REFERÊNCIAS	97

1. INTRODUÇÃO

O estado do Rio de Janeiro (RJ) atravessa um drama social, econômico e político. São notáveis as diversas expressões deste quadro. Para citar algumas: o sucateamento da educação pública, com o emblemático caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); a violência cotidiana praticada pela Polícia Militar nas periferias do estado, cujo alvo majoritário é a população pobre e negra; a atuação e fortalecimento de milícias; a prisão por envolvimento em casos de corrupção de ex-governadores (Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão); a crise fiscal, cujo ônus é constantemente transferido para a classe trabalhadora etc.

A situação recente do estado do Rio de Janeiro (RJ) - reiteradamente caracterizada pelo senso comum como “crise” ou “falência” - tem sido alvo de diversos analistas e comentaristas. Múltiplos aparelhos privados de hegemonia, tanto das classes subalternas como das classes dominantes, têm circulado diagnósticos sobre a conjuntura pela qual passa o estado desde 2014/2015. Esses diagnósticos não estão isentos de orientações ideológicas, no sentido cunhado pelo comunista Antonio Gramsci. Para o marxista sardo, as ideologias são concepções de mundo que orientam a prática das classes sociais.

Muitos destes diagnósticos colocam dois aspectos como determinantes da crise do Rio: a má gestão das contas públicas e a corrupção. É inegável que esses elementos são relevantes para a análise da crise, mas os julgamos como insuficientes. Para compreendermos o sentido da crise, precisamos adentrar em determinações mais profundas. O primeiro passo é compreender que o Brasil é um país capitalista dependente, ou seja, inserido de forma subalterna na divisão internacional do trabalho em relação aos centros imperialistas do capitalismo (MARINI, [1973] 2011).

A condição dependente, uma particularidade das formações econômico-sociais latino-americanas, se expressa no desenvolvimento capitalista nas diferentes regiões brasileiras. Deste modo, as tendências estruturais do capitalismo dependente – a saber, as transferências de valor como intercâmbio desigual, a cisão no ciclo do capital e a superexploração da força de trabalho – aparecem através de formas de manifestação específicas conforme as particularidades dos diferentes estados do Brasil.

Para compreender a reprodução do capital em diferentes formações econômico-sociais e sob uma determinada conjuntura, levando em conta as condicionantes do mercado mundial, Jaime Osorio (2012a) propõe a categoria de padrão de reprodução do capital. O autor identifica a existência de três padrões de reprodução do capital na história do capitalismo dependente na

América Latina: o padrão agromineiro exportador, o padrão industrial e o padrão exportador de especialização produtiva.

O padrão exportador de especialização produtiva tornou-se dominante na América Latina a partir da reorganização da divisão internacional do trabalho e do sistema mundial capitalista na década de 1980, com a ofensiva neoliberal, que foi a resposta das classes dominantes nos centros do capitalismo à crise orgânica da década de 1970 (CASTELO, 2013). A principal característica desse padrão é a especialização produtiva das economias nacionais em produtos primários (*commodities*), ou produtos secundários com baixa intensidade tecnológica na sua produção, sendo a produção voltada para a exportação. Neste contexto, há uma tendência de se formarem novos enclaves econômicos na região e reatualizam-se os discursos sobre as “vantagens naturais” e as “vocações” dos países na produção de determinados valores de uso, como petróleo, minérios e bens agrícolas (OSORIO, 2012b, p. 111-113).

A partir de 1999, o padrão exportador de especialização produtiva começa a se consolidar no Brasil (ARUTO, 2019, p. 77-8). Dentre os principais valores de uso exportados pela economia brasileira, temos o minério bruto, a soja, a carne bovina, o petróleo e derivados etc. (OSORIO, 2012b, p. 116). O estado do Rio de Janeiro, particularmente, sofreu profundos impactos com a nova configuração da divisão internacional do trabalho. Do início do século XXI até o ano de 2014, o Rio passou por um ciclo de significativo crescimento econômico, puxado principalmente pelos setores de petróleo e gás, ainda que não exclusivamente.

Todavia, esse ciclo de acumulação entrou em crise com a queda do preço internacional do barril de petróleo, afetando drasticamente o fundo público fluminense devido às perdas dos *royalties* do petróleo e das participações especiais. O resultado foi o profundo estado de decadência pelo qual atravessa o Rio até os dias atuais, com o agravamento de uma série de expressões da “questão social” e com uma crise fiscal, determinada tanto pela queda do petróleo como por uma política econômica focada em isenções fiscais como estratégia de atração de investimentos privados.

Por “questão social”, compreendemos um fenômeno intrínseco da dinâmica de reprodução do modo de produção capitalista, cujo fundamento encontra-se na lei geral da acumulação capitalista, analisada por Karl Marx. Segundo Marx ([1867] 2017, p. 705), a lei geral consiste na tendência da acumulação capitalista produzir uma superpopulação relativa às necessidades de valorização do capital. O resultado é a pauperização absoluta e/ou relativa da classe trabalhadora conforme se aumenta a produtividade do trabalho social.

A classe trabalhadora, então, reage contra sua condição de explorada e subalterna, colocando-se na cena política enquanto uma classe para si. Deste modo, as classes dominantes passam a intervir na “questão social” através de mecanismos consensuais e coercitivos, em uma tentativa de apaziguar as lutas de classe, ainda que seja impossível eliminar este fenômeno nos marcos da ordem burguesa. Nesta abordagem teórica, os fundamentos da “questão social” encontram-se na exploração da força de trabalho pelo capital e na resistência dos trabalhadores (NETTO, 2011). Considerando que a classe trabalhadora no capitalismo dependente é estruturalmente superexplorada, a tendência é o agravamento ainda maior das expressões da “questão social”, assim como o surgimento de novas expressões, de acordo com o padrão de reprodução do capital vigente.

Entretanto, conforme indica Jaime Osorio (2019), compreender o processo de consolidação de um padrão de reprodução do capital remete a identificar as determinações do Estado e da política. Ao mesmo tempo em que determinado padrão de reprodução do capital requer políticas econômicas específicas para a sua operação, a predominância de um padrão pressupõe disputas entre as frações das classes dominantes pela hegemonia do Estado.

Neste ponto, a noção ampliada de Estado de Antonio Gramsci nos oferece uma importante ferramenta metodológica de análise. Para ele, o Estado ampliado compreende a relação orgânica do Estado restrito (sociedade política) com os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil. Com esta abordagem metodológica, conforme propõe Sonia Regina Mendonça (2014), podemos identificar como as classes dominantes se organizam para a manutenção da sua supremacia no Estado em cada formação econômico-social específica.

A análise do Estado ampliado no Rio de Janeiro requer um amplo esforço coletivo de pesquisa. O presente trabalho apresenta apenas uma pequena contribuição: a análise da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) como um aparelho privado de hegemonia das classes dominantes no estado durante o século XXI. Neste sentido, nosso objetivo foi compreender como esta entidade contribuiu para incidir nas diretrizes estatais e nas orientações do próprio empresariado de modo a adequar a estrutura produtiva e o Estado no RJ ao circuito mundial de acumulação capitalista na era neoliberal, ajudando a consolidar o padrão exportador de especialização produtiva no estado e propondo intervenções na “questão social” para garantir a reprodução da ordem burguesa.

A FIRJAN é uma entidade representativa do patronato fluminense, aglomerando sob sua bandeira 102 sindicatos patronais da indústria. Assume o papel de ente defensor dos interesses da burguesia com investimentos no Rio de Janeiro, enquanto parte de um conjunto mais amplo de entidades, denominado Sistema FIRJAN. Sua autodeclarada missão é garantir

“um ambiente de negócios favorável” (FIRJAN, [20--]). Para isso, busca influir nos debates políticos e econômicos, tanto nas esferas municipal e estadual como na federal. A FIRJAN é atualmente filiada à Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e funciona como um braço dos industriais no Rio de Janeiro. Compreendemos, deste modo, que a Federação consiste em um aparelho privado de hegemonia da burguesia.

Focamos nossa análise em dois documentos publicados pela entidade e que materializaram uma vontade coletiva da burguesia para o estado: o *Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2006-2015*; e o *Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025*.

A primeira edição do *Mapa*, influenciada pela ideologia social-liberal, propunha uma série de medidas para a economia e para o Estado fluminense de modo a aprofundar o neoliberalismo no Rio de Janeiro e ampliar a sua inserção subalterna na divisão internacional do trabalho. O documento funcionou como uma bússola norteadora para a ação política do empresariado no RJ. Segundo um balanço realizado pela própria FIRJAN, cerca de 74% das políticas propostas no primeiro *Mapa* obtiveram avanços (FIRJAN, 2015). Dentre elas, a promoção de isenções fiscais, uma das determinações da crise do estado do Rio de Janeiro. Já o segundo documento, publicado após a crise de 2014, compreende um conjunto de medidas supostamente voltadas para a retomada do crescimento econômico, alinhadas com a ofensiva burguesa ultraliberal pós-golpe de 2016, propondo transferir o ônus da crise para a classe trabalhadora.

Dividimos o presente trabalho em três capítulos, excetuando esta introdução e a conclusão. O primeiro capítulo está dividido em três seções. Na primeira seção, discutimos a categoria de capitalismo dependente, a origem histórica dessa forma particular de capitalismo e as suas tendências estruturais, utilizando como aporte teórico a Teoria Marxista da Dependência, em especial produções de Ruy Mauro Marini e Mathias Luce. Na segunda seção, apresentamos a categoria de padrão de reprodução do capital, conforme proposta por Jaime Osorio, e dissertamos sobre a consolidação e as principais características do padrão exportador de especialização produtiva na América Latina e no Brasil. Na terceira seção do primeiro capítulo, discutimos as particularidades do padrão exportador de especialização produtiva no Rio de Janeiro, levando em conta a sua consolidação, o seu auge e a sua crise. Nesta seção, recorreremos a um diálogo crítico com estudiosos da economia regional do RJ, como Bruno Sobral, Floriano de Oliveira, Robson da Silva e José Luiz Vianna.

O segundo capítulo, por sua vez, está dividido em duas seções. Na primeira seção, discutimos a categoria de Estado nas obras de Karl Marx, Friedrich Engels e Antonio Gramsci.

Na segunda seção, iniciamos com um debate sobre a ocidentalização da formação econômico-social brasileira - a partir de Carlos Nelson Coutinho, Virgínia Fontes e Marcelo Badaró Mattos - para, em seguida, apresentar algumas características da relação entre Estado e sociedade civil no Brasil durante o bloco histórico neoliberal, recorrendo a autores como René Dreifuss e Flavio Henrique Casimiro.

O terceiro e último capítulo está dividido em três seções. Na primeira seção, buscamos traçar os antecedentes da FIRJAN e a sua origem como um aparelho privado de hegemonia das classes dominantes no Rio de Janeiro, a partir dos trabalhos de Edgard Carone e Glauco Carneiro. Na segunda seção, analisamos o primeiro *Mapa do desenvolvimento* e seus impactos nas diretrizes do Estado e na economia fluminense. Por fim, na terceira seção, analisamos as propostas da FIRJAN contidas na segunda edição do *Mapa*, tendo em vista a superação da crise a partir da perspectiva de classe da burguesia.

2. CAPITALISMO DEPENDENTE, PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E A ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XXI

Quanto mais cobiçado pelo mercado mundial, maior é a desgraça que o produto causa ao povo latino-americano que com sacrifícios o cria
(Eduardo Galeano, [1971] 2015, p. 93)

As necessidades da acumulação capitalista pautaram as agendas política e econômica para o estado do Rio de Janeiro (RJ) elaboradas pela FIRJAN no século XXI. Para compreender as formulações da entidade e sua inclinação política, é preciso adentrar no campo da crítica da economia política, buscando identificar os principais interesses da burguesia fluminense enquanto classe, assim como os projetos que ela deve empreender para garanti-los.

Como a classe capitalista em sua totalidade, a burguesia fluminense tem um objetivo essencial: a busca incansável pelo lucro, cujo fundamento é a apropriação do mais-valor produzido pelos trabalhadores, visando a reprodução ampliada do capital. Mas esta compreensão por si só é insuficiente para analisar a situação concreta. Precisamos identificar outras determinações e, para esta tarefa, julgamos necessário estudar a configuração do capitalismo dependente na América Latina ao longo do período indicado.

A partir da crise orgânica da década de 1970, a economia mundial capitalista sofre grandes alterações, provocando mudanças no sistema mundial, no padrão de acumulação dominante e no mundo do trabalho, com o advento da mundialização do capital (OSORIO, 2012b, p. 103). Para a América Latina, este processo gerou uma nova inserção na divisão internacional do trabalho, consolidando na região, em meados dos anos 1980, um novo padrão de reprodução do capital: o padrão exportador de especialização produtiva. O Brasil, por sua vez, sofreu uma reorganização da sua divisão nacional do trabalho, redefinindo projetos políticos e econômicos das burguesias locais nos diversos estados da Federação. É neste contexto que devemos pensar sobre o desenvolvimento capitalista no estado do RJ.

Na primeira seção deste capítulo, trataremos de uma discussão teórica de grande importância: o que entendemos como capitalismo dependente e as leis de tendência que operam nesta forma particular de capitalismo. Com isso, podemos visualizar o lugar que ocupa a América Latina no mercado mundial, o que, como buscaremos demonstrar, condiciona as formações econômico-sociais latino-americanas. Em seguida, na segunda seção, dissertaremos sobre o que é padrão de reprodução do capital e as características do padrão exportador de

especialização produtiva na América Latina, assim como suas particularidades no Brasil. Por fim, na terceira seção discutiremos os impactos deste padrão de reprodução do capital na economia fluminense no século XXI, destacando a retomada do crescimento econômico, o auge e a crise deste ciclo.

2.1 Capitalismo dependente: origem e tendências particulares

A origem do capitalismo dependente na América Latina está diretamente relacionada à formação da divisão internacional do trabalho, comandada pela Inglaterra em meados do século XIX. Entendemos como divisão internacional do trabalho a repartição da produção de diferentes valores de uso entre os países que se relacionam no mercado mundial capitalista, gerando uma hierarquia entre eles. O resultado é a consolidação de um sistema mundial entre países capazes de se apropriar de parte do valor produzido em outros e países incapazes de reter este valor (OSORIO, 2012a, p. 76-77).

A partir deste momento histórico, a condição dos países latino-americanos sofre uma mudança de qualidade, em razão de uma série de transformações econômicas, políticas e sociais. Para compreendermos este processo, precisamos nos deter brevemente sobre o período imediatamente anterior a ele: a colônia, em virtude de a consolidação do capitalismo na região ter se dado a partir das bases deixadas por esta época de nossa história¹.

O processo bárbaro da colonização foi responsável por integrar a América Latina à economia mundial. Conforme nos ensina Caio Prado Jr. ([1942] 2011), a colonização das Américas – assim como da África e Ásia - derivou da expansão comercial da Europa, operada através das grandes navegações sob o comando dos então nascentes Estados nacionais modernos e da Igreja Católica. No território latino-americano, criou-se um sistema de monocultura para exportação de bens agrícolas e extração de minérios através da exploração da força de trabalho indígena e negra escravizadas. Os destinos dos bens produzidos eram as metrópoles europeias, detentoras do monopólio comercial.

O sistema colonial foi um fator decisivo para a acumulação primitiva do capital na Europa, conforme identifica Karl Marx ([1867] 2017, p. 821). Segundo o comunista alemão, a acumulação primitiva foi um processo plurissecular de transição do modo de produção feudal

¹ “Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas” (MARINI [1973] 2011, p. 143).

para o modo de produção capitalista no continente europeu. Inaugurada no final do século XV, ela proporcionou as condições para a existência do modo de produção capitalista:

[...] de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho (MARX, [1867] 2017, p. 786).

Por esta razão, Marx caracterizou a acumulação primitiva como o “pecado original” do capitalismo, sendo responsável pela criação das bases para o funcionamento do capital enquanto uma relação social entre trabalhador assalariado livre - livre da gleba e dos seus meios de produção e subsistência - e o capitalista, proprietário dos meios de produção. Ou seja, a acumulação primitiva instaurou os pré-requisitos para que os detentores de dinheiro - a primeira forma de manifestação do capital - encontrassem no mercado uma mercadoria cujo valor de uso é a capacidade de produzir valor, a chave para a valorização do capital: a força de trabalho, produtora do mais-valor, origem do lucro do capitalista (MARX, [1867] 2017, p. 242).

Entretanto, a acumulação primitiva se desenvolveu com o protagonismo da violência mais brutal através de suas formas “idílicas”. No capítulo 24 de *O capital*, tomando como exemplo histórico a Inglaterra, Marx destaca: os cercamentos dos campos para a criação de ovelhas, objetivando o fornecimento de lã para as manufaturas nascentes; os confiscos dos bens da Igreja Católica, dissolvendo monastérios e expulsando os pobres que os habitavam; a usurpação das terras comunais, retirando dos camponeses seus meios de subsistência; e o *clearing of estates*. Essas formas de expropriação da população rural colocaram massas de seres humanos à disposição dos capitalistas industriais nascentes para servirem como força de trabalho assalariada e livre. Após as migrações do campo para a cidade, seguiu-se a criação de uma sanguinária legislação voltada à repressão e disciplinamento para o trabalho do proletariado em gestação.

O sistema colonial encontrava-se dentre essas formas de violência como potência econômica (CASTELO; RIBEIRO; LIMA, 2018). São fartos os relatos que dão substância à essa ideia: o uso do monopólio do comércio por parte dos ingleses para aumento dos preços nas colônias visando a obtenção de lucros exorbitantes, o que provocou epidemias de fome nas Índias Orientais; o massacre de povos nativos nas Antilhas e no México; o sistema de recompensas por escalpos de indígenas na Nova Inglaterra; o sequestro e escravização de jovens nas ilhas Celebes por parte dos holandeses etc. (MARX, [1867] 2017, p. 822-23).

Na América Latina, a colonização iniciou uma longa marcha de expropriação das riquezas naturais, genocídio dos povos nativos e exploração mais brutal sob a forma da

escravidão. Parte desta tragédia, baseada no tripé expropriação-exploração-dominação, foi captada e relatada pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano em sua clássica obra *As veias abertas da América Latina* ([1971] 2015). Neste livro, Galeano apresenta diversos exemplos, como os massacres de povos nativos inteiros e suas respectivas culturas, a barbárie da escravização de indígenas e da população negra, as extrações de prata e ouro através de condições altamente degradantes de trabalho, as consequências nefastas da monocultura de exportação, dentre outros.

Mas, como constatou Marx ([1867] 2017, p. 830), “[...] o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés”, de modo que a colonização cumpriu um papel fundamental para a consolidação do modo de produção capitalista: o amadurecimento do comércio, impulsionando a concentração do capital. As colônias garantiam um mercado para o excedente das mercadorias produzidas pelas manufaturas europeias e as riquezas espoliadas pelos colonizadores assumiram a forma de capital ao atingirem a metrópole (MARX, [1867] 2017, p. 823).

Esse último processo aconteceu principalmente através de duas formas. A primeira foi o sistema da dívida pública, parteiro do sistema internacional de crédito. Este, por sua vez, transferia riquezas dos Estados para os bancos, fornecedores de empréstimos para os capitalistas industriais. A segunda forma foi o sistema protecionista na Inglaterra, alimentado pela tributação, afetando negativamente a renda dos trabalhadores.

Em sua particularidade, a América Latina contribuiu para a acumulação primitiva através do aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamentos via espoliação do ouro e da prata. Esses elementos propiciaram a formação do capital comercial e do capital bancário europeus, tal como sustentaram a manufatura no continente, pavimentando o caminho para a revolução industrial - para a formação da grande indústria - na Inglaterra, a primeira grande potência capitalista do mundo. Vale lembrar que a descoberta do ouro no Brasil durante o século XVIII coincidiu com o auge do período manufatureiro inglês. (MARINI, [1973] 2011, p. 134-35). Trata-se de uma evidência da íntima relação entre o sistema colonial e a gênese do modo de produção capitalista na Europa, de tal forma que a análise não pode isolar estes dois acontecimentos.

Em meados do século XIX, com a conquista da independência formal da América Latina através de processos políticos diversos, há uma mudança de qualidade na inserção internacional da mesma: não mais regida pela égide colonial, a região transita para a condição dependente. Mais especificamente na década de 1840, com o surgimento da grande indústria e a expansão do proletariado fabril, a economia capitalista inglesa passou a demandar cada vez mais

alimentos e matérias-primas. Para garantir sua especialização na atividade industrial, a Inglaterra transferiu progressivamente a responsabilidade de suprir essa demanda à América Latina, comandando a formação de uma divisão internacional do trabalho.

As classes dominantes latino-americanas - em especial as oligarquias latifundiárias - aceitaram a inserção subalterna da América Latina no mercado mundial capitalista em constituição como uma região primário-exportadora, visto que o baixo nível de produtividade no território tornava desvantajosa a disputa com os produtos manufaturados ingleses. A partir da estrutura produtiva e administrativa herdadas da época colonial, essas classes desenvolveram seus projetos de poder, de forma a garantir sua dominação. Assim, delineou-se a primeira divisão internacional do trabalho e consolidou-se, com elementos de continuidade, uma nova relação entre centro e periferia no mundo: a Inglaterra, ditando os rumos da economia mundial, exportava bens manufaturados, enquanto a América Latina, inserida de maneira subordinada nesta relação, exportava bens agropecuários e matérias-primas.

A inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho foi concomitante ao início da transformação das relações sociais de produção na região, de modo que se transitava do escravismo para o assalariamento. Começavam a se constituir as classes fundamentais do modo de produção capitalista: burgueses e trabalhadores assalariados. Este processo de transição ocorreu de maneira desigual nos países da América Latina, mas seu fundamento se encontra, de modo geral, em dois vetores. O primeiro consiste também nas dificuldades de reposição da força de trabalho escravizada com a proibição do tráfico humano, mas principalmente na entrada em cena da lei do valor com a integração ao mercado mundial.

Nas relações de produção escravistas, o trabalhador escravizado aparecia, sob a ótica do capital, como parte dos meios de produção, uma vez que o senhor de engenho o comprava por um custo mais ou menos fixo, determinado pelo mercado do tráfico de seres humanos escravizados. A necessidade de se ampliar a exploração imposta pela integração ao mercado mundial - como veremos em breve - encontra nas relações escravocratas um obstáculo², uma vez que o regime de assalariamento acaba por ser mais rentável para a classe dominante, em razão dos altos custos para reposição de trabalhadores escravizados, que exigia um adiantamento de valor bastante elevado (LUCÉ, 2018, p. 138-39). Não à toa, o assalariamento

² Entretanto, a história da transição para o capitalismo no Brasil apresenta algumas particularidades em relação à universalidade latino-americana. Neste país, é notável como a escravidão, de forma contraditória, não se constituía em um obstáculo para o desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Estas deram-se incorporando a escravidão em formas compósitas, tratando-se de um desenvolvimento desigual e combinado. Sobre essa questão, especificamente no território do Rio de Janeiro, conferir Mattos (2008).

desembarca na América Latina primeiramente nos setores vinculados à exportação, justamente a forma de inserção da região na divisão internacional do trabalho, por onde se espraia a lei do valor (MARINI, [1973] 2011, p. 150).

O segundo vetor extrapola a dimensão econômica para o campo político-militar. Trata-se das lutas e conflitos de interesses externos e internos da sociedade escravocrata que impulsionaram o fim deste regime de exploração/dominação. Por um lado, havia a pressão política e militar da Inglaterra, que buscava novos mercados consumidores para seus produtos. Por outro, houve a luta e resistência dos negros escravizados, assim como as campanhas abolicionistas protagonizadas pelas classes médias e intelectuais (MOURA, [1959] 1981). No Brasil - apesar da abolição tardia da escravidão (1888) -, para além das insurreições populares, destaca-se o fenômeno do quilombo:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. [...] O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate e uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (MOURA, [1959] 1981, p. 87).

O que estava em curso na América Latina era a transição para o modo de produção capitalista. Não iremos aqui debater sobre qual era o modo de produção existente na região antes da ascensão do capitalismo, pois compreendemos tratar-se de um debate em aberto e que foge do escopo do presente trabalho. O que desejamos destacar é como a integração ao mercado mundial aciona o gatilho para as transformações das relações sociais de produção no continente, ainda que cada formação econômico-social apresente suas particularidades.

Todavia, em razão desta integração ter se dado de forma subalternizada, o capitalismo na América Latina não se desenvolveu nos moldes do capitalismo central, dos países normalmente caracterizados por diversos teóricos como “desenvolvidos”. E nem poderia fazê-lo. Isto porque o papel que coube à América Latina na divisão internacional do trabalho posicionou-a no sistema mundial como uma região dependente em relação ao centro dinâmico do capitalismo global; ou seja, cuja economia encontrava-se subordinada aos ditames das economias centrais, provocando constrangimentos para o desdobramento das relações sociais capitalistas nos países latino-americanos. O resultado foi o desenvolvimento de uma forma *sui generis* de capitalismo: o capitalismo dependente (MARINI, [1973] 2011, p. 132).

Para captarmos o sentido da dependência, é necessário conceber o mercado mundial capitalista enquanto uma totalidade, onde diferentes formações econômico-sociais³ se relacionam dialeticamente. A partir deste método, compreendemos que a dependência é uma relação estrutural condicionante das formações econômico-sociais latino-americanas, onde opera a dialética entre as determinações externas à estas economias - uma vez que a dinâmica da economia mundial é ditada pelas economias centrais - que, quando se internalizam, configuram uma forma específica de produção e circulação capitalistas, em síntese com as determinações internas.

Esta forma particular de capitalismo é caracterizada por diversas tendências não encontradas de maneira estrutural nos países de capitalismo central, posto que são frutos da condição dependente. Elas apresentam-se de diferentes formas ao longo da história da América Latina e particularizam o capitalismo na região, expressando o predomínio da tendência negativamente determinada da lei do valor. Ou seja, se o capitalismo, de modo geral, é regido pela lei do valor⁴ - pela troca de equivalentes - o capitalismo dependente tem como especificidade uma “violação” sistemática, reiterada da lei do valor. Isto não significa uma anulação desta lei, mas a sua expressão em uma forma particular de manifestação.

Mathias Luce, em primorosa obra de interpretação da Teoria Marxista da Dependência, sintetiza três tendências específicas ao capitalismo dependente, apreendidas através das seguintes categorias teóricas: a transferência de valor como intercâmbio desigual; a cisão no ciclo do capital; e a superexploração da força de trabalho (LUCE, 2018, p. 229-30).

A transferência de valor como intercâmbio desigual - ou troca desigual - é a tendência de haver uma incongruência entre a magnitude do valor produzido pelas economias dependentes e do valor apropriado por elas, em razão da “sangria” estrutural de valor para os centros dinâmicos do capitalismo. De acordo com Marini ([1973] 2011, p. 144), a inserção subordinada da América Latina no mercado mundial lhe pôs à mercê de mecanismos utilizados

³ Por formação econômico-social, compreendemos a “[...] formação do capitalismo em unidades político-econômicas e territoriais limitadas. [...] deve considerar as relações econômico-políticas existentes nessas unidades e nos agrupamentos humanos que tais relações constituem, assim como os processos que o capital teve e tem de levar a cabo para estabelecer sua ordem, as soluções alcançadas e os conflitos abertos” (OSORIO, 2012a, p. 40).

⁴ A lei do valor é uma lei de tendência do modo de produção capitalista. Trata-se da tendência das mercadorias serem trocadas por seus valores equivalentes - o mesmo tempo de trabalho médio socialmente necessário para a sua produção. Entretanto, nas relações de troca concretas, a lei do valor aparece mediada pelos preços de produção e preços de mercado, de tal sorte que há suspensões temporárias da troca de equivalentes, quando os preços não equivalem aos valores das mercadorias. O valor da mercadoria opera, na realidade, como um “[...] centro pelo qual flutuam os preços, explicando/determinando, portanto, essa flutuação” (CARCANHOLO, 2017, p. 16), através da mediação do preço de produção.

pelos países imperialistas para transgredir a troca de equivalentes, provocando uma não-identidade entre a produção e a apropriação de valor no capitalismo global.

Há múltiplas formas através das quais a transferência de valor das economias dependentes para as imperialistas opera. Marini ressaltou a deterioração dos termos de intercâmbio - que pode ser constatada por um reiterado déficit na balança comercial dos países dependentes -, provocada pela forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias no intercâmbio entre nações que trocam mercadorias de distintas esferas da produção, como manufaturas e matérias-primas:

[...] o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras [as nações que produzem bens manufaturados] iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem (MARINI, [1973] 2011, p. 145).

É importante destacar que há uma diferença entre a transferência de valor entre nações que produzem mercadorias da mesma esfera da produção (manufaturas-manufaturas, por exemplo), onde essa transferência se dá em razão da apropriação do mais-valor extraordinário, e entre nações que produzem mercadorias de distintas esferas da produção (manufaturas-matérias-primas, por exemplo), onde a “sangria” de valor ocorre devido à transgressão da lei do valor. Esta fuga de valor para o exterior, por sua vez, exigirá das burguesias latino-americanas a criação de mecanismos de compensação para garantir taxas de lucro aceitáveis, como veremos em breve.

Para além da deterioração dos termos de intercâmbio, Luce destaca também outras formas de transferência de valor como expressões do intercâmbio desigual: o serviço de dívida (remessas de juros); as remessas de lucros, *royalties* e dividendos; a apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais (LUCE, 2018, p. 51).

A cisão no ciclo do capital, ou o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas, consiste na tendência de haver uma ruptura entre as distintas fases do ciclo do capital nas formações econômico-sociais dependentes. Na origem do capitalismo dependente, devido à realização das mercadorias produzidas pelos principais eixos dinâmicos das economias latino-americanas se dar no mercado externo, o consumo individual da classe trabalhadora - a maioria da população - não se fez necessário para a valorização do capital, diferentemente do que ocorreu no desenvolvimento do capitalismo nos países centrais (MARINI, [1973] 2011, p. 155-57).

Produziu-se, assim, uma cisão entre as esferas do mercado externo e do mercado interno. A falta de importância do consumo individual dos trabalhadores da região para a reprodução do capitalismo dependente, por sua vez, possibilitou a ampliação da exploração sobre a força de trabalho e provocou uma segunda forma de cisão no ciclo do capital: a separação entre as esferas alta e baixa do consumo interno na América Latina. O mais-valor não acumulado apropriado pelos capitalistas gerou uma demanda por produtos suntuários suprida pela importação, cuja contraface é a sina do consumo altamente restrito dos trabalhadores:

A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá origem, portanto, a uma estratificação do mercado interno, que também é uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera “baixa”, onde se encontram os trabalhadores - que o sistema se esforça por restringir -, se baseia na produção interna, a esfera “alta” de circulação, própria dos não trabalhadores - que é aquela que o sistema tende a ampliar -, se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação (MARINI, [1973] 2011, p. 157-58).

A cisão no ciclo do capital pode apresentar diferentes formas, de acordo com o padrão de reprodução do capital vigente⁵. Por exemplo, com o advento do processo de industrialização na América Latina, a cisão reaparece sob a forma da fixação do mais-valor extraordinário no setor de bens de consumo suntuários. Em outras palavras, o mais-valor relativo não se generaliza para o conjunto da economia, uma vez que industrialização não ocorre de forma orgânica - ou seja, sem o espraiamento da ampliação da produtividade para os setores produtores de bens de consumo necessário (LUCE, 2018, p. 119). O resultado é a tendência a se ampliar o tempo de vida suntuário das mercadorias produzidas na América Latina, cindindo mais uma vez o consumo em duas esferas contrapostas (MARINI, [1973] 2011, p. 170).

Por fim, a superexploração da força de trabalho, o fundamento do capitalismo dependente, consiste na tendência de haver uma “violação” estrutural do valor da força de trabalho⁶ nessas formações econômico-sociais. Dito de outro modo, negam-se estruturalmente as condições para repor adequadamente o desgaste da força de trabalho no processo de produção. Esta violação pode ocorrer seja através de um dispêndio de força de trabalho superior ao que o trabalhador deveria proporcionar em condições normais, provocando assim o esgotamento prematuro da mesma, seja através da negação ao trabalhador da possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho conforme as condições normais vigentes (MARINI, [1973] 2011, p. 149-50).

⁵ Trataremos sobre a categoria de padrão de reprodução do capital na segunda seção deste capítulo.

⁶ O valor da força de trabalho corresponde ao valor dos bens necessários para a sua reposição, para a reprodução do trabalhador em condições aptas para o trabalho (MARX, [1867] 2017, p. 245).

A superexploração, possibilitada em grande medida pela existência de um enorme exército industrial de reserva⁷, foi o mecanismo de compensação criado pelos capitalistas das economias dependentes frente às transferências de valor para as economias imperialistas. A cisão no ciclo do capital - ou seja, o papel menos significativo que cumpre o consumo individual do trabalhador no capitalismo dependente - possibilitou a ampliação da exploração sobre a força de trabalho, de modo que, para garantir taxas de lucro aceitáveis, o capital atenta contra o trabalho necessário, seja se apropriando do fundo de consumo, seja atacando o fundo de vida do trabalhador, apropriando-se de anos de trabalho futuros.

Luce, avançando nos estudos sobre a superexploração, aponta a categoria de “valor normal”⁸ para indicar as condições normais para a reposição do desgaste da força de trabalho em um dado momento histórico. O valor normal consiste no tempo de trabalho socialmente necessário nas condições vigentes remunerado sob a forma do salário; o elemento histórico e moral do valor da força de trabalho no contexto social analisado; a expectativa de vida nas condições médicas e sanitárias vigentes; os limites legais da jornada de trabalho; o tempo de vida laboral (LUCE, 2018, p. 169). Podemos afirmar que a superexploração ocorre quando constatamos o desrespeito reiterado à essas condições, quando observamos a violação estrutural do valor normal da força de trabalho.

O autor identificou quatro formas de manifestação da superexploração da força de trabalho na realidade concreta: a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor (ataque ao fundo de consumo do trabalhador); o aumento da jornada de trabalho para além dos limites legais; o aumento da intensidade do trabalho para além das condições normais (ataques contra o fundo de vida do trabalhador) e o hiato entre o valor histórico-moral da força de trabalho e a remuneração da mesma, que na realidade é um desdobramento da primeira forma (LUCE, 2018, p. 178). Ao longo da história da dependência, essas formas podem aparecer imbricadas umas com as outras. Somente as análises concretas de situações concretas permitem identificar como a superexploração opera na realidade social latino-americana.

⁷ Segundo Marx, o exército industrial de reserva consiste em um contingente populacional que constitui parte da superpopulação relativamente excedente às necessidades de valorização do capital, criada pela própria dinâmica da acumulação capitalista. Essa parcela da população constitui uma reserva de força de trabalho desempregada funcional à acumulação capitalista, posto que está à disposição para eventuais necessidades de contratação por parte do capital e por regular os salários dos trabalhadores empregados (MARX, [1867] 2017, p. 707-13). No capitalismo dependente, particularmente, um grande exército industrial de reserva é um dos mecanismos que possibilitam a superexploração da força de trabalho.

⁸ Segundo Luce, o valor normal “reflete um patamar histórico, com limites acomodados pela dinâmica reprodutiva do capitalismo e conquistados pela classe trabalhadora e o movimento operário dentro da luta de classes” (LUCE, 2018, p. 169).

Esta é, em linhas gerais, a nossa compreensão sobre o capitalismo dependente e o fenômeno da dependência. Seguindo a linha de raciocínio desenvolvida no início da presente seção, onde apontamos o papel que a colonização da América Latina cumpriu para a acumulação primitiva do capital na Europa, gostaríamos de destacar a função que o capitalismo dependente latino-americano exerceu para o desenvolvimento capitalista na Inglaterra, nas origens do mercado mundial, a fim de indicar a profunda imbricação do “desenvolvimento” dos países centrais com o “subdesenvolvimento” latino-americano⁹.

Os produtos primários produzidos na América Latina através da superexploração da força de trabalho cumpriram a importante função de garantir uma reserva de alimentos e matérias-primas baratas no mercado mundial, auxiliando na redução do valor da força de trabalho na economia inglesa e impulsionando a sua especialização em produtos manufaturados. A dependência latino-americana foi fundamental para garantir a transição do eixo de acumulação baseado no mais-valor absoluto para o baseado no mais-valor relativo na Inglaterra, onde passou a predominar a ampliação das taxas de lucro via aumento da produtividade do trabalho, através da redução do valor real da força de trabalho. Esta é a dialética da dependência, a contradição fundamental da economia mundial: de um lado, superexploração da força de trabalho e suas consequências draconianas para a classe trabalhadora latino-americana; do outro, extração de mais-valor baseada principalmente na ampliação da produtividade do trabalho no centro do capitalismo (MARINI [1973] 2011, p. 140).

Como *status* condicionante das economias latino-americanas, a dependência conforma o sentido do desenvolvimento capitalista em *nuestra America*. Mas as formas assumidas pela dependência variam ao longo da história. Para compreendermos a forma através da qual se manifesta a dependência latino-americana e brasileira no século XXI, precisamos fazer uso de uma importante categoria de análise: o padrão de reprodução do capital.

2.2 Padrão de reprodução do capital e o novo padrão exportador de especialização produtiva na América Latina e no Brasil

A categoria padrão de reprodução do capital, conforme proposta por Jaime Osorio, tem como objetivo analisar os padrões comportamentais do capital ao longo do seu processo de

⁹ Como bem constata Milton Pinheiro (2013, p. 18), “não existe capitalismo em um só país”. É necessário compreender o sistema capitalista mundial enquanto uma totalidade integrada.

valorização em uma formação econômico-social específica e sob uma dada conjuntura. Assim, através dos esquemas de reprodução do capital e da análise das distintas fases do seu ciclo, busca-se identificar, em um território delimitado e em um dado momento histórico, tendências das formas assumidas pelo mesmo, como a origem do financiamento dos processos produtivos; as formas de exploração da força de trabalho; de onde provêm os meios de produção utilizados; as patentes tecnológicas empregadas; os principais valores de uso produzidos; os mercados de realização das mercadorias produzidas; a repartição do mais-valor entre as distintas frações do capital, e assim por diante (OSORIO, 2012a, p. 40-1).

Em suas pesquisas, o autor identificou a existência de três padrões de reprodução do capital no território latino-americano: o padrão agromineiro exportador (1840-1920); o padrão industrial, este possuindo duas etapas, a internalizada e autônoma (segunda metade dos anos 1930 até meados de 1950) e a de integração ao capital estrangeiro (dos anos 1950 até meados dos anos 1970); e o padrão exportador de especialização produtiva (de meados dos anos 1980 até a atualidade) (OSORIO, 2012a, p. 78).

Como bem salienta o teórico da dependência, é possível identificar nas análises concretas a convivência simultânea entre diferentes padrões de reprodução do capital. Segundo ele, a tarefa científica é apreender qual padrão encontra-se dominante na formação-econômico social em questão durante o período determinado, subordinando os demais padrões. Também destaca a importância de se levar em conta que a crise de um padrão e a ascensão de outro não é um processo imediato, mas pressupõe períodos mais longos ou mais curtos de transição (OSORIO, 2012a, p. 78). É também função do/a pesquisador(a) analisar as condições que levaram à derrocada de um padrão de reprodução e a decolagem de outro.

A predominância de um padrão de reprodução do capital, por sua vez, é construída através de processos políticos e econômicos, com determinações externas às formações econômico-sociais dependentes (configuração do sistema mundial e da divisão internacional do trabalho, por exemplo), em síntese com as determinações internas (os projetos de poder das classes dominantes locais e a resistência dos trabalhadores, por exemplo). Para além disso, diferentes padrões requerem distintas formas de intervenção do Estado na vida social, através de políticas econômicas, políticas sociais, repressão de grupos opositores ao projeto hegemônico etc. Ou seja, a consolidação de um padrão de reprodução pressupõe disputas pela supremacia estatal por parte das classes sociais e entre as frações do próprio capital.

Não há espaço no presente trabalho para uma análise pormenorizada de todos os padrões de reprodução do capital na América Latina. Propomos aqui uma breve passagem pelos dois

primeiros padrões, para em seguida nos determos sobre o atual padrão dominante, o padrão exportador de especialização produtiva, assim como suas particularidades no Brasil.

O padrão agromineiro exportador já foi tratado, em alguma medida, na seção anterior, ao discutirmos as origens do capitalismo dependente. Foi o primeiro padrão de reprodução do capital na América Latina e inaugurou-se com a integração da região ao mercado mundial, em meados da década de 1840, com a consolidação da primeira divisão internacional do trabalho. Sua principal característica é a produção de produtos agropecuários e minerais para a exportação. A cisão no ciclo do capital neste padrão se manifestava pela ruptura entre os mercados interno e externo, assim como a divisão entre as esferas alta e baixa do consumo - a primeira satisfeita via importações de produtos suntuários, enquanto a segunda via uma restrita produção interna -, o que possibilitou a inauguração de um regime de superexploração da força de trabalho.

A predominância deste padrão não significou ausência de indústrias na América Latina. Na particularidade brasileira, por exemplo, já na segunda metade do século XIX - mas principalmente a partir do final da década de 1880 - houve o funcionamento de algumas indústrias no território do Rio de Janeiro, que abrigava o embrião do padrão industrial no Brasil (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2018). Todavia, o eixo dinâmico da economia permanecia sendo o setor primário-exportador, de modo que o padrão agromineiro exportador manteve-se dominante até a década de 1920.

O padrão industrial possui duas etapas. A sua primeira etapa, chamada internalizada e autônoma, só foi possível de ser realizada em alguns países da América Latina; justamente naqueles onde o processo de industrialização germinou nas últimas décadas do século XIX. “O substrato dessa nova configuração foi a existência de uma produção industrial local voltada para o mercado interno, com a presença de uma fração burguesa industrial afirmando sua hegemonia e a conseqüente modificação da atuação estatal” (LUCE, 2018, p. 219). Esta etapa vigorou entre os anos 1930 até o início dos anos 1950.

O processo de industrialização autônoma teve condições de vigorar em razão de uma conjuntura externa bastante específica, marcada por sucessivas crises no mercado mundial desde o início da Primeira Guerra Mundial (1914) e encontrando o seu auge na crise de 1929. Isto possibilitou a alguns países latino-americanos, como o Brasil, adotarem um modelo de substituição de importações. Todavia, apesar de perder hegemonia, a produção primária para exportação não desapareceu, pois era o setor responsável por gerar divisas internacionais. Para além disso, este modelo continuava a depender das importações, agora de equipamentos e bens intermediários para subsidiar o processo de industrialização (TAVARES, 1978, p. 32-4).

A etapa internalizada e autônoma foi capaz de garantir um afrouxamento dos laços da dependência, mas não a sua ruptura. De fato, houve uma atenuação da superexploração, com ampliação da participação do consumo individual dos trabalhadores, de tal forma que a cisão no ciclo do capital parecia caminhar para o fim. É importante destacar a relação deste processo com o ascenso das lutas operárias de massa na América Latina, combinando as lutas do sindicalismo tutelado pelo Estado e do sindicalismo com autonomia classista (LUCE, 2018, p. 181). Resumidamente, as transformações concretas dessa etapa nas economias latino-americanas foram:

aumento da participação da indústria de transformação na composição setorial do PIB, aumento da produção de bens-salário (bens de consumo necessário), aumento da participação do investimento interno (privado e estatal) na formação bruta de capital fixo (taxa de investimento), redução conjuntural do volume de transferências de valor no mercado mundial, aumento da participação da massa salarial no valor da transformação industrial (LUCE, 2018, p. 219).

Entretanto, a industrialização internalizada e autônoma se esgotou no final dos anos 1950, quando teve início a segunda etapa do padrão industrial: a de integração ao capital estrangeiro. Neste momento, o mercado mundial já estava reconfigurado após a sua crise, sob a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA). Este país passou por uma mudança na sua política externa, inaugurando uma nova fase do imperialismo, cuja marca era a expansão das multinacionais estadunidenses para a periferia do capitalismo (CASTELO, 2013, p. 162).

Os monopólios imperialistas encontravam-se com abundância de valor excedente. A busca por aplicação no exterior, principalmente através de investimentos externos diretos (IED) no setor secundário, tornava-se um imperativo para a acumulação monopolista. A América Latina, por sua vez, era um mercado propício para receber capitais estrangeiros, já que a crescente industrialização colocava a necessidade de se produzir máquinas para subsidiar a produção industrial, pois a importação de bens intermediários e de capital já não era suficiente para satisfazer essa demanda.

Por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas no centro do capitalismo mundial através do avanço tecnológico possibilitou às nações imperialistas - principalmente os EUA - a exportação do maquinário obsoleto para a periferia do sistema. Deste modo, os EUA capitanearam a consolidação de uma segunda divisão internacional do trabalho, onde etapas inferiores da produção industrial eram designadas às economias latino-americanas, enquanto as etapas mais avançadas, com uso de tecnologia de ponta, eram realizadas nas economias centrais (MARINI [1973] 2011, p. 166-67).

Sob o signo da etapa de integração ao capital estrangeiro do padrão industrial, a dependência se reproduziu com uma nova forma, assim como as suas contradições. As tendências fundamentais do capitalismo dependente se manifestaram através de crescentes transferências de valor para os países imperialistas via remessas de lucros, *royalties* e dividendos e do serviço da dívida. A cisão no ciclo do capital se repôs com a fixação do mais-valor extraordinário na produção de bens suntuários, engendrando uma nova divisão entre a esfera alta e a esfera baixa do consumo e garantindo a manutenção da superexploração da força de trabalho (LUCE, 2018, p. 220). Contudo, o padrão industrial entrou em declínio na década de 1970, em razão da crise orgânica no sistema mundial capitalista.

A crise orgânica nos escritos carcerários de Antonio Gramsci aparece em contraposição às chamadas crises conjunturais: aquelas são “relativamente permanentes”, enquanto estas se apresentam como ocasionais e “quase acidentais” (GRAMSCI, 2017 - C13, §17, p. 37). As crises orgânicas do capitalismo têm início quando as “contradições insanáveis” de uma determinada estrutura¹⁰ não podem mais ser apaziguadas pelas forças políticas, ideológicas e culturais hegemônicas no bloco histórico¹¹ então vigente. Neste contexto, abrem-se janelas históricas para grandes transformações sociais, sejam para conservar a ordem capitalista ou superá-la.

Segundo Rodrigo Castelo (2013, p. 185), a crise orgânica da longa década de 1970 foi a combinação de uma crise de hegemonia no sistema mundial, inaugurada pelos Movimentos de 1968 e pelas disputas anti-imperialistas na periferia do capitalismo, com uma crise de superprodução e de queda da taxa de lucro¹². Para enfrentar esta crise, as classes dominantes elaboraram uma nova estratégia para ampliar as taxas de lucro e garantir a sua supremacia frente

¹⁰ Sobre as metáforas de estrutura e superestrutura na tradição marxista, vale remeter às palavras de Karl Marx ([1859] 2008, p.49): “[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”.

¹¹ Estamos de acordo com Castelo, para quem o conceito de bloco histórico na obra carcerária gramsciana “[...] diz respeito à articulação da estrutura e da superestrutura de uma totalidade historicamente determinada, entendida por Gramsci como uma conjunção de fatores objetivos e subjetivos, materiais e imateriais, como a economia, política, cultura, artes etc.” (CASTELO, 2013, p. 58).

¹² “As crises no capitalismo nada mais representam do que uma produção excessiva de capital frente às suas possibilidades de valorização e/ou manutenção da lucratividade obtida até aquele momento. Produz-se capital em demasia em todas as suas formas, seja na forma mais perceptível, a forma monetária, mas também na forma produtiva (meios de produção) e na forma mercadoria. Essa superprodução de capital frente a suas possibilidades de valorização se traduz na queda da taxa de lucro que, por sua vez, desestimula novos investimentos, levando a crise enquanto inflexão do crescimento a um processo cumulativo de recessão/depressão” (CARCANHOLO, 2010, p. 2).

aos subalternos. O resultado foi a ascensão do neoliberalismo como projeto societário hegemônico no mundo, ainda que a sua implementação nas diferentes formações econômico-sociais apresente particularidades.

A crise do bloco histórico fordista-keynesiano na década de 1970 provocou uma série de transformações na economia, na ideologia e na cultura das sociedades capitalistas, consolidando-se no novo bloco histórico neoliberal. A reestruturação produtiva; a crise do movimento comunista e do movimento operário como um todo - intensificada após o fim da União Soviética (URSS) -; a ascensão das ideologias pós-modernas; o processo de mundialização financeira; a reconfiguração do padrão de dominação imperialista; a reorganização da divisão internacional do trabalho; a refuncionalização do Estado para a acumulação capitalista e para a reprodução da força de trabalho... são todos elementos que marcam essa nova era.

Como ideologia, o neoliberalismo foi formulado na década de 1940 na Europa, enquanto vigorava a hegemonia keynesiana no âmbito da condução da política econômica e o Estado - ao menos no continente europeu - intervia significativamente nas expressões da “questão social” através de políticas sociais. Era o auge do modelo societal conhecido como *welfare state*. Na contramão da época, Friedrich Hayek - expoente do pensamento neoliberal - defendia a superioridade do sistema de livre concorrência mercantil em relação à regulação estatal, apesar de reconhecer que o Estado tem um importante papel na criação de leis para garantir a manutenção da propriedade privada e a liberdade para os agentes econômicos (CASTELO, 2013, p. 218). Nas palavras de Perry Anderson (1995, p. 9), esta ideologia consistia em “um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. Os primeiros ideólogos do neoliberalismo, organizados na Sociedade de *Mont Pèlerin*, tomavam a desigualdade social como um valor positivo para a sociedade, atacando diretamente o Estado-providência.

Todavia, o neoliberalismo só encontrou terreno fértil para a sua implantação décadas após a sua formulação original, justamente com a eclosão da crise orgânica em 1970. Seu “remédio” proposto para sanar a crise foi

manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram

imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas (ANDERSON, 1995, p. 11).

A primeira experiência de implementação do neoliberalismo ocorreu na América Latina, durante o governo ditatorial de Augusto Pinochet no Chile, com auxílio de economistas tecnocratas estadunidenses. Este país funcionou como um laboratório para as práticas neoliberais, onde foram aplicadas medidas clássicas de seu receituário, como aumento das taxas de juros, controle na emissão de moeda e processos de privatização (CASTELO, 2013, p. 224-25).

Já nos centros do capitalismo, a ascensão ao poder de projetos neoliberais ocorreu com as eleições de Margaret Thatcher na Inglaterra (1979) e Ronald Reagan nos EUA (1981). Nas terras britânicas, praticamente todas as medidas do “remédio” neoliberal foram aplicadas, ainda que o desmonte das políticas sociais não tenha sido efetivado plenamente. Nos EUA, entretanto, apesar da redução de impostos em favor dos altos rendimentos, elevação das taxas de juros e repressão às greves, a austeridade fiscal típica do neoliberalismo não foi respeitada.

O choque de juros estadunidense, por sua vez, teve grande impacto nos países de capitalismo dependente. Estes países haviam contraído grandes empréstimos a taxas de juros negativas durante as décadas anteriores, de modo que a elevação das taxas de juros gestou uma crise da dívida pública. As condições de manutenção do padrão industrial na América Latina estavam se esgotando com a ofensiva neoliberal.

Através dos seus respectivos Estados e de agências multilaterais, os rentistas exigiram medidas ortodoxas de política econômica dos países da periferia, visando conduzir a acumulação capitalista mundial conforme os seus interesses. A hegemonia do capital portador de juros é umas das principais características do bloco histórico neoliberal, dado que a resposta das classes proprietárias para a crise orgânica passou pela consolidação de um novo padrão de acumulação financeirizado, com crescente aumento da importância do capital fictício (COSTA, 2013, p. 32).

A mundialização do capital com a ofensiva neoliberal foi o pano de fundo da emergência do padrão exportador de especialização produtiva, de acordo com Osorio (2012a, p. 103), pois a nova estratégia das classes dominantes reconfigurou o sistema mundial e a divisão internacional do trabalho. A nova organização da produção capitalista mundial passou a ter como característica a descentralização territorial das fases das cadeias produtivas ao redor do globo - sempre em busca de países capazes de oferecer os incentivos adequados para a

ampliação das taxas de lucro (como baixos salários ou isenção de impostos) - sob o comando dos *holdings* oligopolistas com hegemonia das finanças e sob a lógica especulativa:

Os grupos oligopolistas terceirizariam e subcontratariam uma vasta rede de pequenas e médias empresas que operariam a produção material de mercadorias, enquanto as grandes empresas da *holding* ficariam responsáveis pelas operações de finanças, planejamento, *design*, comercialização etc. Grande parte dos satélites das empresas-rede estaria localizada na periferia do mercado mundial, onde os salários e os custos ambientais são mais baixos e a sindicalização dos trabalhadores locais é menor do que nos países centrais (CASTELO, 2013, p. 211).

Deste modo, se articulou uma terceira divisão internacional do trabalho. Aos centros do capitalismo, coube a produção de serviços e bens de alta tecnologia. Para a Ásia, transportaram-se diversas indústrias manufatureiras - com destaque para a China, principalmente a partir dos anos 2000. A América Latina, por sua vez, passou por um processo de especialização produtiva, seja em produtos primários como matérias-primas e alimentos (as famigeradas *commodities*) - cuja demanda foi enormemente ampliada pelo crescimento asiático - seja em produtos secundários com baixa intensidade tecnológica na sua produção - ambos os tipos com a produção voltada para a exportação -, seja em alguns serviços, como o turismo. Neste contexto, há uma tendência de se formarem novos enclaves econômicos na região e reatualizam-se os discursos sobre as “vantagens naturais” e “vocaçãõ” dos países na produção de determinados valores de uso, como petróleo, minérios e bens agrícolas (OSORIO, 2012b, p. 111-113).

O padrão exportador de especialização produtiva tem como seu principal dinamizador o capital estrangeiro, atuando através de empresas transnacionais e de investimentos externos diretos - para os quais a privatização de empresas públicas serviu como uma mola propulsora - , fixando na América Latina fábricas (normalmente montadoras) integradas às cadeias produtivas globais. Constata-se também a presença de um forte capital nacional no agronegócio, no comércio, na indústria alimentícia e nas telecomunicações, cuja centralização aumentou a partir da falência de diversas empresas nacionais na década de 1980, devido à crise do padrão industrial. Às empresas estatais, de número reduzido pelas privatizações, coube atuar nas áreas de mineração, eletrônica e energia elétrica (OSORIO, 2012b, p.106-111).

No âmbito da produção de *commodities*, as empresas transnacionais são responsáveis pela oferta do pacote tecnológico utilizado nos processos produtivos. Essas empresas controlam a circulação dos produtos pela junção da venda do pacote tecnológico às compras da produção, assim como definem as zonas de produção nas economias que disponibilizam dotação de suas terras (ARUTO; GOMES JUNIOR, 2016). Isso evidencia o grau de articulação entre o capital estrangeiro e o capital nacional no novo padrão, mas com a dominância do primeiro. A

burguesia latino-americana, mais uma vez, demonstra-se subserviente aos interesses do imperialismo, supondo-se a integridade dos seus ganhos.

Uma das consequências da ascensão deste novo padrão é o fim da industrialização como um projeto autônomo na América Latina. Isso não significa a destruição completa das indústrias, permanecendo com relevância em países como Brasil e México, mas o seu reposicionamento subalternizado na economia em relação aos novos eixos dinamizadores da reprodução do capital. Outra importante consequência é o impacto nocivo para o meio-ambiente provocado pelo padrão exportador de especialização produtiva, devido à própria natureza dos processos extrativistas e do agronegócio (OSORIO, 2012b, p. 104-6).

O novo padrão também reproduziu as tendências fundamentais do capitalismo dependente. A cisão no ciclo do capital apareceu em uma nova divisão entre mercado interno e mercado externo, visto que os principais bens produzidos são destinados a mercados localizados no exterior, reduzindo a importância dos assalariados locais para a realização dessas mercadorias. A superexploração, por sua vez, ampliou-se nessas condições, pois a deterioração dos salários e a ausência de benefícios sociais constituem uma das vantagens comparativas que permite a concorrência dos setores dinamizadores do padrão nos mercados internacionais (OSORIO, 2012b, p. 123-24).

A América Latina, enquanto uma totalidade composta por diversidades, possui uma universalidade que dá sentido a todas as singularidades que a integram. Entretanto, ao descermos o nível de abstração para os países componentes da região, identificamos uma série de elementos particulares à essas formações econômico-sociais. É sob essa perspectiva que devemos tratar a inserção do Brasil na terceira divisão internacional do trabalho: a universalidade latino-americana se expressa nas terras brasileiras com uma forma específica, à qual a análise precisa abarcar.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro durante o período em que o padrão industrial predominou na região possui uma especificidade em relação aos demais países da América Latina. Na etapa de integração ao capital estrangeiro deste padrão, nossa formação econômico-social atingiu um novo patamar de inserção no sistema mundial. Entre as décadas de 1960 e 1970, o Brasil consolidou-se como um subcentro do capitalismo mundial, assumindo a forma de um país de economia subimperialista. Isso não significa, todavia, uma ruptura com a condição dependente.

Luce, a partir de um estudo rigoroso da obra de Ruy Mauro Marini, afirma que uma formação econômico-social dependente atinge o patamar subimperialista quando podemos observar as seguintes características: “(I) composição orgânica média do capital (etapa dos

monopólios e do capital financeiro), (II) esquema tripartite de realização do capital (Estado, mercado externo e consumo suntuário), (III) hegemonia no sistema regional de poder e (IV) cooperação antagônica com o imperialismo” (LUCE, 2011, p. 14).

No Brasil, o aumento da composição orgânica nacional do capital, sob o contexto da atração de investimentos financeiros externos na década de 1970, ampliou a necessidade de se buscar novos mercados para a realização das mercadorias produzidas - majoritariamente bens suntuários que, conforme vimos, era o subdepartamento que concentrava o aumento da produtividade e impulsionava a industrialização latino-americana. Para lidar com esse problema, as classes dominantes e o Estado articularam um projeto geopolítico de hegemonia brasileira sobre os demais países na região do Cone-Sul. Consolidou-se, assim, o subimperialismo brasileiro, cujo parque industrial era significativo ao ponto de posicionar o país dentre os 10 maiores produtores de automóveis do mundo (LUCE, 2011, p. 10). Isto já evidencia uma particularidade do Brasil frente a América Latina como um todo: o desenvolvimento de um processo de industrialização significativo, conferindo um peso em destaque à economia brasileira. Talvez este elemento, em alguma medida, justifique a persistência de algumas indústrias no país, mesmo com as profundas transformações operadas a partir da inserção do Brasil na terceira divisão internacional do trabalho.

As transformações deflagraram-se com a elevação das taxas de juros por parte dos EUA durante a ofensiva imperialista da década de 1980. Esta medida foi um golpe em cheio na economia brasileira, que passou a sofrer com uma crise da dívida externa - estatizada pela ditadura empresarial-militar - e, por consequência, uma estagflação, já anunciando a derrocada do padrão industrial no Brasil. Neste contexto, Os setores exportadores se fortaleceram através de subsídios e incentivos do Estado, passando também a aplicar seus recursos no Tesouro Nacional, tornando-se credores da dívida pública (ARUTO, 2019, p. 65). Há, durante a década de 1980, uma política deliberada de ampliação das exportações brasileiras, tendo como marcos o Projeto Carajás e a concessão de subsídios à produção agropecuária (OLIVEIRA, 2008, p. 108).

A grave crise econômica da “década perdida” será a justificativa utilizada pelos representantes da burguesia na sociedade política para implementar o neoliberalismo no Brasil, adotando medidas típicas do seu receituário, como privatizações, reformas administrativas no Estado brasileiro, a instauração de uma política de geração de *superávit* primário através de um ajuste fiscal, a liberalização financeira, abertura comercial e elevação da taxa de juros. A contrarreforma do Estado entrou em marcha no Brasil, a fim de adequar o capitalismo brasileiro

aos novos ditames da economia capitalista mundial com a hegemonia do capital portador de juros (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

O ajuste neoliberal atingiu fortemente a indústria nacional. Este teve início principalmente a partir do Plano Real de Itamar Franco (1994) e se intensificou nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), engendrando um período de recessão econômica no Brasil. Estas medidas se aprofundaram no final da década de 1990, quando o governo do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) adotou como medida sacra de política econômica - e que foi mantida pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que os sucederam - o chamado tripé macroeconômico: câmbio flutuante, austeridade fiscal e metas de inflação, sob a tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI), órgão do imperialismo (BEHRING, 2017, p. 10).

O resultado da implementação do neoliberalismo foi uma transformação profunda na economia brasileira: ampliação da vulnerabilidade externa e aumento da participação do capital estrangeiro; crescimento da dívida pública e aumento da valorização pelo mercado financeiro, em razão da queda dos rendimentos produtivos; e desintegração das cadeias produtivas frente à abertura comercial (ARUTO, 2019, p. 70).

A partir de 1999, a economia capitalista brasileira caminhou para uma especialização produtiva centrada na exportação de *commodities*, incentivada pelo aumento da demanda e dos preços desses produtos no mercado mundial com o crescimento da China no início da década de 2000 (ARUTO, 2019, p. 77-78). Uma vez consolidada a nova inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, há o esgotamento do padrão industrial e a ascensão do padrão exportador de especialização produtiva no país.

A estrutura produtiva da nação voltou-se cada vez mais para a produção de produtos agropecuários e minerais para exportação - orientada pelas vantagens naturais disponíveis em cada região -, acrescentando-se algumas atividades industriais. A renda diferencial da terra, obtida através da produção de *commodities* como a soja, o milho e o petróleo em terras brasileiras, tornou-se um mecanismo fundamental para a obtenção de um lucro extraordinário para os capitalistas que atuam nestes setores, sendo apropriada também por capitalistas de outros setores vinculados a estes. Pode-se dizer que a renda diferencial da terra aparece como uma propulsão para a ampliação da produção agrícola e mineral, aparecendo como uma vantagem comparativa do Brasil para a competição no mercado mundial (ARUTO, 2019, p. 190-95). Assim, setores do capital exportador, como o agronegócio e a indústria extrativa mineral, ganham força no Brasil durante o bloco-histórico neoliberal.

Devido à renda diferencial da terra, o Brasil passa por um expressivo período de crescimento econômico, chegando a atingir o posto de sexta maior economia do mundo em 2012 (JUSTUS, 2012). Todavia, este fenômeno só foi possível em uma conjuntura externa imensamente favorável, com os preços das *commodities* nas alturas no mercado mundial. Trata-se, na realidade, da afirmação da dependência brasileira, posto que o crescimento da nossa economia se encontra condicionado pelos ditames dos centros do capitalismo mundial. Quando o ciclo se reverte no âmbito internacional, o impacto chega, mais cedo ou mais tarde, até nós.

Segundo Osorio (2012b, p. 116), em 2007, os principais valores de uso exportados pela economia brasileira em relação ao total de exportações eram “produtos de mineração, como o minério de ferro (6,6%); petróleo bruto (5,6%); derivados do petróleo (4,4%); produtos do agronegócio, como soja (4,2%); aves confinadas (2,7%); carne de gado bovino (2,2%); café (2,1%); e produtos industriais, como aeronaves (3%), veículos automotivos (2,9%) e autopeças (2%)”. Houve algum grau de diversidade dos bens produzidos em relação aos demais países da América Latina, assim como a persistência de um setor industrial significativo, ainda que com peso reduzido em relação à época do padrão industrial.

Os danos ambientais provocados pelas principais atividades produtivas do padrão exportador também apareceram no Brasil. No caso da produção de soja, a ampliação do cultivo prosperou às custas da destruição de habitats naturais no Cerrado brasileiro, assim como incrementou a emissão de dióxido de carbono para a atmosfera (WWF, 2011). A mineração de ferro, por sua vez, resultou em duas catástrofes criminosas protagonizadas pelas empresas Samarco e Vale S.A.¹³: os rompimentos das barragens de Mariana (G1, 2019) e Brumadinho (PITOMBO, 2019), respectivamente, no estado de Minas Gerais.

Esta nova configuração do capitalismo no Brasil tem sido tratada na cena política contemporânea por algumas organizações políticas e intelectuais tradicionais como um processo de desindustrialização e reprimarização. A solução seria combatê-lo via um novo projeto nacional de desenvolvimento. A justificativa utilizada é a de que a atual forma do capitalismo brasileiro beneficia somente rentistas e frações do capital vinculadas à produção de *commodities*, em detrimento do “Brasil que produz e do Brasil que trabalha”¹⁴.

¹³ Ressaltamos que as tragédias não estão inteiramente desconectadas, vide que a Samarco é uma empresa controlada por dois grandes monopólios do ramo, sendo um deles a própria Vale S.A., detentora de 50% das ações da Samarco (VEJA, 2015).

¹⁴ Fazemos referência às diretrizes para um programa de governo propostas pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) durante os debates eleitorais na eleição para Presidência da República em 2018, encabeçadas pela chapa de Ciro Gomes e Kátia Abreu (PDT, 2018a); assim como às falas reproduzidas pelo candidato à Presidência deste partido durante sabatinas, debates e entrevistas (PDT, 2018b).

No nosso entendimento, tais enfoques analíticos - atualizações da ideologia nacional-desenvolvimentista - apesar de evidenciarem importantes elementos da nossa realidade, não dão conta da determinação que é a condição dependente do Brasil no sistema mundial e das características das nossas classes dominantes - seus projetos e aspirações. A fração industrial da burguesia - ao menos a que atua no estado do Rio de Janeiro, nosso enfoque neste trabalho -, principal sujeito político dessa suposta retomada do papel da indústria de transformação no desenvolvimento nacional, parece pouco interessada em um projeto como este. Pelo contrário, aceita, como buscaremos demonstrar no terceiro capítulo desta monografia, o neoliberalismo e a posição subalterna do Brasil no mercado mundial desde que seus lucros sejam garantidos.

Em relação às transferências internacionais de valor do Brasil para os países imperialistas, Pietro Aruto destaca uma nova manifestação da deterioração dos termos de intercâmbio, em razão da estrutura produtiva brasileira possuir uma composição orgânica do capital abaixo da média mundial devido à reversão do processo de industrialização dependente. Outra forma através da qual operam as transferências de valor é o pagamento dos serviços da dívida pública, que ganha centralidade para a acumulação sob hegemonia rentista na era neoliberal (ARUTO, 2019, p. 76-80).

Durante os anos 2000, nos governos petistas, mesmo com a promoção de uma política de aumento real do salário mínimo e a implementação de políticas sociais focalizadas para enfrentar algumas expressões da “questão social”¹⁵, a superexploração da força de trabalho persistiu, evidenciando o seu caráter estrutural. Luce, realizando uma crítica à teoria apologética do surgimento de uma “nova classe média”, afirma que a superexploração reproduziu-se no Brasil com novas formas, uma vez que o aumento do salário mínimo promovido não chegou perto do necessário para dar conta das necessidades básicas de reprodução da força de trabalho.

O autor identificou outras formas de superexploração vigentes no Brasil neoliberal, como a ampliação da jornada de trabalho para além dos limites legais instituídos; o aumento de acidentes de trabalho, expressando a ampliação da intensidade do trabalho para além das condições normais; e o endividamento das famílias visando a obtenção de bens que passaram a compor os elementos histórico-morais do valor da força de trabalho, mas os quais os rendimentos da classe trabalhadora não eram capazes de abarcar (LUCE, 2013).

¹⁵ Nunca é demais destacar que essa política foi tolerada pela burguesia por conta do brutal crescimento econômico diante de uma conjuntura atípica do capitalismo mundial.

2.3 O desenvolvimento capitalista no estado do Rio de Janeiro: retomada dos grandes investimentos, auge do ciclo e a sua crise no século XXI

A economia do estado do RJ sofreu enorme impacto com a reconfiguração da divisão internacional do trabalho. Por um lado, a crise do padrão industrial no final da década de 1970 afetou de maneira especialmente drástica a acumulação capitalista fluminense. Por outro, as novas requisições do mercado mundial, especialmente a partir da década de 2000, possibilitaram um ciclo de crescimento econômico significativo puxado principalmente pelos setores de petróleo e gás, ainda que não exclusivamente.

O território que hoje compreende o estado do RJ possuiu destaque em termos econômicos, políticos e culturais durante diversos momentos da história do Brasil. Em meados do século XVIII, a transferência da capital administrativa da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro transformou a província em uma importante região portuária. Com a chegada da família real, seguida pela elevação do Brasil à condição de Reino Unido à Portugal em 1815 - transformando o RJ na capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves -, a província passa por um profundo desenvolvimento urbano e demográfico (SILVA, 2007, 93-4). Gradualmente, o território se consolidou como um centro administrativo, comercial, financeiro e agroexportador do Império, abarcando também algumas manufaturas (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2018, p. 6).

Durante o padrão agromineiro exportador, o Rio de Janeiro possuía um papel fundamental na dinâmica econômica do Império brasileiro. Com a inserção do Brasil na primeira divisão internacional do trabalho, o café passou a ser a principal mercadoria exportada pelo país. Na primeira metade do século XIX, o Vale do Paraíba, região propícia para o plantio cafeeiro, se tornou um polo fundamental de produção deste produto, produzido através da exploração da força de trabalho negra escravizada. Ao mesmo tempo, a condição portuária do RJ assumia importância cada vez maior para a economia imperial.

O município neutro - a capital do Império - consolidou-se como uma praça mercantil cuja função não se reduzia ao escoamento dos produtos agrícolas produzidos no interior. Na realidade, a principal mercadoria trocada nos portos cariocas eram seres humanos negros escravizados e comercializados. O comércio de pessoas escravizadas, ainda que fosse proibido desde 1831, foi impulsionado pela demanda por força de trabalho relacionada ao crescimento da agricultura do café:

Mesmo com a proibição, continuou-se o contrabando de escravos africanos pois, além de atuarem como força produtiva, o comércio ilegal era uma das

principais fontes de lucro mercantis na região. Ou seja, além das taxas brutais de exploração do trabalho escravo, a acumulação de excedentes na região continuou vigorosa com as transações ilegais do tráfico negreiro (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2018, p. 7).

Para além dessas atividades, houve o desenvolvimento de algumas indústrias no território, principalmente através da ação de comerciantes vinculados à produção cafeeira. Os capitalistas industriais nascentes passaram a investir excedentes obtidos com a circulação do café em indústrias, com destaque para a têxtil, de alimentos, de bebidas e metalúrgica. Estes estabelecimentos industriais, por sua vez, apresentavam formas compósitas de exploração da força de trabalho, combinando a exploração de trabalhadores assalariados livres com trabalhadores negros escravizados dentro dos mesmos espaços de trabalho (MATTOS, 2008). O desenvolvimento da indústria no Rio de Janeiro acentua-se ainda mais com o *boom* da Bolsa de Valores em 1888, processo que ficou conhecido como Encilhamento (LOBO, 1978), tornando o RJ, já em 1889, detentor de 57% do capital industrial brasileiro (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 59).

Durante o predomínio do padrão industrial, o território permanecia importante em termos de indústria, ainda que tivesse perdido o posto de estado mais industrializado do país para São Paulo. É importante lembrar que a partir do governo Vargas foi instalada no Rio de Janeiro a sede da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O território abrigava também a Cia. Vale do Rio Doce e a Fábrica Nacional de Motores (FMN) (OLIVEIRA, 2008, p. 93). Apesar de perder o protagonismo como centro dinamizador da economia nacional, o estado não era irrelevante para o novo padrão de reprodução do capital que se consolidava no Brasil.

Já na década de 1950, o RJ recebeu grandes investimentos públicos provenientes da criação de empresas estatais sediadas no Distrito Federal, como a Petrobrás, a Eletrobrás e o BNDES. Na segunda metade da década, houve investimentos na indústria naval e têxtil, assim como a inauguração da Refinaria Duque de Caxias (Reeduc) - instalação da Petrobrás - em 1961, alcançando o peso do estado nos setores siderúrgico e químico em relação ao total nacional (OLIVEIRA, 2008, p. 94).

Com a transferência da capital para Brasília e, por consequência, a criação do estado da Guanabara (correspondente ao atual município do Rio de Janeiro) em 1960, a dinâmica econômica do ex-Distrito Federal sofreu abalo em um dos seus principais vetores: os investimentos do governo federal. A solução definida pelas classes dominantes locais para contornar este problema foi a fusão com o antigo estado do Rio de Janeiro em 1975, dando origem ao atual estado do RJ como conhecemos. A burguesia industrial fluminense, organizada tanto no Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) como na Federação das Indústrias do Estado

da Guanabara (FIEGA), posteriormente unificados no Sistema FIRJAN¹⁶, teve papel ativo neste processo (OLIVEIRA, 2008, p. 96-101).

Ao longo da década de 1970, o recém criado estado do Rio de Janeiro recebeu volumosos investimentos provenientes do governo federal, em razão da política promovida pela ditadura empresarial-militar de aceleração do crescimento da indústria de insumos básicos e bens de capital através do endividamento externo (etapa de integração ao capital estrangeiro do padrão industrial) via o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), já com o capitalismo monopolista consolidado no Brasil pela ação do Estado ditatorial (IANNI, [1981] 2019, p. 75). Neste contexto, Floriano José de Oliveira (2008, p. 103-6) destaca a predominância de crescimento “dos setores de material de transportes, metalurgia, química, têxtil e de produção de alimentos”.

Contudo, a forma como se configurou a industrialização dependente no RJ desaguou em uma profunda crise econômica devido à ofensiva imperialista na década de 1980, com o choque de juros promovido pelos EUA. A crise do padrão industrial brasileiro afetou drasticamente o Rio de Janeiro, uma vez que a capacidade de investimento do Estado sofreu grande redução:

[...] a economia industrial do estado sofre de uma forma um pouco mais crítica do que os demais estados que tinham boa base industrial, devido, sobretudo, a uma estrutura produtiva que cresceu associada às demandas e investimentos por parte dos governos centrais (OLIVEIRA, 2008, p. 112).

Para as classes dominantes locais, a retomada dos lucros no estado era uma preocupação essencial. Essa operação, entretanto, passava por adequar a economia do RJ aos novos ditames do capitalismo mundial, aos quais o Brasil encontrava-se submetido. Diante da mundialização do capital, da liberalização financeira e da formação da terceira divisão internacional do trabalho, engendrou-se uma verdadeira guerra fiscal entre os países e, dentro do Brasil, entre os estados da Federação, a fim de atrair investimentos de capitais estrangeiros para seus territórios.

Através de uma série de isenções fiscais¹⁷, o RJ foi capaz de atrair indústrias do ramo automobilístico - como a *Volkswagen* e as *Peugeot-Citröen* - que se instalaram no Médio Vale do Paraíba no sul fluminense. Isto ocorreu principalmente a partir de 1995, quando a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi total para essas empresas (OLIVEIRA, 2008, p. 148). Através do fundo público, o Estado retornou a impulsionar a acumulação capitalista no RJ.

¹⁶ Trataremos sobre a FIRJAN em maior detalhe no terceiro capítulo desta monografia.

¹⁷ Compreendemos as isenções fiscais como uma forma de apropriação dos recursos do fundo público para a acumulação privada de capital.

Por outro lado, a ampliação da demanda mundial por *commodities* como o petróleo, via expansão chinesa, aumentou o preço deste bem no mercado mundial, principalmente a partir de 2003. Neste momento, a extração *offshore* de petróleo e gás na Bacia de Campos, localizada no norte fluminense e já operante desde o final da década de 1970, assumiu o papel de principal motor do novo ciclo de acumulação que se desencadeou no Rio de Janeiro, impulsionando uma atração de investimentos principalmente para o município de Macaé. Entre 2000 e 2015, a produção de petróleo na Bacia de Campos cresceu 66% em volume físico (SILVA, 2017, p. 352). Neste contexto, o estado, assim como os municípios produtores, passou a receber volumosos *royalties* e participações especiais vinculados à exploração do petróleo:

Quase como a outra face da moeda, o campo das finanças se tornou um dos pilares de sustentação da chamada economia do petróleo no estado, em razão do papel que as compensações financeiras têm exercido nos cofres do estado e dos municípios de alguma forma impactados pelo setor. Como amplamente estudado, essas compensações - os *royalties* e as participações especiais - rapidamente se tornaram componente de grande importância para as finanças públicas locais (SILVA, 2017, p. 349).

O posicionamento geográfico estratégico do RJ também foi largamente aproveitado frente às novas tendências do capitalismo. A sua histórica função de porto escoador de produtos para o exterior foi repaginada sob o padrão exportador de especialização produtiva: os portos do Rio assumem um importante papel para a reprodução do capital no Brasil, funcionando como canais para a exportação das *commodities* produzidas no país. A principal evidência disso foi a construção do Complexo Industrial e Portuário do Açu¹⁸, que consiste em:

[...] um megaporto que pode receber super navios de até 320 mil toneladas de carga. Opera com exportação de minério de ferro, oriundo do estado de Minas Gerais, que chega ao porto através de um mineroduto de 525 km de extensão - considerado o maior do mundo - atravessando 32 municípios de 3 estados [...] Estão previstas as construções de um Corredor logístico, com ferrovia e rodovia próprios, e entroncamentos rodoviários e ferroviários que o tornarão um escoadouro de alguns dos principais centros produtores de *commodities* do país (CRUZ et al., 2016, p. 11).

Em 2010, a Firjan lançou um documento intitulado Decisão Rio, indicando a previsão de investimentos públicos e privados totais de R\$ 126,3 bilhões de reais no RJ para os três anos subsequentes. Os focos dos investimentos eram: exploração de petróleo; construção do Complexo do Açu; construção da usina nuclear de Angra 3 no sul fluminense; investimentos em logística na região de Sepetiba (onde se localiza o porto de Itaguaí); e na construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) (FIRJAN, 2010). Isto evidencia a

¹⁸ Entretanto, a função portuária do estado não se resume ao Complexo do Açu. Destacam-se também os portos de Itaguaí e do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2010, p. 14).

centralidade que as atividades econômicas vinculadas ao novo padrão exportador de especialização produtiva assumiram para a acumulação capitalista no RJ.

A partir do exposto, podemos enumerar alguns dos principais impactos da nova divisão internacional do trabalho para o padrão de reprodução do capital no RJ:

1) A produção de *commodities* para exportação, com ênfase no petróleo e gás, ganha centralidade para a reprodução do capital, estes estando dentre os principais valores de uso produzidos no território do Rio de Janeiro. Neste sentido, o RJ seguiu a tendência nacional, mas o impacto no estado foi superior ao impacto no Brasil: na estrutura do valor de transformação industrial (VTI) do RJ, as *commodities* ocupavam, em 2007, 65,7% do total. Já o percentual no total da economia brasileira era de 43,4% (SOBRAL, 2017a, p. 413). Acrescentam-se algumas outras atividades industriais de destaque para a reprodução do capital, como a produção de automóveis, de bebidas, produção gráfica, de biocombustíveis, derivados do petróleo e construção naval (SOBRAL, 2017a, p. 408). Para além disso, o posicionamento geográfico do RJ e sua infraestrutura portuária reforçaram a sua função de escoador marítimo de mercadorias frente à nova inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho.

2) Do ponto de vista territorial, ampliou-se a importância do interior do estado para a reprodução do capital, por conta das principais atividades para o novo padrão de reprodução do capital estarem localizadas no interior. Este processo foi tratado teoricamente na área da Economia Regional como uma desconcentração produtiva (SILVA, 2012). A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) - com exceção do município de Duque de Caxias, em razão deste abrigar o Polo Gás-Químico -, por sua vez, experimentou uma especialização em atividades terciárias, como serviços e comércio. Neste sentido, houve uma tendência à formação de novos enclaves econômicos vinculados às principais atividades dinamizadoras do novo padrão no RJ.

3) A ampliação da produção petrolífera foi acompanhada por um aumento do peso das exportações no estado. Entre 2000 e 2010, a participação do RJ no total de exportações do Brasil passou de 3,3% para 9,9%. Em 2010, as exportações representavam 10% do Produto Interno Bruto (PIB) fluminense, sendo 74,7% do total de exportações do estado referentes à produtos primários, majoritariamente do grupo de produtos Energético (74,6%), cujo impulsionamento se deu principalmente pelo aumento da exportação de petróleo bruto (PEREIRA; MACIEL, 2012, p. 31-41).

No que tange aos impactos ambientais, a singularidade do RJ seguiu, com as devidas mediações, a particularidade do novo padrão na América Latina: no Norte fluminense, a pesca artesanal foi gravemente afetada pela exploração petrolífera. O Complexo do Açú, por sua vez,

provocou a destruição completa de áreas destinadas à preservação. Por outro lado, o empreendimento do Açú não se deu sem uma violenta dose de expropriação dos trabalhadores de suas condições de existência, através da expulsão de várias famílias de pequenos produtores agrícolas que antes ocupavam a região do Distrito Industrial do Complexo (CRUZ et al., 2016, p. 11).

Mesmo com a crise mundial do capitalismo em 2008 e uma queda no preço do barril de petróleo em 2009, o ciclo de acumulação perdurou e atingiu o seu auge em 2012. Neste ano, o preço do barril de petróleo chegou a quase US\$ 110 (ARUTO, 2019, p. 193). O Rio de Janeiro permanecia surfando nessa onda. Na versão de 2012-2014 do Decisão Rio, a Firjan previu o montante de R\$ 211,5 bilhões em investimentos no estado, com destaque para os setores de petróleo e gás, construção naval¹⁹, energia, siderúrgico, automobilístico e de infraestrutura. Este último setor recebeu um destaque acentuado, devido à promoção de obras vinculadas à logística, reforçando o papel estratégico do RJ para o capital como um escoadouro de mercadorias através de seus portos. A construção do Arco Metropolitano, que liga o Porto de Itaguaí a Itaboraí, é um exemplo disso. Segundo a Firjan (2012), o plano seria transformar o Rio de Janeiro em um grande centro logístico para o Brasil e para o mundo. Na realidade, um grande centro logístico para o capital.

O otimismo por parte da burguesia e de seus intelectuais em relação ao ciclo de crescimento econômico no RJ encobre o fundamento deste processo de acumulação: a superexploração da força de trabalho. Não cabe aqui uma análise pormenorizada da superexploração no estado, mas façamos alguns apontamentos. Segundo um relatório publicado pela Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), o rendimento mediano real efetivamente recebido do trabalho principal da população economicamente ativa na RMRJ durante o ano de 2012 foi um pouco acima de R\$ 1.400,00 (CEPERJ, 2016, p. 109). Este foi o ano que apresentou o maior valor deste indicador no estado desde 2003. Entretanto, o valor do Salário Mínimo Necessário (SMN) - o principal indicador para analisar a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor no Brasil (LUCE, 2018) - daquele ano oscilou entre R\$ 2.295,58 e R\$ 2.617,33 (DIEESE, 2019). O SMN indica o valor necessário para dar conta das necessidades básicas de reprodução de uma

¹⁹ Segundo José Luis Vianna da Cruz et al. (2016, p. 1), apesar da indústria de construção naval ter sofrido um período de decadência devido ao esgotamento do padrão industrial no Brasil, esta tem uma retomada a partir de 2007. Isto ocorreu pela adoção uma política do governo federal de encomendas para subsidiar a indústria petrolífera. A centralidade do petróleo e gás para a acumulação capitalista no Rio de Janeiro se expressa também na sua capacidade de impulsionar a acumulação capitalista em outros setores.

família composta por, em média, dois adultos e duas crianças. Estes indicadores nos parecem evidenciar que a superexploração, através de um atentado ao fundo de consumo do trabalhador, perdurou durante o recente ciclo de acumulação no RJ.

Podemos identificar também formas de superexploração da força de trabalho que expressam um atentado contra o fundo de vida do trabalhador. Em um dos principais ramos do ciclo de acumulação fluminense no século XXI, a exploração *offshore* de petróleo e gás, é normal a ocorrência de acidentes de trabalho que comprometam anos de trabalho futuros dos trabalhadores, evidenciando uma intensificação do trabalho para além dos limites normais:

Muitos acidentes podem, inclusive, ser enquadrados como incidentes ou mesmo subnotificados, transformando a vida dos acidentados, que às vezes têm impedida sua capacidade de trabalhar pelo resto da vida, em uma verdadeira *via crucis* na busca por reconhecimento do nexos causal e indenização referente aos danos (físicos, mentais, materiais, morais) que sofreram (ADAMS, 2016, p. 3).

A intensificação do trabalho no ramo ampliou-se a partir da exigência da polivalência e as condições de trabalho são ainda piores ao se considerar os trabalhadores terceirizados, tendo seu número ampliado a partir da quebra do monopólio estatal de exploração de petróleo e gás no Brasil (ADAMS, 2016, p. 16). Mais uma forma de superexploração no ramo é a ampliação da jornada de trabalho para além dos limites legais instituídos, visto que, contando as horas extras, os trabalhadores do ramo têm jornadas de trabalho que duram por cerca de 14 horas diárias. Para além disso, muitos trabalhadores são obrigados a ficar de prontidão enquanto estão embarcados, mesmo não estando em seus turnos de trabalho (ADAMS, 2016, p. 6).

A cisão no ciclo do capital também se manifestou no recente ciclo de acumulação no estado do RJ. Uma das suas formas é a contradição entre a indústria automobilística instalada no estado e a péssima mobilidade urbana no mesmo. No Rio de Janeiro, o tempo de deslocamento médio da casa para o trabalho é cerca de 1 hora e 20 minutos, somando-se as condições precárias dos ônibus ou trens na Região Metropolitana (LUCÉ, 2018, p. 125). Trata-se de um exemplo do divórcio da estrutura produtiva no estado e as necessidades das massas trabalhadoras fluminenses.

A organização da produção e da circulação capitalistas no estado do RJ está inserida em uma totalidade maior que é a formação econômico-social dependente brasileira. Deste modo, a condição dependente do Brasil, constituída por sua posição subalterna na divisão internacional do trabalho, se manifesta de forma particular na economia regional do estado. Isto fica evidente quando constatamos que a crise do ciclo econômico no RJ está diretamente relacionada - ainda que não exclusivamente - às oscilações do mercado mundial, principalmente a partir do final

de 2014, com a queda do preço internacional do petróleo devido à retração no comércio internacional deste bem (CRUZ, et al, 2016, p. 11).

Uma das principais expressões da crise no RJ foi a crise fiscal do Estado. Segundo Juliana Fiuza Cislighi (2017, p. 153), “Os recursos advindos da exploração do petróleo foram muito grandes nos últimos anos em virtude da alta dos preços do barril e da intensa produtividade, que gerava, além dos *royalties*, ganhos do ICMS. A queda na arrecadação dos *royalties* no estado foi de 37%, e de ICMS, de 9% em 2015”. Bruno Sobral (2017b, p. 9), por sua vez, aponta que entre 2014 e 2016, as receitas públicas do estado perderam R\$ 4,8 bilhões em recursos devido à queda de arrecadação dos *royalties*.

Para além disso, soma-se um conjunto expressivo de desonerações fiscais promovidas a partir de 2013, com a justificativa da realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016: os chamados megaeventos. Dentre os beneficiários desta política de isenções, destacam-se “empresas de distribuição e produção de equipamentos de petróleo, gás natural, energia elétrica, telecomunicações, estaleiros, produtoras e distribuidoras de alimentos, e empresas de produção e manutenção de navios e aeronaves” (CISLAGHI, 2017, p. 155). É interessante notar que vários desses setores encontram-se entre os eixos dinamizadores do padrão exportador de especialização produtiva no Rio de Janeiro.

Com o estouro da crise no estado, seguiu-se o agravamento de uma série de expressões da “questão social”, em uma tentativa de se fazer a classe trabalhadora pagar a conta. No final de 2015, o governador na época, Luiz Fernando Pezão, decretou estado de emergência na saúde do RJ (ELIZARDO, 2015), expressão do sucateamento dessa política social frente à crise. Em junho de 2016, foi decretado estado de calamidade pública em todo o Rio de Janeiro, com declarações do próprio vice-governador Francisco Dornelles indicando que a razão do decreto era garantir uma negociação financeira com o governo federal, a fim de se manter os compromissos do estado com a realização das Olimpíadas de 2016 (PASSARINHO, 2016). Ainda naquele ano, os servidores do estado ficariam sem seus salários de novembro e seus 13º salários, indicando o compromisso do governo estadual com o capital em detrimento dos trabalhadores.

A educação também foi profundamente atingida, tendo como caso emblemático o sucateamento de Instituições de Ensino Superior estaduais, como a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), a Fundação Centro Universitário da Zona Oeste (UEZO) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que passaram a sofrer com falta de recursos (MARTINS, 2017). A saída apresentada pelo então governador Pezão foi o aprofundamento do ajuste fiscal através de uma série de cortes pactuados com o governo federal, apelidados de

“pacote de maldades” (SOBRAL, 2017b). Por outro lado, a taxa de desocupação no estado ampliou-se progressivamente desde o estouro da crise. Em 2014, o estado encontrava-se com uma taxa de desocupação de 5,5%. Já no quarto trimestre de 2016, a taxa estava em 13,4%, tendo mais que dobrado (SOBRAL, 2017b, p. 15).

Nos parece correto afirmar que, apesar de possuir determinações como a condução da política econômica e a administração pública no estado, a raiz da crise que atravessa o Rio de Janeiro encontra-se na forma que assumiu a economia política do mesmo no contexto do padrão exportador de especialização produtiva²⁰. Ou seja, possui como fundamento a crise do capitalismo mundial e seus rebatimentos para a reprodução do capitalismo dependente brasileiro e fluminense na forma que este assumiu desde a década de 1980. Sem levar em conta esta determinação, permanecemos exclusivamente na dimensão da aparência. A aparência contém importantes elementos da nossa realidade, mas estes só adquirem sentido ao serem integrados em uma perspectiva totalizante, levando em conta o condicionante que é a dependência brasileira.

²⁰ Como buscaremos demonstrar no terceiro capítulo deste trabalho, a economia política do RJ no século XXI consolidou-se a partir de um projeto consciente das classes dominantes para o estado, cujo entendimento sobre a inserção subalterna do Brasil na terceira divisão internacional do trabalho era de que se abria uma janela de oportunidades de grandes lucros para os capitalistas.

3. ESTADO AMPLIADO NO BLOCO HISTÓRICO NEOLIBERAL E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS CLASSES DOMINANTES NO BRASIL

No primeiro capítulo desta monografia, buscamos evidenciar como a reorganização da divisão internacional do trabalho e do sistema mundial com a ofensiva neoliberal impactaram o desenvolvimento do capitalismo dependente no Rio de Janeiro ao longo do século XXI, consolidando o padrão exportador de especialização produtiva no estado. Destacamos, ao final, como a crise que assola o estado desde 2014 está condicionada pela crise desse padrão, devido às oscilações no mercado mundial. Entretanto, pensar o predomínio de um determinado padrão de reprodução do capital implica - como indicamos no primeiro capítulo, a partir das orientações de Jaime Osorio (2012a) - levar em conta os elementos do Estado e da política. Isso afasta a análise de qualquer tipo de economicismo, uma vez compreendido o movimento da realidade sob a perspectiva da totalidade.

Com isso em mente, neste capítulo, buscamos realizar um estudo sobre as relações entre o Estado e a sociedade civil na formação econômico-social brasileira durante o bloco histórico neoliberal. Na primeira seção, realizamos um debate teórico sobre a categoria de Estado nas obras de Marx e Engels, para em seguida dissertar sobre a noção ampliada de Estado e a política nos escritos carcerários de Antonio Gramsci. Na segunda seção, discutiremos o processo de ocidentalização da sociedade brasileira e as relações entre Estado e sociedade civil no Brasil neoliberal.

3.1 A questão do Estado: de Marx e Engels a Gramsci

Ao longo da história, a questão do Estado recebeu tratamento diferenciado conforme os distintos posicionamentos teóricos e políticos dos pensadores que se propuseram a encará-la. Inaugurada no século XVIII, a tradição liberal - expressão da burguesia revolucionária europeia que desafiava a ordem feudal -, tentou explicar o Estado a partir da noção de contrato social. Tal tradição associava, normalmente, o estudo do Estado ao estudo do Direito (MENDONÇA, 2014, p. 28).

Segundo essa perspectiva, houve, em um dado momento da história, a necessidade de se combater um mítico “estado de natureza” dos seres humanos, onde o egoísmo e a guerra de todos contra todos imperavam. A solução encontrada foi a constituição de um poder soberano para se sobrepôr às vontades individuais de cada um, criando-se um conjunto de leis para preservar a convivência em sociedade. O contrato social foi um pacto estabelecido para dar

origem ao “estado civil”, ou Estado simplesmente, onde as leis, oriundas do Governante, garantiriam a civilização contra a barbárie. Essa concepção, conforme destaca Sonia Regina Mendonça (2014, p. 28-30), foi revolucionária em sua época ao romper com a noção de que a origem do poder estatal estava no mundo divino. Todavia, ela situa o Estado como uma instância acima da sociedade, desconectando-o dos movimentos das classes sociais, suas vontades, organizações e necessidades objetivas.

Já Hegel compreendia o Estado como um ente capaz de congregar os interesses dos indivíduos atomizados na sociedade civil - para o filósofo, o reino da produção e dos interesses particulares - em uma universalidade possível, constituindo, assim, uma unidade entre eles. Deste modo, o Estado aparecia como o espaço dos interesses universais, onde a mesquinhez das buscas individuais não teria vez, apesar de, contraditoriamente, essas concederem substância ao Estado (IASI, 2017a, p. 148).

As duas concepções aqui expostas nos parecem se aproximar da ideia de que o Estado seria um aparelho neutro, cujas ações não corresponderiam aos interesses específicos de uma classe social constitutiva de uma sociedade determinada, baseada na propriedade privada dos meios de produção e de subsistência. Conforme esta linha de raciocínio, o Estado teria o objetivo de zelar pelo interesse geral da sociedade, por uma espécie de “bem-comum”. Nada mais distante das ideias dos revolucionários alemães Karl Marx e Friedrich Engels.

3.1.1 A teoria do Estado em Marx e Engels

Marx e Engels, fundadores do método materialista histórico-dialético, estavam preocupados em compreender a dinâmica de funcionamento da sociedade burguesa para transformá-la, princípio expresso na décima primeira tese sobre Feuerbach (MARX, [1845] 2007, p. 535). Como militantes comunistas, a dupla compreendia a importância de se fazer uma análise teórica do movimento real do objeto, apreendendo o processo contraditório do seu desenvolvimento histórico a partir de uma perspectiva de totalidade, o que possibilitaria uma intervenção prática revolucionária na realidade social.

Em sua obra escrita entre 1845 e 1846, postumamente publicada sob o título de *A ideologia alemã*, Marx e Engels indicaram princípios metodológicos importantes para orientar os estudos sobre o Estado. Nesses manuscritos, os autores realizaram uma crítica ao idealismo jovem-hegeliano e ao materialismo sensível de Ludwig Feuerbach, correntes presentes nos debates filosóficos da Alemanha da época. Simultaneamente, expuseram a sua própria forma de compreender o desenvolvimento das sociedades e da história da humanidade.

Para os comunistas alemães, o desenvolvimento das sociedades em geral, e da sociedade burguesa em particular, tem como fundamento o trabalho humano. Ou seja, o intercâmbio dos seres humanos com a natureza, quando o ser humano, através da sua capacidade teleológica, transforma a natureza para atender às suas necessidades e, ao mesmo tempo, modifica a si mesmo, gerando novas necessidades. A partir do trabalho, a humanidade passou a produzir seus meios de vida, distinguindo-se do restante dos animais. Em consequência disso, uma série de relações sociais - de relações de cooperação entre os indivíduos - se estabeleceram para garantir a produção material da vida, assim como para possibilitar a reprodução da sociedade (MARX; ENGELS, 2007, p. 33-4).

Os autores compreendiam que as formas de consciência e de organização do poder estão condicionadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e pelas correspondentes relações sociais de produção material estabelecidas entre os seres humanos em uma dada época. Essas relações sociais são historicamente determinadas, ou seja, se transformaram ao longo da história, dando origem a diferentes modos de produção, como o comunista primitivo, o feudal e o capitalista.

Em um momento da história, os meios de produção e de subsistência passaram a ser propriedade privada de certos indivíduos, resultando no surgimento de uma divisão social do trabalho e de classes sociais. Assim, uma classe passou a ter a função, nessa divisão social do trabalho nascente, de produzir os meios materiais de vida através da sua força de trabalho, enquanto outra classe passou a se apropriar privadamente dos frutos do trabalho alheio.

Estabeleceu-se, com isso, um conflito de interesses entre classes antagônicas, entre explorados e exploradores. Iniciou-se a luta de classes. No *Manifesto do partido comunista*, clássico panfleto revolucionário de 1848, Marx e Engels escreveram sobre a luta de classes:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito (MARX; ENGELS, [1848] 2008, p. 8).

Esse conflito de interesses requisitou a criação de instrumentos de dominação para apaziguá-lo. É nesses termos que os autores pensaram o Estado: como expressão “prático-idealista” da dominação de uma classe sobre outras (MARX; ENGELS, 2007, p. 42). A necessidade de se estabelecer um poder burocrático e repressivo, visando a manutenção de uma

determinada ordem social, derivou das contradições da sociedade civil²¹, da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas.

Os autores reconhecem que, de fato, o Estado aparece como uma entidade autônoma, desconectada da sociedade civil, representando um aparente interesse geral. Todavia, eles demonstraram como esse suposto interesse universal é, na realidade, o interesse de uma classe específica em determinados modos de produção: a classe dominante. Essa aparente universalidade do Estado ocorre porque essa classe precisa apresentar suas ideias particulares - e que ganham uma expressão jurídica no Estado quando essa classe torna-se politicamente dominante - como se fossem universais, como se correspondesse aos interesses da sociedade como um todo, sendo uma condição para a sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p. 48).

Em 1884, Engels publicou um tratado com ricos elementos históricos, denominado *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Neste trabalho, Engels identificou que a origem do Estado estava na dissolução da comunidade gentílica, através de um longo processo de transformação econômica proporcionado pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelo surgimento da propriedade privada.

Segundo ele, a sociedade gentílica - onde a divisão do trabalho entre os sexos era a única prevalecente e não havia propriedade privada nem classes sociais - começou a se transformar quando algumas tribos desenvolveram técnicas de criação de gado e de horticultura, aumentando a produtividade do trabalho e gerando um excedente econômico para além do necessário à subsistência da gens. Isso gestou a primeira grande divisão social do trabalho: entre as tribos criadoras de gado e as não criadoras. Apareceram também as primeiras formas de comércio entre tribos, assim como as primeiras formas de escravidão, ainda esporádicas.

Gradualmente, a propriedade do gado passou a ser privada - dando origem à primeira forma de propriedade privada. Dentro de uma mesma gens, algumas famílias específicas - cujo patriarca detinha a propriedade do gado - passaram a possuir mais riqueza do que outras famílias. Surgiu, assim, a divisão entre pobres e ricos dentro da gens, um primeiro esboço de divisão entre classes sociais. Concomitante a essa transformação nas relações econômicas, ocorreram mudanças nas relações familiares, com o surgimento da família monogâmica em razão da necessidade de se transmitir de forma hereditária a propriedade. O autor identifica nesse fato a origem da opressão da mulher pelo homem, uma vez que o patriarca da família era

²¹ Incorporando este termo de Hegel, para Marx e Engels a sociedade civil consiste no espaço da produção e da circulação, na forma de intercâmbio estabelecida entre os seres humanos, a partir de um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas (MARX; ENGELS, 2007, p. 39).

o proprietário dos meios de subsistência e a ele era pertencente o excedente econômico, sendo o trabalho doméstico executado pela mulher desvalorizado (ENGELS, [1884] 2012, p. 203-4).

A divisão do trabalho aprofundou-se cada vez mais com o desenvolvimento das forças produtivas, dando origem à divisão entre a produção agrícola e a artesanal - que posteriormente se tornaria a divisão entre a cidade e o campo. Ao mesmo tempo em que se ampliava a produção do excedente econômico, este passava a ser apropriado cada vez mais privadamente. Com o desenvolvimento das forças produtivas, a escravidão tornou-se um pilar fundamental da sociedade, consolidando a distinção de classe entre senhores e escravos. A ampliação da produção de excedente econômico, por sua vez, aprofundou o desenvolvimento do comércio.

Nesta fase da divisão social do trabalho, surgiu a classe dos comerciantes, que não se ocupava de nenhum tipo de produção, mas exclusivamente do intermédio da troca dos produtos do trabalho. Surge também o dinheiro-metal e a propriedade privada da terra, assim como a usura e a hipoteca. Os comerciantes passaram a centralizar cada vez mais a riqueza, ampliando a distância entre ricos e pobres. Os interesses antagônicos oriundos dessa divisão da sociedade em classes - ricos e pobres, senhores e escravos - dissolveu derradeiramente a comunidade gentílica, dando origem à uma nova forma de organização do poder na sociedade: o Estado. A conclusão de Engels é a seguinte:

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro. [...] É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS [1884] 2012, p. 213).

No Prefácio de 1859 à *Contribuição à crítica da economia política*, Marx empregou a conhecida metáfora de estrutura e superestruturas para tratar da imbricação entre as relações sociais de produção e as forças produtivas - a estrutura - com a forma de organização do poder, a cultura, a filosofia, a moral etc. correspondente - as superestruturas. Em uma importante passagem desse texto, Marx expõe uma síntese dos seus estudos sobre os processos de transformação revolucionária das sociedades, entendidos por ele como frutos das contradições e conflitos inerentes às dinâmicas das sociedades que entram em crises derradeiras.

Neste trecho, é possível identificar uma maior importância atribuída às superestruturas por Marx, nos concedendo elementos para nos contrapormos às interpretações economicistas

de sua obra. O autor afirma que as superestruturas possuem um papel importante nos processos revolucionários, posto que a arte, a filosofia, a religião, a lei etc. são identificadas como formas ideológicas através das quais os sujeitos “[...] adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim” (MARX, [1859] 2008, p. 50). Esse texto, como veremos em breve, foi uma das principais influências metodológicas de Gramsci para pensar o papel da política nos processos de conservação e superação dos modos de produção.

Em síntese, a orientação deixada pelos comunistas para estudar o desenvolvimento das sociedades, abarcando os elementos econômicos, culturais, políticos, ideológicos etc. - ou seja, a relação entre a estrutura e as superestruturas - foi a seguinte:

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas de consciência - religião, filosofia, moral etc. etc. - e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos) (MARX; ENGELS, 2007, p. 42).

Marx e Engels concederam elementos para realizar uma crítica feroz a qualquer tese da neutralidade do Estado. Para esses autores, o Estado é fruto de uma contradição entre classes sociais antagônicas e funciona como um instrumento de dominação a serviço da classe dominante. Tal concepção levou a dupla a afirmar no *Manifesto do partido comunista* que o Estado representativo moderno consistia em um comitê para administrar os negócios comuns da burguesia, sendo a forma política correspondente à consolidação da dominação desta classe (MARX; ENGELS, [1848] 2008, p. 11-2).

É importante destacar que apesar da relevância atribuída à questão econômica no condicionamento das demais esferas do ser social, não há na formulação dos autores uma relação mecânica entre a organização da produção material e as formas políticas e jurídicas de uma época histórica. A dupla não compreendia o Estado - assim como a filosofia, a moral etc. - como um mero reflexo das relações de produção, incapaz de incidir sobre a base econômica. Interpretações economicistas do pensamento dos autores não se sustentam quando constatamos na citação acima a afirmação de que há uma ação recíproca entre as partes que compõe o todo. É a partir deste método de análise que Gramsci desenvolveu suas elaborações sobre o Estado e a política.

3.1.2 - Estado ampliado e política na teoria gramsciana

Antonio Gramsci (1891-1937) – intelectual marxista italiano, para além de militante dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI) – refletiu sobre a questão do Estado em uma série de notas manuscritas durante o período em que esteve encarcerado pelo regime fascista da Itália, postumamente publicadas sob o título de *Cadernos do cárcere*.

Em suas notas carcerárias, Gramsci realizou um profundo debate teórico com figuras importantes da intelectualidade italiana, como Benedetto Croce, e representantes do movimento comunista internacional, como Nikolai Bukharin. O sardo, através do método legado por Marx, buscou aprofundar a investigação sobre o funcionamento das superestruturas na fase imperialista do capitalismo, estudando novos fenômenos que Marx e Engels não viveram para presenciar em suas formas mais desenvolvidas. Entretanto, Gramsci, como marxista, reconhece a importância da análise da estrutura e do seu papel condicionante dos processos sociais (LIGUORI, 2007, p. 14-5).

O sardo identificou que as superestruturas têm uma relativa autonomia da estrutura e lógicas de funcionamento próprias, podendo inclusive determinar a base material em alguma medida. Podemos constatar isso nas elaborações de Gramsci quando ele afirma que a política é uma esfera autônoma da vida social, se relacionando dialeticamente com seus distintos - a economia, a cultura etc. - na totalidade (GRAMSCI, 2017, p. 26-7 - C13, §10). Para além disso, Gramsci pôde observar o desenvolvimento de formas mais intensas de intervenção do Estado na economia durante o início do século XX, tanto na economia planificada da União Soviética quanto nas intervenções estatais para preservar o capitalismo da crise da década de 1920, captando em seus estudos a transição para a fase keynesiana de estratégia de acumulação capitalista (LIGUORI, 2007, p. 17-20), a passagem para um novo bloco histórico nas sociedades burguesas.

A unidade entre a estrutura e as superestruturas correspondentes em uma dada época era apreendida por Gramsci através do conceito de bloco histórico. Para Gramsci (2017, p. 27 - C13, §10), o bloco histórico é a “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e distintos”. À uma determinada forma de organização da produção material, correspondem determinadas formas ideológicas, culturais, de exercício do poder, que devem ser construídas para garantir a manutenção dessas relações de produção.

A proposta de Gramsci - influenciado pela sua leitura de Nicolau Maquiavel - é uma valorização teórica e prática das condições subjetivas necessárias para se efetivar transformações sociais. Alvaro Bianchi defende que Gramsci reinterpreto o já citado Prefácio

de 1859 de Marx, reformulando a passagem em que Marx atenta para a necessidade da existência das condições materiais para que revoluções se realizem. Tomando esse texto como um referencial metodológico e substituindo as palavras “condições materiais” por “condições necessárias e suficientes” e “formas de vida” (GRAMSCI, 2017, p. 36 - C13, §17), o marxista italiano chama a atenção para a importância da ação humana na criação da realidade, introduzindo o tema da vontade e se contrapondo às perspectivas economicistas dentro da tradição marxista (BIANCHI, 2018, p. 125-6).

Neste sentido, Gramsci atribui destaque à ação política²² dos grupos sociais, afirmando a necessidade da formação de uma vontade coletiva para empreender determinado projeto de classe - seja a conservação da ordem ou a sua subversão. O conceito de vontade era entendido por ele como uma “consciência operosa da necessidade histórica” (GRAMSCI, 2017, p. 17 - C13, §1).

Para o autor, as classes de um determinado modo de produção existem objetivamente, uma vez que ocupam um lugar na divisão social e técnica do trabalho vigente. Entretanto, para conquistar o poder e estabelecer sua ordem, exercer a dominação sobre as demais classes e favorecer a sua expansão, a classe que pretende ser dominante deve se organizar em um partido. Gramsci compreende o partido como um organismo com a função de congregar os membros de um grupo social - uma fração de classe - em torno de um programa, organizando a vontade coletiva deste grupo para disputar o poder, para implementar seu projeto estratégico no Estado (GRAMSCI, 2017, p. 16-7 - C13, §1).

No pensamento gramsciano, o partido é uma instância fundamental da organização política de uma classe, tanto dos trabalhadores como da burguesia. Gramsci destaca, por exemplo, o papel do partido nas revoluções burguesas a partir da análise da Revolução Francesa. Ele analisa as forças jacobinas como o partido da classe burguesa revolucionária, criando e organizando a vontade coletiva nacional-popular para fundar o Estado burguês, para que a burguesia alcançasse o poder na França e seus interesses se expressassem como universais. O partido - que Gramsci apelida de “o moderno Príncipe”, em referência à obra *O*

²² René Dreifuss (1989, p. 20 [grifos do autor]) nos concede uma boa definição de ação política. Para ele, a ação política é “um esforço de intervenção abrangente, preparada e calculada. Deve ser direcionada *estrategicamente* e *operacionalizada* em nível de *campanha*. Isto implica o preparo e deflagração de um número de *operações* e *manobras táticas* - projetadas para apoiar-se e complementar-se umas às outras, de forma ininteligível para o adversário -, obtendo-se um efeito cumulativamente significativo. A ação política pode ser realizada por meio de mecanismos repressivos, recursos de comunicação, meios de pressão política, recursos de coação econômica e canais de mobilização participante, espelhando e constituindo o poder de uma classe, organização, estrutura de ação ou grupo ativista”. O poder de classe, ainda segundo Dreifuss, seria a capacidade de uma classe de alcançar seus objetivos estratégicos em um determinado contexto das relações de força.

príncipe de Maquiavel - deve ser, para além do organizador da vontade coletiva de uma classe e expressão dessa vontade, o operador de uma reforma intelectual e moral na sociedade, o construtor de uma nova hegemonia de um grupo social (GRAMSCI, 2017, p. 17-9 - C13, §1).

De fato, a política encontrava-se no centro das reflexões gramscianas na prisão. Isso porque, como já indicamos, Gramsci era um militante comunista e elaborava suas ideias em um contexto histórico dramático para o movimento operário na Europa: o fracasso das revoluções socialistas nas sociedades europeias ocidentais - como a Itália e a Alemanha - e a reconstrução da supremacia burguesa nesses Estados, bem como em países que haviam sofrido com a crise econômica da década de 1920, mas não passaram por rupturas revolucionárias - como os EUA (CASTELO, 2013, p. 43).

Nas sociedades ocidentais²³, havia ocorrido uma crescente organização política dos trabalhadores, se colocando na cena política enquanto uma classe para si desde as revoluções de 1848 na Europa, movimento que se intensifica na década de 1870. Essa organização, ao longo do final do século XIX, resultou na formação de grandes partidos políticos de massa e sindicatos dos trabalhadores. Em consequência disso, a burguesia precisou agregar algumas demandas da classe trabalhadora no seu Estado para garantir a reprodução do capitalismo, assim como intensificar a instituição de aparelhos privados atuantes por fora do Estado para disputar a consciência dos trabalhadores para a concepção de mundo da burguesia (CASTELO, 2013, p. 37-8).

Nos escritos carcerários, a questão da consciência, desenvolvida por Gramsci através do debate de ideologia, possui grande destaque. Para o sardo, as ideologias são concepções de mundo que determinam o pensamento e a ação dos grupos sociais e, por consequência, dos indivíduos inseridos naquele grupo (GRAMSCI, 2015a, p. 94 - C11, §12). Produzidas por integrantes de uma classe social e difundidas pela ação doutrinária de aparelhos produtores de hegemonia, as ideologias são uma espécie de “premissa” teórica implícita na atividade prática e na vontade coletiva de um grupo social. Expressam-se, assim, na cultura desse grupo, entendida por Gramsci no sentido amplo de manifestações de vida, como a prática econômica, a arte, o direito etc. (GRAMSCI, 2015a, p. 98-9 - C11, §12).

²³ Segundo Silvio Suppa (2017, p. 592), a contraposição entre sociedades ocidentais e orientais no pensamento gramsciano diz respeito ao grau de desenvolvimento da sociedade civil - no sentido propriamente gramsciano e que trataremos adiante - como arena da luta de classes, impondo novas mediações para a prática revolucionária. Nas sociedades ocidentais, a sociedade civil seria bastante desenvolvida, apresentando instituições privadas que serviriam como “casamatas” e “fortalezas” dos grupos sociais atuantes na disputa político-ideológica, enquanto nas sociedades orientais o “Estado era tudo” e a sociedade civil era “primitiva e gelatinosa” (GRAMSCI, 2017, p. 266 - C7, §16).

A classe dominante torna-se dirigente dos grupos subalternos ao ter sua concepção de mundo difundida na consciência dos governados, delimitando sua atividade prática - e portanto, política. Adequa, deste modo, a vontade, a moral, os anseios dos dominados aos interesses dos dominantes. Mais do que por mera superioridade lógico-argumentativa, a difusão dessas concepções de mundo na consciência das massas é operacionalizada por instituições voltadas para a atividade doutrinária de educação dos subalternos. Esta atividade doutrinária, caracterizada por Gramsci como parte da ação política dos grupos dominantes, é o que proporciona a difusão de concepções de mundo unitárias e coerentes, de elaboração sistemática e mais complexa - as filosofias, como o liberalismo e o próprio marxismo²⁴ -, no senso comum composto que conforma a consciência das massas (GRAMSCI, 2015a, p. 96-103 - C11, §12).

Gramsci reconheceu que somente um assalto ao poder após uma crise econômica - tal como ocorreu durante a Revolução Russa de 1917, numa sociedade oriental -, não era eficaz nas sociedades ocidentais. A burguesia, nessas sociedades, atuava com o predomínio da estratégia da “hegemonia civil” como forma de se contrapor à crescente organização política da classe trabalhadora, sustentando a sua ordem com a produção do consenso dos subalternos, tornando o elemento repressivo cada vez mais parcial (GRAMSCI, 2017, p. 24 - C13, §7).

Rodrigo Castelo (2013, p. 43) conclui que frente à este quadro crítico para os comunistas nas sociedades ocidentais, o “objetivo de Gramsci é criar, enquanto dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI), formulações para compreender a recomposição da supremacia burguesa, a base material-institucional dessa recomposição, os motivos das derrotas operárias e, por fim, o delineamento de uma nova estratégia revolucionária comunista”.

Para o sardo, a supremacia de uma classe social ou fração de classe se manifesta através da sua capacidade de instituir uma direção intelectual e moral - uma hegemonia - sobre as outras classes de uma formação econômico-social, combinando esta hegemonia com o uso da força - da coerção - para reprimir as classes opositoras ao seu projeto de poder. Gramsci compreendeu que para governar após conquistar o Estado, a classe dominante deve se utilizar da força, normalmente associada aos aparelhos institucionais repressivos do Estado. Mas também deve conquistar algum grau de consenso entre os governados, dirigindo ideologicamente uma parte

²⁴ Entretanto, Gramsci diferencia o marxismo das ideologias vinculadas aos grupos dominantes da sociedade burguesa. Estas últimas teriam a função de manter os subalternos com uma consciência rebaixada para garantir a manutenção da sociedade de classes. Para o italiano, o marxismo - apelidado por ele de filosofia da práxis - tem o objetivo de elevar a concepção de mundo dos subalternos, superando o senso comum e forjando um “bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 2015a, p. 103 - C11, §12), posto que o objetivo da filosofia da práxis é a emancipação da classe trabalhadora e, por consequência, de toda a humanidade.

dos grupos subalternos (GRAMSCI, 2015b, p. 62-3 - C19, §24). Os níveis de coerção e de consenso empregados variam de acordo com a dinâmica da luta de classes em cada conjuntura e formação econômico-social, dando origem a diferentes padrões de supremacia.

Marx e Engels compreenderam o papel da dominação burguesa para a manutenção do modo de produção capitalista e a função do Estado como forma política correspondente à essa dominação. Gramsci, analisando as determinações da luta de classes em sua época histórica, desenvolve a análise através da sua teoria da supremacia. O marxista italiano identificou que a classe dominante, para se manter no poder e conservar sua ordem, deve ser também dirigente, deve ser detentora da hegemonia.

E qual é a base material-institucional da supremacia burguesa? Por um lado, o próprio Estado, como instrumento de coerção, de ditadura. A classe dominante utiliza o aparelho jurídico-repressivo do Estado para conservar as relações sociais capitalistas. Porém, como já destacamos no presente texto, Gramsci identifica nas sociedades ocidentais uma crescente atuação de instituições privadas voltadas tanto para a organização político-programática dos grupos sociais, como para a produção de uma direção intelectual e moral dos grupos dominantes para o conjunto da sociedade - os aparelhos privados de hegemonia, relativamente autônomos da burocracia estatal e de adesão voluntária dos seus integrantes (GRAMSCI, 2017, p. 258 - C6, §137).

Nesse conjunto de instituições, podendo ser tanto das classes dominantes como das classes subalternas, alguns aparelhos são hegemônicos, ou seja, fazem da ideologia da qual compartilham a concepção de mundo predominante, expressando a direção intelectual e moral da classe a qual esses aparelhos se vinculam (GRAMSCI, 2017, p. 257 - C6, §136).

Deste modo, o marxista italiano identifica uma ampliação do Estado nas sociedades ocidentais. O Estado nessas sociedades, enquanto unidade histórico-concreta das classes dominantes e dirigentes, compreende a relação orgânica dos aparelhos burocráticos do Estado em seu sentido restrito - a sociedade política - com as instituições privadas dos grupos dominantes e dirigentes onde estes organizam suas vontades coletivas e produzem sua hegemonia - a sociedade civil (GRAMSCI, 2015b, p. 139 - C25, §5).

Dentre os aparelhos privados de hegemonia que compõem a sociedade civil, Gramsci menciona “igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos e imprensa” (MENDONÇA, 2014, p. 35). Para além de difundirem determinadas formas de vida para o conjunto da sociedade, alguns aparelhos privados de hegemonia podem atuar como partido, no sentido conceitual gramsciano, organizando a vontade coletiva de um grupo social com o objetivo de se expressar na sociedade política. Neste sentido, é na sociedade civil que a

dominação burguesa no ocidente “encontra seu sustentáculo fundamental” (CASIMIRO, 2018, p. 20).

A relação orgânica entre sociedade política e sociedade civil deve ser apreendida através de uma análise concreta da conjuntura de uma formação econômico-social, buscando-se identificar as condições da acumulação capitalista e as necessidades objetivas das classes sociais; o nível de organização e consciência dos grupos sociais; as ações operadas pelos grupos que conseguem se projetar na sociedade política; a correlação de forças no campo militar; em suma, as relações de força entre os grupos dirigentes e os subalternos de uma formação econômico-social em um dado bloco histórico.

Gramsci compreendeu que o Estado ampliado tem um caráter de classe e é a expressão do grupo social dominante e dirigente que apresenta seus interesses como se fossem os interesses universais da nação para exercer o poder. Contudo, ele reconhece que os subalternos podem imprimir parte das suas reivindicações no Estado em uma determinada correlação de forças, desde que esses interesses não ponham em xeque a ordem social vigente:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem (GRAMSCI, 2017, p. 42 - C13, §17).

Guido Liguori nos lembra que Gramsci não chega propriamente a empregar a expressão “Estado ampliado” para definir a unidade-distinção entre sociedade política e sociedade civil. Segundo o autor, as palavras utilizadas por Gramsci são “Estado integral” e “Estado em sentido orgânico e mais amplo”, sendo o conceito de Estado ampliado deduzido de sua obra. Liguori conclui que através da noção ampliada de Estado, o marxista sardo nos concede um elemento metodológico para a análise da morfologia do poder nas sociedades contemporâneas (LIGUORI, 2007, p. 21).

Por fim, cabe mencionar que, para Gramsci, os operadores da supremacia de um grupo social são os intelectuais orgânicos desse grupo. Os intelectuais orgânicos são indivíduos responsáveis por dar “homogeneidade e consciência da própria função” à classe a qual se vinculam, se ocupando de tarefas organizativas e diretivas conforme os interesses dessa classe e agindo para favorecer a sua expansão (GRAMSCI, 2011, p. 203 - C12, §1).

O sardo compreendia os intelectuais orgânicos como os “funcionários” das instituições do Estado ampliado, atuando tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. Gramsci propõe ainda uma divisão hierárquica entre os intelectuais orgânicos de uma classe de acordo com a sua função atribuída na divisão do trabalho: o mais alto escalão sendo responsável pelas formulações ideológicas e científicas, enquanto os escalões mais baixos teriam a função de administrar e divulgar essa produção (GRAMSCI, 2011, p. 208-9 - C12, §1). Refletindo sobre os intelectuais das classes dominantes e dirigentes, o comunista italiano analisa tanto as funções hegemônicas quanto coercitivas exercidas por esse grupo:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social [...] 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2011, p. 208 - C12, §1).

Conforme o exposto, estamos em acordo com Mendonça (2014, p. 38) quando ela afirma que o conceito de Estado ampliado é uma importante ferramenta metodológica. Isso porque o conceito nos concede os instrumentos teóricos para pensar tanto a forma como a classe dominante exerce o seu poder na sociedade capitalista, como para compreender as formas de organização política dessa classe, processos profundamente imbricados.

Em uma análise de situação concreta, o conceito nos permite apreender a relação orgânica entre as ações do aparelho burocrático estatal com as instituições que materializam vontades coletivas na sociedade civil. Essa relação pode se manifestar através de diversas formas. Nos possibilita também estudar como o Estado restrito encontra a sustentação das suas ações através do convencimento dos subalternos gerado por esses aparelhos privados de hegemonia.

3.2 Aparelhos privados de hegemonia da burguesia no Brasil neoliberal: alguns exemplos de ação política empresarial

Refletindo sobre a realidade brasileira a partir dos conceitos elaborados por Gramsci, Carlos Nelson Coutinho chega à conclusão de que a ocidentalização da nossa formação econômico-social - e, concomitantemente, a ampliação do Estado no Brasil - teria se

completado com o processo de redemocratização na década de 1980, devido ao ascenso das lutas populares contra a ditadura civil-militar e por direitos sociais.

Segundo o autor, a ditadura, ao consolidar o capitalismo monopolista de Estado no Brasil, criou as condições objetivas para o desenvolvimento pleno e irreversível de uma sociedade civil no sentido gramsciano, ainda que sob um regime de restrições dos direitos civis e políticos. A crise do “milagre econômico” da ditadura - ou, como tratamos no primeiro capítulo, a crise do padrão industrial de reprodução do capital no Brasil -, em uma crescente desde 1974, teria corroído as bases de legitimidade deste projeto de poder, possibilitando o fortalecimento dos aparelhos privados de hegemonia - tanto da burguesia como dos trabalhadores -, que haviam aprofundado a sua organização com o desenrolar da luta de classes nas décadas de 1970 e 1980 (COUTINHO, 1992, p. 134-5).

Para o autor, a formação econômico-social brasileira apresentava germes de uma sociedade civil desde pelo menos a Primeira República, fundamentalmente a partir da década de 1920. Coutinho identifica esses germes na organização dos trabalhadores em sindicatos e, depois de 1945, em um partido de massas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Todavia, o processo de ocidentalização em marcha teria sido constantemente interrompido pelas revoluções passivas das classes dominantes brasileiras - conceito que Coutinho também toma de Gramsci -, como a ditadura de Getúlio Vargas em 1937 e o golpe civil-militar de 1964.

Para o autor, antes da década de 1980, a sociedade civil no Brasil era ainda “gelatinosa” e o Estado muito forte. Ou seja, não teria havido uma efetiva ampliação do Estado brasileiro. Apesar desta avaliação, Coutinho reconhece que a formação econômico-social brasileira no período anterior à redemocratização não era tão oriental quanto, por exemplo, a Rússia czarista, onde os bolcheviques fizeram a Revolução de Outubro de 1917 (COUTINHO, 1992, p. 131-3).

Já Virgínia Fontes trilha por um caminho diferente. Em seu livro *O Brasil e o capital imperialismo*, a autora trabalha com a tese de que houve a constituição de associações privadas da burguesia para o exercício do poder, autônomas da sociedade política, desde o princípio do século XX. Essas associações voltavam-se tanto para organizar as vontades coletivas das frações burguesas visando incidir no aparelho estatal, como para organizar o consenso dos subalternos via produção e difusão ideológica.

A autora argumenta que a ocidentalização da formação econômico-social brasileira teria sido diferente da ocidentalização analisada por Gramsci, onde a proliferação de aparelhos privados de hegemonia da burguesia teve como fundamento um processo crescente de socialização da política, de organização política dos trabalhadores. Ainda que como resposta às lutas da classe trabalhadora, a ampliação do Estado no Brasil desenvolveu-se com um alto nível

de coerção contra os “de baixo” para garantir a manutenção do capitalismo dependente, suprimindo um processo de socialização da política nos moldes do ocorrido na Europa ocidental ao final do século XIX.

Com isso, Fontes chama a atenção para uma particularidade do desenvolvimento da sociedade civil no Brasil: para ela, a seletiva repressão exercida pela sociedade política às associações dos trabalhadores obstruiu a consolidação de uma sociedade civil popular. Entretanto, isto não significa que a sociedade civil em si era fraca, tendo em vista a forte articulação e atuação de aparelhos privados de hegemonia da burguesia. O uso predominante da força por parte do Estado burguês para enfrentar a “questão social” não teria excluído o desenvolvimento de uma sociedade civil empresarial (FONTES, 2010, p. 226-7).

Fontes sustenta sua tese com referências a pesquisas realizadas por diversos autores que buscaram demonstrar a relação entre sociedade civil e sociedade política ao longo da história do capitalismo dependente no Brasil, em especial às pesquisas realizadas por Sônia Regina Mendonça. No período de predominância do padrão agromineiro exportador, por exemplo, a autora cita a existência de distintas redes de associações agrárias brasileiras atuando como sociedade civil: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), aparelho privado de hegemonia que reunia setores da burguesia agrária voltados para a produção para o mercado interno; e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), que agregava principalmente a burguesia paulista vinculada à produção do café para a exportação. Fontes ressalta o extenso trabalho político e ideológico da SNA, sendo capaz de incidir na sociedade política através do seu protagonismo na criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e da ocupação do mesmo. A autora também aponta as posições conflitivas entre as duas associações; ainda que a ação política da SNA tenha auxiliado, em alguma medida, os objetivos políticos da SRB (FONTES, 2010, p. 220-1).

Marcelo Badaró Mattos - também referenciando o trabalho de Mendonça e tratando do período de transição para o padrão industrial no Brasil - ressalta o aprofundamento da organização autônoma da burguesia industrial no final dos anos 1920 e sua hegemonia no Estado no pós-década de 1930, reivindicando uma maior intervenção estatal para garantir o processo de industrialização e cooptar as crescentes lutas da classe trabalhadora (MATTOS, 2017, p. 16-7).

Tanto Fontes quanto Mattos utilizam como referência a produção intelectual de René Dreifuss, principalmente a sua obra *1964: a conquista do Estado*. Neste livro, Dreifuss realiza uma análise do golpe de 1964, tecendo uma crítica às interpretações que enfatizavam unilateralmente a ação dos militares organizados na Escola Superior de Guerra (ESG) e

orientados pela doutrina de Segurança Nacional e de Desenvolvimento. O autor foi capaz de apreender a essência de classe do golpe, evidenciando a ação política de empresários e tecnopresários das frações industrial e bancária da burguesia, vinculadas aos interesses do imperialismo estadunidense. Segundo Dreifuss, ainda que a burguesia não tivesse aplicado diretamente o golpe, atuou na sua articulação e na criação das condições para legitimar a sua execução (DREIFUSS, 1981, p. 481-2).

Esses setores da burguesia - liderados por uma vanguarda de seus intelectuais orgânicos, uma “elite orgânica” - se organizaram em dois aparelhos privados de hegemonia com o objetivo consciente de derrubar o governo nacional-reformista de João Goulart e conquistar o Estado para implementar diretrizes alinhadas aos interesses dos seus grupos sociais. Os aparelhos privados eram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O complexo IPES/IBAD atuava como um partido da burguesia - no sentido gramsciano -, sendo o IPES responsável por elaborar as diretrizes estratégicas de ação, enquanto o IBAD se ocupava das manobras táticas (DREIFUSS, 1981, p. 164).

Atuando para desestabilizar o governo de Goulart, o complexo IPES/IBAD empreendeu uma ampla campanha ideológica, penetrando em diversos aparelhos da sociedade civil e da sociedade política - como a própria ESG -, organizando a opinião pública para legitimar o golpe de 1964, operado pelos militares. Após o golpe, membros do IPES ocuparam postos-chaves na sociedade política para operacionalizar o projeto de poder da burguesia: a consolidação do capitalismo monopolista associado ao imperialismo no Brasil e a repressão brutal à organização política da classe trabalhadora - condição fundamental para efetuar o seu objetivo estratégico. Dreifuss conclui que o novo Estado fundado em 1964 “expressava então a supremacia e unidade política do bloco de poder dominante liderado pelo IPES” (DREIFUSS, 1981, p. 487), e que essa supremacia

[...] começou a 1.º de abril de 1964, quando os novos interesses realmente “tornaram-se Estado”, readequando o regime e o sistema político e reformulando a economia a serviço de seus objetivos. Agindo dessa forma, levaram o Brasil e, poder-se-ia conjecturar, todo o cone sul da América Latina ao estágio mundial de desenvolvimento capitalista monopolista (DREIFUSS, 1981, p. 489).

Mattos, em sintonia com a posição de Fontes e em crítica aberta às elaborações de Coutinho, conclui que muito antes de 1980 as classes dominantes brasileiras adotaram como estratégia de supremacia a articulação de uma sociedade civil empresarial, investindo em aparelhos privados de hegemonia voltados para a organização da opinião pública e de um consenso passivo - e em alguns momentos, ativo - das classes subalternas. Deste modo, apesar

da reiterada ocorrência de revoluções passivas das classes dominantes para a manutenção da ordem capitalista dependente, com mudanças “pelo alto” e forte repressão e cooptação dos trabalhadores, “[...] a sociedade civil brasileira estava longe de ser apenas “primitiva e gelatinosa”, pelo menos desde a Primeira República” (MATTOS, 2017, p. 19). Tendemos a concordar com esta tese.

Entretanto, não podemos negar que, de fato, ocorreu uma complexificação da sociedade civil no Brasil com a crise da ditadura, principalmente na década de 1980. Por um lado, intensificaram-se as lutas populares pela democracia e por direitos sociais - e, em alguma medida, por um socialismo dito democrático -, dando origem à diversas organizações e movimentos sociais populares, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT) (COELHO, 2017, p. 151-5). Por outro lado, a burguesia, consciente da necessidade de operar mudanças no Estado frente ao novo quadro do capitalismo mundial - que delineamos no primeiro capítulo desta monografia - e de fazer frente à crescente organização dos subalternos, remodela a sua própria forma de organização e ação política.

Segundo Dreifuss (1989, p. 40-4), a transição para a forma política democrática colocou um novo desafio para a recomposição da supremacia burguesa no Brasil: o empresariado não podia mais se relacionar com a sociedade política como no período ditatorial, quando mantinha um contato praticamente direto com órgãos do governo. A disputa política caminhou para uma “batalha de campo aberto” e a primeira grande arena de luta foi a Assembleia Nacional Constituinte que deu origem à Constituição de 1988, exigindo uma atualização das formas de ação política empresarial.

Para preparar o terreno ideológico e atuar praticamente na Assembleia Constituinte, o empresariado brasileiro se organizou em uma série de aparelhos privados de hegemonia buscando disputar a direção do novo texto constitucional, em defesa da propriedade privada e da economia de mercado. Dentre esses aparelhos, que Dreifuss denominou de pivôs de poder e de ação política²⁵, destacaram-se a “Câmara de Estudos e Debates Sócio-Econômicos, o Instituto Liberal, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, a União Brasileira de Empresários e a União Democrática Ruralista” (DREIFUSS, 1989, p. 50).

²⁵ Segundo Dreifuss (1989, p. 50), os pivôs “não são instrumentos estratégicos nem de projeto político, mas conjunturais e de alcance tático-operacional. Sua função é desenhar cursos de ação imediata, discernindo meios e métodos, apoiando e escorando os giros e evoluções ideológico-políticas de sua categoria social”.

Deste modo, a Constituição de 1988 expressou uma disputa de hegemonia entre diversos grupos sociais organizados, concretizando conquistas de direitos políticos e sociais da classe trabalhadora - como a instituição da seguridade social, por exemplo - mas mantendo aspectos conservadores - como as prerrogativas do poder Executivo e traços fortes de militarização -, caracterizando-se como um texto constitucional eclético (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 141-2). A ação política do empresariado e das forças conservadoras foi capaz de impor barreiras à luta popular, apesar das grandes conquistas para os trabalhadores arrancadas pela luta de classes.

A década de 1980 foi o palco para um ensaio das novas formas de relação entre sociedade civil e sociedade política no Brasil da Nova República. Já na década de 1990, a forma ensaiada de configuração do Estado ampliado brasileiro se consolidou com o fortalecimento e proliferação de associações do empresariado e dos trabalhadores para a disputa da hegemonia (CASIMIRO, 2018, p. 168). No que tange aos aparelhos privados de hegemonia da burguesia, alguns destes transcenderam a sua configuração anterior de pivôs de ação política para assumir a função de aparelhos estratégicos, produzindo programas estruturais para o capitalismo dependente no Brasil.

Neste período, as classes dominantes brasileiras, em cooperação com o imperialismo estadunidense, buscaram atualizar a configuração do Estado no Brasil para torná-lo compatível às exigências da mundialização do capital. Como já indicamos no primeiro capítulo, o projeto estratégico adotado pela burguesia para recompor as suas taxas de lucro frente a crise da década de 1970 foi o neoliberalismo. Ou seja, a adoção de um novo padrão de acumulação financeirizado, reorganizando a divisão internacional do trabalho, o sistema mundial e as funções do Estado.

As medidas neoliberais propostas pelo imperialismo para os Estados latino-americanos, sob a justificativa de sanar os países dos efeitos das crises das dívidas externas, foram sintetizadas em uma lista elaborada em 1990 por John Williamson, conhecida como Consenso de Washington. As medidas eram: 1) disciplina fiscal; 2) prioridades do gasto público em educação e saúde primárias; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira e taxas de juros; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) liberalização comercial internacional; 7) atração de investimento externo direto; 8) desregulamentação/desburocratização e mercados competitivos; 9) privatização; 10) garantia de direitos de propriedade, em especial dos setores informais (CASTELO, 2013, p. 322-3).

Este projeto foi operacionalizado no Brasil a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) do PSDB, que adotou medidas típicas do receituário neoliberal - como

austeridade fiscal e privatizações -, colocando em marcha o processo de contrarreforma do Estado brasileiro (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 147). O resultado foi um tensionamento entre a concretização dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988 e as novas configurações que as classes dominantes impunham ao Estado.

Entretanto, seria um equívoco afirmar que a adoção do neoliberalismo foi fruto de uma mera imposição externa de organismos multilaterais do imperialismo. É preciso levar em conta as determinações internas da nossa formação econômico-social: a resistência dos trabalhadores às medidas neoliberais²⁶ e a ação política da burguesia brasileira organizada, o que nos remete aos aparelhos privados de hegemonia.

A complexificação da sociedade civil no Brasil durante os anos 1990 foi marcada por uma abrupta ampliação de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil's). Segundo Fontes (2010, p. 283), o número de Fasfil's no Brasil teria crescido de 105 mil para 276 mil entidades entre 1996 e 2002. Dentre essas organizações privadas - tanto dos subalternos como dos dominantes - alguns aparelhos privados de hegemonia assumiram a função de organizar a vontade coletiva de diversos setores da burguesia brasileira para formular projetos estratégicos a serem propostos à sociedade política, já orientados pela ideologia neoliberal.

Em seu livro *A nova direita*, Flávio Henrique Casimiro desenvolveu um estudo sobre alguns dos principais aparelhos privados de hegemonia da burguesia cujas ações estavam voltadas para a implementação da contrarreforma do Estado brasileiro. Dentre eles, destacamos: o Instituto Atlântico (IA) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

O Instituto Atlântico foi formado por parte dos empresários que participaram da já citada Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes). Esses intelectuais orgânicos da burguesia constataram a necessidade da existência de uma organização que cumprisse funções para além das exercidas pelos pivôs constituídos na década de 1980. Tratava-se, naquele momento, de elaborar um programa estratégico, de longo prazo das classes dominantes para configurar o aparelho estatal brasileiro conforme a nova fase da acumulação capitalista mundial (CASIMIRO, 2018, p. 177).

O IA atuou como um intelectual coletivo, elaborando diagnósticos acerca da realidade brasileira - marcada então pela crise da dívida pública - e propondo um conjunto de soluções para os Presidentes da República, primeiro para Fernando Collor de Mello e posteriormente para FHC. Apresentando este programa como uma aparente síntese dos interesses universais da

²⁶ Segundo Castelo (2013, p. 243), a adesão do Brasil ao projeto neoliberal foi tardia, tendo ocorrido somente nos fins da década de 1990, em razão da existência de um bloco de resistência dos setores populares liderado pelo PT.

sociedade brasileira - como vimos, condição para um grupo social conquistar o consenso dos outros grupos -, o IA defendia medidas como a privatização do FGTS e da Previdência Social; a abertura comercial; liberalização financeira; a permissão dos investimentos de capitais estrangeiros no país, dentre outras. As regras sagradas do programa eram a disciplina fiscal e a estabilidade monetária (CASIMIRO, 2018, p. 172-3).

Essa vontade coletiva materializou-se em um documento intitulado Programa de Estabilização com Crescimento (PEC), que serviu como base para a ação política do aparelho privado de hegemonia. De forma a legitimar algumas das medidas previstas no PEC, como a privatização do FGTS, o IA buscou apoio de setores das classes subalternas, cooptando a Força Sindical - uma organização sindical cujos dirigentes interessaram-se pela proposta da gerência dos Fundos privatizados - para aderir ao projeto neoliberal do Instituto. Com isso, a Força Sindical atuou para fortalecer a hegemonia burguesa entre os trabalhadores. O IA buscou também apoio de representantes da sociedade política, como o deputado Eduardo Mascarenhas (PSDB-RJ), que trabalhou diretamente com o Instituto, pautando uma série de emendas constitucionais alinhadas à perspectiva neoliberal (CASIMIRO, 2018, p. 177).

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (Iedi), por sua vez, buscava representar interesses mais específicos do setor industrial. A sua atuação denota inclusive uma ausência de homogeneidade ideológica nas classes dominantes e evidencia a existência de disputas internas entre os “de cima”. O Iedi serviu como um córtex político para diferentes frações do capital industrial no Brasil, defendendo a contrarreforma do Estado como caminho para um desenvolvimento industrial de longo prazo (CASIMIRO, 2018, p. 163-7)

Esse aparelho privado de hegemonia atuou através da elaboração de notas “técnicas” e da proposição de políticas públicas. Uma dessas propostas foi a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O Conselho, que deveria ter representação empresarial, funcionaria como um canal de entrada da burguesia no Estado restrito. Para além disso, buscando dar algum grau de homogeneidade aos interesses dos empresários da indústria no Brasil, o Iedi defendia também a criação de um Fórum da Produção Industrial:

Tanto a proposta da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial como a do Fórum da Produção Industrial representam, portanto, mais do que canais de interlocução público-privado, mas espaços de elaboração e definição de diretrizes de políticas públicas, partindo de interesses privados da grande burguesia (CASIMIRO, 2018, p. 162-3).

As ações do Instituto Atlântico e do Iedi são exemplos de como os aparelhos privados de hegemonia da burguesia atuaram para garantir a implementação do neoliberalismo no Brasil.

Por outro lado, a legitimação do projeto neoliberal exigia a produção de um grau de consenso entre os subalternos.

A nível mundial, o bloco histórico neoliberal enfrentou uma crise conjuntural na década de 1990, exigindo por parte da burguesia uma leve inflexão ideológica e programática para reafirmar a sua supremacia. Deste modo, gestou-se o social-liberalismo, uma variante ideológica do neoliberalismo que buscou produzir algumas alterações nas políticas do Estado ampliado neoliberal para preservar a essência do projeto hegemônico das classes dominantes, a saber:

[...] a lógica da retomada do crescimento das taxas de lucro, da estabilidade monetária, do equilíbrio fiscal, da desoneração dos impostos dos ricos, da desestabilização do poder dos sindicatos e do controle social sobre a força de trabalho, tal qual vinha sendo feito de acordo com o receituário-ideal (CASTELO, 2013, p. 244-5).

Frente à agudização de diversas expressões da “questão social” com a implementação das políticas neoliberais, gestaram-se alguns movimentos de contestação à ordem dominante, principalmente na periferia do sistema. Deste modo, uma parcela da burguesia conscientizou-se da necessidade de cooptar esses movimentos, intelectuais e organizações que poderiam oferecer algum grau de perigo à supremacia neoliberal. Através dos seus intelectuais orgânicos, *think tanks* e agências multilaterais, as classes dominantes passaram a propor ações para enfrentar as expressões mais explosivas da “questão social”, como a extrema pobreza e a fome, sem abalar os fundamentos do neoliberalismo. Esse enfrentamento, conforme as concepções social-liberais, deveria se dar através de ações focalizadas e seletivas do Estado ampliado²⁷, compreendendo tanto programas estatais como ações de um supostamente “virtuoso” Terceiro Setor; ou seja, dos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil (CASTELO, 2013, p. 245).

Castelo (2013, 258-63) sintetizou as posições teóricas e práticas dos social-liberais em quatro eixos fundamentais: 1) uma suposta desideologização das práticas políticas, em uma tentativa de diluir as diferenças entre direita e esquerda através de um aparente consenso em torno da impossibilidade de transformações estruturais no modo de produção vigente; 2) a aceitação do mercado como melhor mecanismo de produção de riqueza já inventado pela humanidade, mas a crítica à sua capacidade de distribuição dessa riqueza, propondo ações orientadas pelo conceito de “equidade” para mitigar a extrema pobreza; 3) a realização de uma

²⁷Como a essência do projeto neoliberal impossibilita a universalização de direitos sociais como padrão de intervenção do Estado nas expressões da “questão social”, a seletividade e focalização se tornaram diretrizes gerais nas concepções sociais-liberais.

crítica moralista ao capitalismo, com apelo à ética e à responsabilidade social tanto dos capitalistas como dos trabalhadores, apostando na possibilidade de se humanizar as relações sociais capitalistas; 4) a admissão da intervenção do Estado ampliado nas expressões mais agudas da “questão social” através de políticas sociais estatais focalizadas e em parceria com instituições da sociedade civil, com forte apelo à filantropia das classes dominantes, em detrimento de políticas universalizantes.

No Brasil, o social-liberalismo desembarcou já no governo de FHC durante a década de 1990, ganhando mais força nos anos 2000 com os governos petistas de Lula e Dilma (CASTELO, 2013, p. 343-4). Naquela década, formaram-se aparelhos privados de hegemonia estratégicos para organizar a vontade coletiva social-liberal e difundir essa ideologia entre as classes sociais na formação econômico-social brasileira. Principalmente através de Fasfil's e Organizações Não Governamentais (ONG's), a burguesia atuou para amenizar, cooptar e ressignificar as crescentes lutas sociais, em busca do consenso para sustentar o projeto neoliberal

Para agrupar as fundações empresariais voltadas para o “investimento social” e estabelecer um projeto estratégico para a filantropia empresarial no Brasil, fundou-se um aparelho privado de hegemonia chamado Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife). O objetivo do Gife seria “fornecer uma aparelhagem preparada para orientar, dirigir e apoiar as intervenções político-sociais do empresariado na sociedade civil” (CASIMIRO, 2018, p. 131). Assim, o Gife buscou fortalecer o empresariamento das funções sociais do Estado no Brasil. É interessante destacar que o Gife recebia financiamento de aparelhos privados de hegemonia do grande capital imperialista estadunidense, como a Fundação Ford e a Fundação Kellogs (CASIMIRO, 2018, p. 130-1).

A organização da ação política empresarial voltada para o enfrentamento da “questão social” obteve um salto de qualidade com a criação em 1998 do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Orientado pela concepção de “responsabilidade social empresarial”, o Instituto empreendeu uma ampla campanha de difusão ideológica com o objetivo de remodelar a cultura das classes dominantes e cooptar as lutas dos subalternos, com apelo à uma ética vagamente definida e à uma humanização do capitalismo (CASIMIRO, 2018, p. 141-7).

Agregando em torno de si diversos aparelhos privados das classes dominantes e subalternas, como federações de sindicatos patronais, a CUT, Fasfil's, núcleo de estudos universitários e organizações internacionais, o Instituto Ethos buscou difundir a ideologia social-liberal na sociedade e incidir nas diretrizes do Estado. Um exemplo é a atuação do Instituto no Conselho da Cidade de São Paulo, onde possui um assento como representante da

sociedade civil. O Conselho é um órgão de assessoramento do prefeito de uma das capitais mais importantes em termos econômicos para o país (CASIMIRO, 2018, p. 146-7).

Os exemplos apresentados chamam atenção para o papel cumprido pelos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes na formulação de políticas públicas e na organização das vontades coletivas do empresariado para disputar a hegemonia da sociedade. Isso evidencia a complexidade das relações de poder e das formas de dominação na formação econômico-social brasileira, fenômeno diretamente relacionado às configurações do Estado ampliado no Brasil, às formas de relação orgânica entre sociedade política e sociedade civil durante o bloco histórico neoliberal.

4. A FIRJAN E O CAPITALISMO DEPENDENTE NO RIO DE JANEIRO: PROJETOS E ASPIRAÇÕES DA BURGUESIA FLUMINENSE NO SÉCULO XXI

Na primeira seção deste capítulo, discutiremos a sociedade civil empresarial no Rio de Janeiro, os antecedentes da FIRJAN e sua origem como um aparelho privado de hegemonia da burguesia fluminense. Na segunda seção, analisaremos o *Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2006-2015*, destacando as propostas da FIRJAN para a estrutura produtiva do RJ, a configuração do Estado e o enfrentamento à “questão social” durante o padrão exportador de especialização produtiva, bem como as diretrizes que a entidade foi capaz de moldar na sociedade política. Na terceira seção, analisaremos a segunda edição do *Mapa do desenvolvimento*, agora para o período de 2016-2025, destacando as propostas da FIRJAN para o RJ sair da crise.

4.1 A sociedade civil empresarial no Rio de Janeiro e as origens da FIRJAN

A ação política das classes dominantes no Rio de Janeiro foi operada através de diversos aparelhos privados de hegemonia ao longo da história, representando distintas frações das mesmas. Nívea Vieira (2014) analisou, por exemplo, a atuação dos comerciantes organizados na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), desde meados do século XIX até o início do século XX. Durante o padrão agromineiro exportador no Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi uma importante praça comercial, conforme vimos no primeiro capítulo. Os comerciantes que lucravam com as atividades econômicas realizadas na região trataram de se organizar politicamente para garantir a manutenção dos seus interesses no Estado.

A ACRJ foi fundada em 1867 e derivou de uma reformulação da Sociedade dos Assinantes da Praça (SAP), aparelho privado de hegemonia dos comerciantes fundado em 1834. A Associação funcionou como um “partido dos negociantes” (VIEIRA, 2014, p. 30), transcendendo o nível de consciência coletiva econômico-corporativa para disputar a hegemonia no Estado. Segundo Vieira (2014, p. 168), a Associação foi capaz de incidir na formulação de políticas públicas conforme os interesses das classes dominantes, em especial nas políticas relacionadas ao Porto do Rio de Janeiro. A autora destaca ainda os interesses conflitantes que por vezes se manifestavam dentro da entidade, apontando para os complexos processos de disputa intraclasse para se consolidar uma vontade coletiva:

Apesar de atuar em bloco na defesa dos interesses das frações reunidas na ACRJ, a entidade não operou como um bloco monolítico. O “partido dos

negociantes” era composto por frações com investimentos aplicados em negócios variados [...]. Sendo assim, a ACRJ teve a dupla tarefa, de conformar esses múltiplos em seu interior e de fazer com que os projetos destas frações se materializassem em políticas públicas (VIEIRA, 2014, p. 169).

A fração industrial das classes dominantes no Rio de Janeiro também construiu seus próprios aparelhos privados de hegemonia. A organização desse grupo social data do final do século XIX, após o *boom* industrial no estado, ainda sob a predominância do padrão agromineiro exportador. Todavia, ela possui um antecedente na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), fundada em 1827, ainda durante a vigência do Império. O objetivo da SAIN era promover a indústria brasileira - compreendida pela Sociedade no seu sentido antigo e mais amplo, como a produção de riquezas em geral -, de acordo com os interesses das oligarquias vinculadas à produção agrícola (CARONE, 1978, p. 20).

Segundo Edgard Carone (1978, p. 24-5), a Sociedade, em seu princípio, preocupava-se fundamentalmente com a agricultura, pois a indústria existente nos primórdios do Império brasileiro era muito incipiente. A partir de 1850, quando o setor industrial começa a ganhar maior expressão no Brasil, a SAIN passou a debruçar-se de forma mais consistente sobre a temática, discutindo questões como a produção têxtil - bastante expressiva no Rio de Janeiro -, construção de ferrovias e proteção alfandegária. Todavia, o tema da indústria não substituiu a preocupação fundamental da Sociedade, que permanecia sendo a agricultura, diretriz que encontra sua base material no próprio padrão de reprodução do capital dominante à época.

A SAIN atuava através da organização de exposições de maquinários e da difusão de técnicas voltadas para a agricultura, principalmente através de sua revista, *O auxiliador da indústria nacional*. Entretanto, sua atuação possuía limites relacionados às condições políticas, econômicas e culturais da época, de modo que havia um hiato entre aquilo que era sugerido pela SAIN e aquilo que de fato era incorporado pelo conjunto das classes dominantes na organização dos processos de exploração e dominação (CARONE, 1978, p. 20).

Sobre a questão da escravidão, a SAIN possuía um posicionamento conservador, evidenciando os traços escravocratas e racistas presentes na ideologia e na cultura das classes dominantes brasileiras à época e que persistem, com as devidas mediações, até a contemporaneidade. Pressionada pelas lutas pelo fim da escravidão no Brasil, a SAIN chegou a se posicionar como favorável à sua extinção. Porém, a preocupação da Sociedade não era a emancipação dos negros escravizados, mas a compensação financeira dos senhores e a necessidade da reposição da força de trabalho para garantir a continuidade da acumulação:

Em 1871, respondendo um inquérito sobre o “grande *desideratum* social da extinção da escravatura entre nós, sem prejuízo do direito de propriedade e

perturbação em todas as classes da sociedade brasileira”, a Sociedade afirma sua posição vacilante: a liberdade do ventre, com a conseqüente indenização; matrícula de todos os escravos e a libertação daquele que não for matriculado pelo senhor; direito dos escravos ao pecúlio; direito à alforria, indenizado o senhor. Para haver aceleração deste processo é preciso contratar os serviços dos libertos “ou de Asiáticos”; acolher imigrantes estrangeiros; introdução de máquinas agrícolas, para que haja redução de braços mercenários (CARONE, 1987, p. 35).

Compreendemos a SAIN como um protótipo de aparelho privado de hegemonia das oligarquias latifundiárias e, pós-1850, da burguesia urbana e industrial em gestação. Não possuímos subsídios para estabelecer o grau de autonomia que a Sociedade realmente possuía da sociedade política, tendo em vista que, apesar da própria SAIN se colocar como uma entidade da sociedade civil, muitos dos seus sócios eram membros da Corte e o Presidente da Sociedade sempre deveria ser de confiança pessoal do Imperador, um dos principais impulsionadores da entidade (CARONE, 1978, p. 18-9). Todavia, importantes estudos historiográficos recentes, como o de Vieira (2014), evidenciem uma já complexa sociedade civil no Brasil desde o período imperial, de modo que não podemos descartar a possibilidade desta autonomia relativa.

No final do século XIX, a economia fluminense passa por importantes transformações. Em termos políticos, houve a transição para a Primeira República. Em termos econômicos, o Rio de Janeiro apresentou um significativo crescimento industrial na década de 1890 devido ao Encilhamento. Já se apresentava no estado o gérmen do padrão industrial que viria a ser dominante no Brasil posteriormente. Aprofundou-se a necessidade de se formar uma vontade coletiva dos industriais para favorecer a sua expansão. Deste modo, a SAIN, em 1904, fundiu-se com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem para formar o Centro Industrial do Brasil (CIB).

Os objetivos do CIB eram, em linhas gerais: auxiliar o desenvolvimento da indústria; organizar o empresariado, incentivando a criação de entidades de representação classista nos diferentes estados da Federação; e defender os interesses da fração industrial da burguesia tanto nas instituições estatais como mediando os acordos entre capital e trabalho (CARONE, 1978, p. 72). O CIB buscou organizar a vontade coletiva da burguesia industrial em torno de um projeto claro: impulsionar a acumulação capitalista no setor industrial brasileiro e garantir a dominação de classe da burguesia sobre a classe trabalhadora. Durante seus 27 anos de existência como um aparelho privado de hegemonia dos industriais, os intelectuais orgânicos dirigentes do Centro atuaram com uma consciência de classe consolidada e com poucas divergências substantivas (CARONE, 1978, p. 76).

A atuação do CIB foi limitada pela relação de forças na qual agia. Na maior parte do período da sua existência (1904-1931), o padrão de reprodução do capital predominante no Brasil ainda era o agromineiro exportador. Conforme destaca Jaime Osorio (2019, p. 47), as frações do capital mais beneficiadas pelo padrão de reprodução do capital hegemônico tendem a se fortalecer na disputa pela hegemonia do Estado, o que não era o caso dos industriais à época.

Segundo Carone (1978, p. 79-80), o CIB centrou seus esforços na questão tarifária - ainda que não exclusivamente -, considerada pela entidade como o epicentro da defesa das indústrias nacionais. Neste sentido, o CIB apoiava medidas protecionistas na política tarifária para garantir algum grau de competitividade dos produtos brasileiros com mercadorias estrangeiras. Porém, isso não significa afirmar que o Centro atuava com um programa anti-imperialista, em defesa de um projeto nacional de desenvolvimento autônomo do Brasil. A entidade tinha sua prática calcada em uma ideologia pragmática, pautando suas ações a partir de interesses imediatos da fração industrial da burguesia que representava, não apresentando um projeto concreto de desenvolvimento alternativo ao capitalismo dependente. Foot Hardman e Victor Leonardi (1982, p. 79-81) identificaram, deste modo, uma “subordinação genética” da burguesia brasileira frente ao imperialismo. Entretanto, é interessante notar como, mesmo nessa relação de subordinação, havia algum grau de divergência entre os interesses objetivos dos industriais brasileiros e os da burguesia no centro do mercado mundial.

Em relação à “questão social”, a atuação do CIB denota o caráter conservador na cultura da burguesia brasileira frente à superexploração da força de trabalho. Com o acirramento da luta de classes no Brasil durante o início do século XX, o CIB se posicionou contrariamente à implementação de direitos sociais que regulassem as relações de trabalho. O Centro protestou contra a lei de Acidentes de Trabalho, a criação do Departamento Nacional do Trabalho, a lei para regulação do trabalho de menores de idade e a Lei de Férias.

Sobre a legalização da organização sindical dos trabalhadores, os industriais fluminenses, em geral, também foram contrários. Isso ficou evidente em 1918, quando o então presidente do CIB Jorge Street realizou um acordo para que o Centro se posicionasse favoravelmente à sindicalização dos trabalhadores²⁸. Esta ação gerou um profundo descontentamento interno no CIB, com uma boa parte de seus integrantes repudiando o acordo

²⁸ Não por acaso, o acordo foi realizado um ano após a primeira greve geral da história do Brasil, em um contexto de ascensão da luta de classes no país.

de Street, acusando-o de fomentar a desordem e a ingerência no ambiente fabril (CARONE, 1978, p. 104-9).

O CIB foi capaz de imprimir alguns dos seus interesses na sociedade política, principalmente através do assessoramento de órgãos do Estado. Mas sua atuação se restringiu a questões mais pontuais, como atuar na Comissão Revisora de Tarifas e prestar consultoria sobre os fretes da Estrada de Ferro Central do Brasil. Carone (1978, p. 78) destaca que a maior realização da entidade enquanto um aparelho privado de hegemonia foi a publicação da obra *Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias*, um marco no âmbito da produção intelectual burguesa acerca da economia brasileira.

Na década de 1930, com as mudanças no mercado mundial após a crise de 1929, consolida-se uma transição entre padrões de reprodução do capital no Brasil, com a ascensão do padrão industrial. Na cena política, temos a revolução passiva de 1930 (COUTINHO, 1992), com uma mudança de hegemonia no bloco de poder dominante no Estado e a adoção de uma política industrializante, principalmente após 1939, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CARONE, 1978, p. 116). Soma-se a isso uma maior intervenção do Estado na “questão social” através de mecanismos consensuais - o que não eliminou o uso da força para a manutenção da supremacia burguesa -, com a instituição de uma série de legislações trabalhistas, cujo marco foi a implementação em 1943 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Dentre essas novas leis, estava o decreto 19.770, de 19 de março de 1931 que regulamentava o sindicalismo patronal e operário. O decreto possibilitou a criação de federações regionais de sindicatos patronais no Distrito Federal e nos demais estados da federação, assim como de uma confederação nacional. Para se adaptar à este novo marco regulatório e com o objetivo consciente de avançar na articulação do empresariado à nível nacional, o CIB tornou-se a Federação Industrial do Rio de Janeiro (FIRJ). De fato, essa transformação foi um importante passo para a organização da burguesia industrial, visto que a FIRJ, em 1933, foi uma das fundadoras da Confederação Industrial do Brasil, que posteriormente viria a se chamar Confederação Nacional das Indústrias (CNI) (CARONE, 1978, p. 117).

Em termos programáticos, o FIRJ manteve o posicionamento do CIB frente à política alfandegária, defendendo um protecionismo caracterizado como “inteligente e racional” e não exagerado (CARONE, 1978, p. 119) como política para o desenvolvimento da indústria no Brasil. Com relação às legislações trabalhistas, a Federação também manteve o mesmo posicionamento conservador do CIB.

Em 1937, com a nova configuração do sindicalismo tutelado imposto pelo Estado Novo, as classes proprietárias são obrigadas a remodelar sua organização, pois a atividade dos sindicatos oficiais passou a se limitar, por lei, à defesa dos interesses econômico-corporativos da burguesia nas negociações com a classe operária. Para driblar os limites burocráticos impostos à sua atividade política, os industriais fundaram a Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (FSIDF). À FSIDF, caberia a atuação corporativa em defesa dos interesses profissionais dos sindicatos filiados. A FIRJ, por sua vez, permaneceria como uma entidade autônoma à burocracia estatal, dando à burguesia industrial a possibilidade de opinar sobre a cena política e confrontar o governo quando necessário (CARONE, 1978, p. 134).

Em 1941, a FIRJ mudou seu nome para Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), enquanto a FSIDF tornou-se a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, consolidando a nova forma organizativa do patronato industrial fluminense. Posteriormente, em 1958, o nome da Federação das Indústrias foi alterado para Federação das Indústrias do Distrito Federal²⁹ e, em 1960, para Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA), devido à transferência da capital do Brasil para Brasília. O CIRJ e a nova FIRJ mantiveram uma atuação articulada, contando inclusive com a mesma diretoria pela maior parte da sua existência, salvo momentos excepcionais (CARNEIRO et al., 1997, p. 125), conformando uma espécie de complexo organizacional da burguesia na cidade do Rio de Janeiro.

O complexo CIRJ/FIRJ teve um papel ativo na formulação de políticas educacionais para a qualificação profissional e doutrinação da força de trabalho, como a implementação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (CARONE, 1978, p. 137-8). Conforme analisaram Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho ([1982] 2014, 270-4), o SENAI consiste em uma iniciativa empresarial de enfrentamento da “questão social” e de produção de consenso entre a classe trabalhadora. Seus objetivos seriam produzir o trabalhador com os requisitos técnicos às novas necessidades da acumulação capitalista e consolidar a hegemonia burguesa, educando a classe através de uma concepção de mundo alinhada aos interesses burgueses e conformando uma cultura adequada à reprodução da ordem capitalista.

Essa disputa de hegemonia se aprofundou com a criação do Serviço Social da Indústria (SESI), destinado a oferecer benefícios assistenciais à classe trabalhadora para afastá-la de concepções revolucionárias (IAMAMOTO; CARVALHO, [1982] 2014, p. 283). As assistentes

²⁹ A alteração foi feita para evitar confusões com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ), federação dos sindicatos patronais do então estado do Rio de Janeiro.

sociais, enquanto profissionais inseridas na divisão social e técnica do trabalho, foram requisitadas a atuar em ambas as instituições.

Sobre o papel do aparelho estatal na economia, o complexo CIRJ/FIRJ defendia que este deveria prover as condições gerais para a livre concorrência prosperar (CARONE, 1978, p. 140-1). O CIRJ também se colocava abertamente como um combatente de organizações e movimentos políticos vinculados ao espectro da esquerda. Frente ao acirramento da luta de classes no Brasil no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, com o governo de João Goulart propondo reformas de base para o país com um viés nacional-desenvolvimentista, o posicionamento do CIRJ foi reacionário e a entidade apoiou o golpe civil-militar de 1964 (CARONE, 1978, p. 159).

Sobre a nova fase do desenvolvimento capitalista no Brasil consolidada pela ditadura e a nova etapa do padrão de reprodução do capital industrial no país - a de integração ao capital estrangeiro -, o complexo CIRJ/FIEGA não apresenta grandes críticas, reforçando o papel de sócio-menor do imperialismo que assume a burguesia brasileira e fluminense. Mário Leão Ludolf, presidente do CIRJ/FIEGA em 1975, afirmou

não ser perigosa a atuação do capitalismo estrangeiro entre nós. Para ele, o II PND desenvolve-se em torno de duas linhas básicas: o Estado controla o setor da infra-estrutura e a poupança interna é insuficiente para o nosso desenvolvimento. Daí a necessidade do capital externo, que deve ser avaliado objetivamente e não como ameaça ao capitalismo interno (CARONE, 1978, p. 150).

Em 1969, o complexo CIRJ/FIEGA aprofundou as suas relações com a sociedade política através da criação do Instituto de Desenvolvimento Econômico da Guanabara (IDEG), uma instituição sem fins lucrativos voltada para a articulação do empresariado com o governo para a formulação das políticas econômicas do então estado da Guanabara, ex-Distrito Federal (CARNEIRO et al., 1997, p. 155). Em 1973, o IDEG assinou um convênio com a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Guanabara para a implementação do Balcão de Tecnologia do Estado da Guanabara, ampliando a influência empresarial no ambiente universitário (CARONE, 1978, p. 140).

Outra iniciativa dos industriais no campo da educação foi a criação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL)³⁰, também em 1969 (CARNEIRO et al., 1997, p. 135). O objetivo do IEL era promover a inserção dos interesses privados da burguesia no espaço universitário brasileiro, em

³⁰ Euvaldo Lodi foi um importante intelectual orgânico das classes dominantes brasileiras. Iniciou sua atuação como dirigente da burguesia no Centro Industrial de Juiz de Fora e posteriormente no complexo FIRJ/FSID. Foi também o primeiro presidente da CNI e chegou a ocupar cargos na sociedade política como deputado federal e membro de Conselhos (CARONE, 1978, p. 173).

uma disputa da formação e do sentido social da Universidade a partir das suas necessidades de classe, processo escamoteado pelo discurso da integração indústria-universidade. Nunca é demais lembrar que essas relações foram estabelecidas em um regime político ditatorial, evidenciando o caráter classista da ditadura civil-militar apontado por Dreifuss (1981) e Ianni ([1981] 2019).

Em 1974, é decretada a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, formando o atual estado do Rio de Janeiro como conhecemos. Após este processo, em 1975, a FIEGA fundiu-se com a FIERJ - entidade representativa do patronato do antigo estado do Rio de Janeiro - para formar a atual Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). O complexo CIRJ/FIEGA foi defensor ativo da fusão dos estados, com a justificativa de que a transferência da capital à Brasília teria provocado o esvaziamento econômico da Guanabara (CARNEIRO et al., 1997, p. 151). O primeiro presidente da FIRJAN foi Mário Leão Ludolf, antigo presidente da CIRJ/FIEGA.

Durante os anos 1980 e 1990, o complexo CIRJ/FIRJAN passou por uma reorganização política em razão das novas determinações da luta de classes, com o declínio do padrão industrial no Brasil e a crise da ditadura civil-militar. O complexo, a partir da gestão de Arthur João Donato que se inicia em 1980, buscou atuar tanto a nível federal quanto à nível estadual para impulsionar um novo ciclo de acumulação capitalista no Rio de Janeiro e recompor a supremacia burguesa.

Durante o processo de redemocratização, Donato integrou a União Brasileira de Empresas (UBE), atuando “na formação de uma consciência empresarial para influenciar a Constituinte de 1988” (CARNEIRO et al., 1997, p. 171). O complexo CIRJ/FIRJAN - que a partir de 1994 se uniria formalmente sob o nome de Sistema FIRJAN, englobando também o IEL/Rio, o SESI/Rio e o SENAI/Rio -, por sua vez, buscou fortalecer suas frentes de atuação como um aparelho privado de hegemonia.

Expandiram-se as ações de produção de consenso tendo em vista o fortalecimento da hegemonia burguesa entre os subalternos, bem como a formação de um trabalhador adequado às novas requisições da acumulação capitalista. Esse processo foi operacionalizado através da expansão das ações do SESI e do SENAI. O SESI/Rio, entre 1980 e 1994, “ampliou em 328% o número de seus atendimentos nas áreas de Alimentação, Lazer, Saúde, Educação, Assistência e Ações Comunitárias, isto é, de 4,2 milhões para 18 milhões de atendimentos (CARNEIRO et al., 1997, p. 173). O SENAI/Rio, por sua vez, também ampliou suas unidades e modificou as diretrizes do seu processo de educação da força de trabalho, orientado pelos paradigmas da reestruturação produtiva conduzida pelo projeto neoliberal:

Formar esse profissional especializado tem sido a meta do SENAI-Rio ao longo de sua história, que comportou, no período entre 1980 e 1994, a ampliação, de 22 para 42, do número de unidades operacionais, formada por centros de tecnologia, centros de formação profissional, agências de formação e unidades móveis (CARNEIRO et al., 1997, p. 175).

Em 1995, o empresário Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira³¹ foi eleito para a presidência do Sistema FIRJAN. A eleição de Gouvêa é um marco na atuação política dos industriais no Rio de Janeiro. Sob a sua gestão, as entidades do Sistema, de forma consciente, buscaram construir um projeto definido para o Rio e desenvolver manobras táticas para a sua concretização. Dentre os grandes objetivos do projeto, estavam: integrar o Rio de Janeiro às novas condições da acumulação capitalista mundial em sua fase neoliberal, cuja resultante foi a consolidação do padrão exportador de especialização produtiva no estado; e recompor a supremacia burguesa, ampliando ações de enfrentamento à “questão social” orientadas pela noção de responsabilidade social empresarial (CARNEIRO et al., 1997, p. 184).

A ideologia social-liberal tornou-se o cimento da prática da FIRJAN, como forma de garantir um consenso dos subalternos para o novo projeto de Rio delineado. A entidade passou a projetar soluções e desenvolver programas em parceria com outras instituições - públicas e/ou privadas - para enfrentar problemáticas de diversas esferas da vida social. A FIRJAN mergulhou de cabeça em uma disputa pelo projeto regional a ser adotado pelo Estado e pelos diversos grupos sociais organizados, construindo um consenso ativo e passivo em torno de um suposto desenvolvimento sustentável com fortalecimento da cidadania. Para operacionalizar este projeto, a entidade buscou fortalecer suas relações com a sociedade política, agora no âmbito da forma política da democracia burguesa, com novas condições para o exercício do poder.

Uma das principais formas de inserção da FIRJAN na sociedade política foi através da proposição de políticas públicas e contatos com agentes do governo. O projeto da construção do porto de Sepetiba, por exemplo, foi idealizado e desenvolvido com liderança da Federação, tendo estabelecido uma relação orgânica com a então Agência de Desenvolvimento do Rio (CARNEIRO et al., 1997, p. 186). Apesar das intervenções da FIRJAN no Estado centrarem-se principalmente no âmbito estadual, também houve a busca por fortalecer iniciativas políticas burguesas na esfera federal. Um exemplo foi o lançamento da campanha “Reformas Já” em

³¹ Eduardo Gouvêa é um intelectual orgânico das classes proprietárias. Engenheiro de formação, é empresário vinculado ao setor petroquímico. Foi diretor-superintendente da “Ipiranga Química, *holding* das empresas Petróleo Ipiranga no setor químico e petroquímico, foi presidente da ABIQUIM - Associação Brasileira da Indústria Química, conselheiro do BNDES e presidente do Conselho de Economia da FIRJAN, antes de assumir a direção das entidades industriais” (CARNEIRO et al., 1997, p. 186). Permaneceu na presidência da FIRJAN durante todo o período analisado nesta monografia.

1997, em apoio à contrarreforma do Estado brasileiro, contando com a presença do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

A FIRJAN agregou também, em sua estrutura e suas ações, os interesses do capital estrangeiro e imperialista, reforçando a ideia da “subordinação genética” da burguesia brasileira já apontada. Em sua sede, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, o aparelho privado dos industriais articulou a instalação do Centro Internacional de Negócios para reuniões com comissões empresariais de países estrangeiros (CARNEIRO et al., 1997, p. 178). Para além disso, o CIRJ, uma das entidades do Sistema, agregava no seu trabalho cotidiano os presidentes de empresas multinacionais como a IBM, a White Martins, a Shell, a Coca-Cola, entre outras (CARNEIRO et al., 1997, p. 188).

Dentre os programas desenvolvidos pela entidade na época, voltados tanto para fortalecer a integração do Rio de Janeiro à nova divisão internacional do trabalho, como para produzir o consenso entre as classes subalternas, estão: O Carioca do Século XXI; Rio Acolhedor; Rio Participativo; Rio Integrado; Portas do Rio; Rio Competitivo; e Rio 2004, Pólo Total (CARNEIRO et al. 1997, p. 193).

Compreendemos, deste modo, que a FIRJAN atuou nos anos 1990 como um aparelho privado de hegemonia das classes dominantes voltado para adequar a economia e o Estado do Rio de Janeiro aos novos ditames do capitalismo. Através da realização de estudos e boletins, projetos em parceria com outras instituições da sociedade civil e assessoramento à órgãos do Estado, buscou-se construir um consenso em torno da agenda neoliberal e uma visão positiva da nova fase do capitalismo dependente no Rio de Janeiro em inauguração.

4.2 O Mapa do desenvolvimento de 2006-2015: um projeto social-liberal para o Rio de Janeiro

Em 2006, o Sistema FIRJAN publicou um documento intitulado *Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (2006-2015)*. O *Mapa* consistia em um verdadeiro programa político para o RJ, elaborado através de um amplo esforço para consolidar uma vontade coletiva com hegemonia da burguesia. Entre novembro de 2005 e junho de 2006, mais de mil empresários, intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais foram mobilizados para construir uma visão estratégica das classes dominantes para o estado, tendo em vista subsidiar a prática política do empresariado (FIRJAN, 2006, p. 10).

O diagnóstico geral da entidade era que o Rio de Janeiro possuía uma série de potencialidades e vocações para se inserir cada vez mais no circuito mundial de acumulação

capitalista e atrair investimentos frente à nova organização mundial do capitalismo. Contudo, o desenvolvimento econômico por si só não era suficiente. Seria preciso conjugar um ciclo de investimentos com uma agenda social, elegendo o combate às gritantes desigualdades sociais e regionais fluminenses como um dos pilares do programa. O objetivo final do *Mapa* seria a promoção do desenvolvimento sustentável no RJ, congregando desenvolvimento econômico (atração de investimentos e crescimento econômico), desenvolvimento social (combate às expressões mais gritantes da “questão social”, como a extrema pobreza, o analfabetismo e a ausência de serviços básicos) e preservação ambiental (FIRJAN, 2006, p. 10).

Deste modo, compreendemos que a FIRJAN se aproxima da ideologia social-liberal para fundamentar as suas proposições, incorporando algumas demandas dos subalternos - ainda que despidendo-as do seu conteúdo classista - no seu programa para ganhar a direção intelectual e moral da sociedade fluminense, preservando os fundamentos do projeto neoliberal. Segundo Rodrigo Castelo (2013, p. 258), a preocupação fundamental dos social-liberais é “preservar a primazia da lógica do mercado como mecanismo de alocação dos recursos e conjugá-la com um nível de regulação estatal, evitando a agudização de certas expressões da “questão social” e as revoltas populares”.

De acordo com a FIRJAN, para se atingir este objetivo, seria preciso um esforço combinado do Estado com a vagamente definida sociedade civil, com hegemonia dos empresários nos processos de elaboração das diretrizes e cobrança política. Segundo o Presidente do Sistema FIRJAN, Eduardo Gouvêa:

A participação de cada um na implantação do Mapa é essencial, não só para a construção de um amanhã promissor, mas para o estabelecimento de um presente em que a vida tenha um novo sentido. O desafio da mudança coletiva começa justamente nesse compromisso que estamos assumindo de um engajamento pessoal por uma nova realidade (FIRJAN, 2006, p. 5).

O *Mapa do desenvolvimento* apontava 13 temas como fundamentais para que o objetivo final fosse alcançado. Os temas eram: liderança empresarial e política; gestão pública eficiente; ambientes institucional e regulatório; educação e saúde; segurança e combate à criminalidade; infraestrutura e logística; financiamento; competitividade empresarial; interiorização e arranjos produtivos locais; exportação de produtos e serviços; segmentos âncora; posicionamento em 2015; e resultados para o estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2006, p. 7).

Em cada tema, estavam previstos objetivos específicos para que o Rio avançasse no seu processo de desenvolvimento. Para cada objetivo, foram delineadas ações bem definidas tendo em vista alcançar o fim estratégico. É interessante notar que a maioria dos objetivos previam ações a serem executadas junto a bancadas parlamentares - no âmbito municipal, estadual e

federal -, através da proposição de projetos de lei; e às instâncias do poder executivo, como a Prefeitura e o próprio governo do estado, para promover pressão política e articulações. Por exemplo: ao discutir a importância de um marco legal para estimular o desenvolvimento tecnológico no Rio de Janeiro – tendo em vista fortalecer as atividades econômicas do estado – , a FIRJAN propõe-se a elaborar o projeto de lei e realizar articulações para a sua aprovação. O objetivo a ser alcançado era: “Atuar junto às instâncias pertinentes de governo, para propor aperfeiçoamentos em Decretos e Projetos de Lei que tenham impacto sobre a inovação nas empresas” (FIRJAN, 2006, p. 70). A ação prevista, por sua vez, era: “Elaborar proposta de Projeto de Lei de Inovação Estadual e apoiar o seu encaminhamento para votação na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro” (FIRJAN, 2006, p. 70).

Isso indica que a intenção da Federação era de fato estabelecer diretrizes para incidir na sociedade política, por vezes buscando agregar outros aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil ao seu projeto, de modo a ampliar a sua legitimidade. A ideia era divulgar o projeto ao máximo, através de espaços na mídia e de contatos com outras instituições da sociedade civil (FIRJAN, 2006, p. 11).

A FIRJAN inicia ressaltando a importância da liderança empresarial no processo de transformação do Rio. A organização e mobilização do próprio empresariado para se articular com representantes da sociedade política, de modo a cobrar a implementação das diretrizes previstas, seria um dos elementos fundamentais para a concretização do projeto. Deste modo, não é contraditório a entidade defender o fortalecimento da cidadania, definida como a ampliação da participação da sociedade civil - tomada como um todo homogêneo e isento de contradições de classe - na elaboração das políticas do Estado restrito.

Para além disso, a FIRJAN projetou um amplo programa de comunicação do *Mapa*, para que outros aparelhos privados de hegemonia pudessem acompanhar o desenvolvimento das ações a serem implementadas. Isto evidencia que o empresariado se propunha a dirigir os grupos sociais do RJ a partir da sua vontade coletiva, apresentando-a como a vontade de toda a sociedade fluminense e colocando-se como protagonista na proposição de políticas públicas para o estado:

É preciso fortalecer a união em torno de projetos que beneficiem uma maior parcela da população do Estado. O Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro servirá como um instrumento de conscientização da classe política - e muito especialmente da nossa bancada representante nas esferas estadual e federal - sobre as necessidades prementes para o desenvolvimento socioeconômico de todas as regiões, estimulando a apresentação de proposições legislativas que as tornem viáveis. Do mesmo modo, são previstas ações que favoreçam o melhor entrosamento dos nossos representantes entre

si e com a sociedade organizada, a fim de que seus pleitos se tornem ainda mais legítimos e fortalecidos (FIRJAN, 2006, p. 18).

Um dos objetivos desta integração com a sociedade política era garantir uma ampliação dos investimentos federais no Rio, em uma disputa interestadual pelo fundo público a partir dos interesses da burguesia local. Uma das ações previstas era o fortalecimento da Frente Pró-Rio³², de modo a ampliar a relação com o Congresso Nacional, a Assembleia Legislativa do estado e as Câmaras Municipais (FIRJAN, 2006, p. 19).

E quais eram, na concepção da Federação, os caminhos para o desenvolvimento sustentável? Diversos foram os objetivos e ações propostas pelo *Mapa*, tanto no sentido de propor projetos para a sociedade política como para orientar o próprio empresariado. Neste trabalho, centraremos nossa análise em três pontos, intimamente articulados: as propostas da FIRJAN para o Rio de Janeiro ampliar a sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho frente às determinações do bloco histórico neoliberal; as propostas da entidade para a configuração do Estado; e as propostas da entidade para o enfrentamento da “questão social”.

Em relação à economia do RJ, a FIRJAN adere ao projeto de inserção subordinada do Brasil no mercado mundial durante o bloco histórico neoliberal. A entidade indica que frente às condições contemporâneas de acumulação da economia mundial, caberia ao empresariado fluminense e ao governo do estado aproveitarem as janelas de oportunidades e se adaptarem às novas condições econômicas. Uma das propostas da entidade foi, inclusive, implementar uma cultura de mercado de capitais no empresariado fluminense, para que as empresas pudessem ter acesso a novas fontes de financiamento (FIRJAN, 2006, p. 64). Uma maior integração de capitais estrangeiros à dinâmica de acumulação capitalista fluminense não é vista como um problema pela entidade.

Assim, a FIRJAN reforça que caberia ao Rio de Janeiro apostar nas suas vocações para impulsionar o crescimento econômico e a geração de emprego e renda. Três segmentos são apontados como importantes eixos dinamizadores da acumulação no estado: a cadeia produtiva do petróleo e gás; o turismo de lazer e negócios; e os segmentos associados à chamada “indústria criativa”.

A cadeia de petróleo e gás recebe um enfoque privilegiado. A FIRJAN saúda a capacidade deste segmento de impulsionar outros setores da economia, em razão da sua

³² A Frente Pró-Rio consiste em uma frente construída por organizações da sociedade civil e representantes da sociedade política para propor medidas práticas para as políticas do estado. Agrega instituições de ensino, como o Cefet; entidades patronais, como a FIRJAN e a Associação de empresas de engenharia do Rio de Janeiro (Aerj); assessorias de deputados e representantes de instituições estatais (CLUBE DE ENGENHARIA, 2011).

extensão, destacando que a retomada da indústria naval no estado foi largamente possibilitada pela ampliação da atividade de extração petrolífera. Também ressalta os grandes investimentos recebidos pela construção do Comperj e como esta iniciativa contribuiria para agregar valor ao petróleo exportado. Neste sentido, a FIRJAN é enfática ao declarar que “promover o crescimento da cadeia produtiva de petróleo e gás é um objetivo estratégico. A dinâmica nacional dessa indústria gera oportunidades de negócios e emprego fabulosas, que precisam ser potencializadas e bem aproveitadas pelo Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2006, p. 86).

Nesse ponto, é interessante notar como o empresariado fluminense questiona, ainda que sutilmente, a sustentabilidade do ciclo de acumulação baseado na cadeia produtiva do petróleo a longo prazo, este compreendido como um recurso esgotável (FIRJAN, 2006, p. 20). Contudo, as críticas são pontuais e de pouco fôlego. A FIRJAN chega a propor que os recursos advindos dos *royalties* e participações especiais da exploração do petróleo sejam investidos prioritariamente na diversificação da estrutura produtiva dos municípios produtores. Ainda assim, não apresenta, de fato, um projeto concreto de alternativa.

O turismo de lazer e de negócios também é visto como uma das potencialidades do RJ, devido à “sua natureza exuberante e a diversidade de opções de entretenimento” (FIRJAN, 2006, p. 90). Citando um estudo encomendado pela própria FIRJAN e realizado através de uma parceria entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a entidade aponta que em 2001, o turismo teria representado o percentual de 3,3% do PIB do estado. Caberia ao empresariado e à sociedade política desenvolver políticas de estímulo à esta atividade econômica (FIRJAN, 2006, p. 89).

A “indústria criativa”, por sua vez, possuiria grande potencialidade para desenvolver seus segmentos-chave - audiovisual, moda, publicidade, artes, editorial e gráfica - no Rio, devido à vocação fluminense para cultura e entretenimento. “A rica herança cultural, a excelência da expressão artística, além da abundância de talentos individuais [...] são aspectos através dos quais esses países [em desenvolvimento] podem aumentar sua participação no comércio internacional” (FIRJAN, 2006, p. 93).

O desenvolvimento de ações com vistas a melhoria da logística no Rio de Janeiro, com o objetivo de facilitar a circulação de mercadorias, também foram propostas. O objetivo seria ampliar a inserção do estado na divisão nacional do trabalho. A melhoria do acesso aos portos é colocada como uma questão essencial e a FIRJAN propõe a recuperação de rodovias e a construção do Arco Rodoviário Metropolitano para facilitar o acesso ao Porto de Sepetiba (FIRJAN, 2006, p. 56). A avaliação é que o território do RJ seria estratégico para o padrão de reprodução do capital no Brasil, pela sua capacidade de escoar mercadorias pelo mar.

O projeto proposto pela FIRJAN mistifica as relações hierárquicas existentes entre economias que produzem e trocam mercadorias de distintas esferas da produção. Na visão da entidade, a solução para o desenvolvimento não seria uma ruptura com essa integração subordinada à divisão internacional do trabalho, mas sim apostar nos setores que seriam capazes de manter algum nível de competitividade na economia internacional: as nossas “vocações”.

Em relação ao Estado e ao enfrentamento da “questão social”, as propostas da FIRJAN se apresentam próximas à ideologia social-liberal. Segundo a Federação, a questão central do Estado seria a sua ineficiência e falta de ética. O diagnóstico é que a tributação realizada pelo Estado é muito elevada, sem uma contrapartida concreta para a população em termos de serviços públicos. O problema, neste sentido, seria a ineficiência na gestão dos recursos, e não a sua escassez em áreas como, por exemplo, a Saúde (FIRJAN, 2006, p. 20). Logo, caberia ao Estado promover desonerações fiscais, transferindo parte do fundo público para a iniciativa privada, como uma forma de propiciar um ambiente competitivo para atração de capitais.

Deste modo, ao invés da ampliação dos investimentos em políticas sociais para a materialização de direitos, a solução seria garantir uma gestão mais eficiente e transparente com os limitados recursos disponíveis, totalmente em consonância com a austeridade fiscal para os trabalhadores prevista no projeto neoliberal. Para além disso, a ideia do “Estado eficiente” escamoteia as relações de poder e os interesses de classe que perpassam as políticas estatais.

Neste sentido, a FIRJAN, em linhas gerais, programa as seguintes propostas para a configuração do Estado no Rio de Janeiro: 1) a redução da regulação do mercado pelo estado, a partir do lema da desburocratização; 2) a privatização de serviços públicos via parcerias público-privadas (PPP’s); 3) incentivar a atração de investimentos através de desonerações fiscais, principalmente nos setores vinculados à exportação; 4) retirar direitos através de contrarreformas nas legislações trabalhistas; 5) promoção de políticas sociais focalizadas para o enfrentamento da “questão social”, através de parcerias público-privadas. A proximidade com a ideologia-social liberal é forte:

No Brasil, a ideologia social-liberal gira em torno de três proposições políticas e analíticas: 1) o crescimento econômico, por si próprio, não traria a redução das desigualdades, havendo a necessidade de políticas públicas específicas e direcionadas para este problema; 2) os gastos sociais não seriam baixos, ao contrário: eles deveriam tornar-se mais eficientes com a melhora da alocação de recursos com sua focalização nos estratos sociais mais miseráveis; 3) propostas de desenvolvimento baseadas no investimento em capital humano, reformas tributárias, previdenciárias e trabalhistas e ampliação do microcrédito (CASTELO, 2013, p. 356).

A base utilizada pela Federação para argumentar em favor do enxugamento do Estado é um relatório do Banco Mundial, intitulado *Doing Business*. O relatório atesta que a burocracia estatal brasileira seria um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico do Brasil, por diminuir a sua competitividade no circuito global de investimentos financeiros.

Neste sentido, a entidade propõe um enxugamento do Estado e a adesão do RJ ao Programa Nacional de Gestão e Desburocratização (Gespública). A flexibilização de concessões de licenciamentos ambientais para atividades produtivas aparece como uma das preocupações fundamentais neste objetivo. Uma das ações propostas era a articulação junto à representantes do poder judiciário, como o Ministério Público, para que os processos de concessões sofram menos intervenções do Estado (FIRJAN, 2006, p. 25-7). A FIRJAN também busca disputar setores da pequena-burguesia para seu projeto, principalmente promovendo ações visando diminuir a burocracia estatal para pequenas empresas.

As parcerias público-privadas (PPP's) são consideradas pela FIRJAN como benéficas para o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro. A entidade propõe, então, a aprovação de uma lei estadual de Parcerias Público Privadas, de modo a regulamentar as PPP's no estado com a maior agilidade possível. A Federação defende ainda que seja garantida a participação do setor privado no Conselho Gestor a ser criado pela legislação (FIRJAN, 2006, p. 31).

Sobre os incentivos fiscais, a FIRJAN é enfática: “A elevada carga tributária é apontada pelos empresários como um dos mais importantes obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades e à competitividade do produto brasileiro” (FIRJAN, 2006, p. 32). Assim, caberia ao Estado a ampla promoção de incentivos fiscais setoriais, de acordo com as vocações de cada região do Rio de Janeiro, como forma de impulsionar a atração de investimentos e inserir o estado na “guerra fiscal” durante a era neoliberal. A entidade chega a propor a completa extinção do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais - FECPP, tendo em vista desonerar o capital da tributação recolhida para alimentar este Fundo.

Frente à nova divisão internacional do trabalho – que resultou na consolidação do padrão exportador de especialização produtiva no Brasil -, a preocupação com impulsionar as exportações no estado é central para a entidade. Neste sentido, a FIRJAN propõe desde a simplificação de procedimentos necessários para exportação até a promoção de ampla desoneração fiscal para atividades exportadoras (FIRJAN, 2006, p. 84-5).

Ampliar a superexploração da força de trabalho através da flexibilização das relações de trabalho e do enfraquecimento da organização sindical dos trabalhadores também estavam nas propostas da FIRJAN para impulsionar o desenvolvimento. Desta forma, a entidade propõe reformas trabalhista e sindical, a fim de diminuir o custo do trabalho para ampliar a

competitividade, utilizando-se do eufemismo da democratização das relações de trabalho (FIRJAN, 2006, p. 31). A entidade chega a mencionar a importância de uma reforma na previdência social, mas não propõe nenhuma ação nesse sentido. O objetivo é aprofundar o neoliberalismo e promover as condições para melhorar a inserção da economia fluminense na nova divisão internacional do trabalho:

Não resta dúvida de que a flexibilização das relações de trabalho, a racionalização da atuação fiscalizadora dos órgãos ambientais e a celeridade do processo de licenciamento ambiental são elementos fundamentais para ampliar a produtividade do setor industrial. Disso resultará o aperfeiçoamento do mercado interno e a maior inserção da indústria fluminense na economia internacional (FIRJAN, 2006, p. 29).

O enfrentamento da “questão social”, por sua vez, deveria se realizar com um duplo movimento: através de políticas sociais estatais focalizadas, com recursos reduzidos; e através da atuação do setor privado, seja via instituições sem fins lucrativos da sociedade civil, com ações de caráter filantrópico impulsionadas pela noção de responsabilidade social empresarial e por uma difusa noção de justiça social, seja via parcerias público-privadas, ambas promovendo o empresariamento das funções sociais do Estado.

Para além de forma de enfrentamento da “questão social”, a responsabilidade social empresarial é colocada como um fator de ampliação da competitividade da empresa e é tratado como investimento social privado. Segundo a FIRJAN, caberia ao Estado promover ações neste sentido através da oferta de incentivos fiscais para incentivar empresas a adotarem a responsabilidade social (FIRJAN, 2006, p. 74).

Uma das expressões da “questão social” eleitas como dignas de enfrentamento é o déficit educacional. Em relação à educação, a FIRJAN se orienta pela noção social-liberal de inclusão. Nesta concepção, o papel da educação seria oferecer aos indivíduos às competências necessárias para se inserir e competir com outros trabalhadores no mercado de trabalho, promovendo a equidade entre os sujeitos (CASTELO, 2013, p. 260). Uma das propostas da FIRJAN é justamente promover a cultura empreendedora no ambiente escolar, como forma de preparar as crianças e adolescentes para o mundo do trabalho flexibilizado (FIRJAN, 2006, p. 40).

O analfabetismo é eleito como um dos grandes inimigos a serem enfrentados para desenvolver o Rio, e o seu enfrentamento deveria se dar tanto através da educação pública como da educação privada. A FIRJAN propõe, neste sentido, a criação de um projeto de lei para facilitar a captação de recursos para educação pública e privada (FIRJAN, 2006, p. 40).

Entretanto, não é somente com a educação básica que a entidade se preocupa. Segundo a Federação, para poder se inserir no mercado de trabalho, o indivíduo necessitaria também de uma formação técnica e superior. A solução seria promover uma maior integração entre as empresas, as universidades e as escolas técnicas, através da criação de incubadoras de empresas nas instituições de ensino, “diretamente relacionadas às vocações e potencialidades regionais” (FIRJAN, 2006, p. 39). O empresariado, em uma disputa aberta pela função social das universidades, propõe o fomento de pesquisas relacionadas à temática do empreendedorismo, como meio de impulsionar a formação de empresários nas instituições de ensino superior (FIRJAN, 2006, p. 40).

Em relação ao déficit na saúde como expressão da “questão social”, a FIRJAN é explícita ao afirmar que o problema central não é a ausência de recursos, mas sim uma gestão ineficiente da política de saúde. Frente à austeridade fiscal, caberia promover um choque de gestão na gerência dos serviços públicos de saúde, de modo a ampliar a focalização dos serviços na Atenção Básica em detrimento de outros níveis de atenção à saúde (FIRJAN, 2006, p. 41-2). Ao mesmo tempo em que prega gastos reduzidos com o setor público, a entidade defende uma maior destinação do fundo público para o setor privado via isenção fiscal para importação de equipamentos de alta tecnologia para este setor (FIRJAN, 2006, p. 44).

Em relação à ausência de moradia adequada no estado do RJ, a FIRJAN propõe a ampliação e facilitação de concessões à empresas privadas para a construção de habitações populares, principalmente através dos recursos do FGTS (FIRJAN, 2006, p. 62). Trata-se de mais uma estratégia de utilização do fundo público para impulsionar a acumulação privada, através de parcerias público-privadas.

E quais foram os impactos da ação política da FIRJAN, enquanto um aparelho privado de hegemonia, para as políticas estatais? Segundo um balanço elaborado pela própria entidade, cerca de 74% das ações propostas pelo primeiro *Mapa* foram concluídas e/ou obtiveram avanços. Para além de ações como a construção do Arco Metropolitano em 2014, o fortalecimento da indústria criativa, concessões de rodovias para a iniciativa privada e a reestruturação do sistema de licenciamento ambiental, a entidade aponta como um dos principais ganhos do *Mapa* a promoção de incentivos fiscais:

Através de articulação política, influenciámos e garantimos a concessão de diversos incentivos fiscais para reduzir a carga tributária e contribuir com o aumento da competitividade da indústria. Os destaques dos últimos anos são as Leis Cabral (nº 5.636/2010) e Pezão (nº 6.979/2015), que concederam incentivos para diversos municípios e setores do estado (FIRJAN, 2015).

A partir do exposto, nos parece que a fração industrial da burguesia fluminense não foi portadora de um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo, antagônico ao projeto neoliberal hegemônico pelo capital financeiro. Pelo contrário: buscou adaptar-se às condições impostas pelo mercado mundial, procurando tocar seus negócios e obter lucros a despeito das consequências do neoliberalismo para as condições de vida da classe trabalhadora. Não houve, deste modo, uma recusa do projeto neoliberal, mas a adesão a ele como estratégia de acumulação capitalista.

Para além disso, muitas das ações propostas pela FIRJAN visavam a adoção de políticas econômicas por parte do Estado com o objetivo de fortalecer as bases para o novo padrão exportador de especialização produtiva que se consolidava no RJ. Conforme nos diz Jaime Osorio:

As tendências da reprodução do capital obedecem a modalidades que respondem aos projetos e interesses de alguma classe, fração ou setor das classes dominantes, primordialmente, bem como às alianças e acordos alcançados no bloco no poder e deste com as classes dominantes (OSORIO, 2019, p. 81).

Com isso, o autor ressalta os processos de disputa de hegemonia entre as frações das classes dominantes para a consolidação de um padrão de reprodução do capital, o que por sua vez requer o estabelecimento de diretrizes de política econômica para o Estado. Osorio destaca que o padrão exportador de especialização produtiva se apoia em medidas como: “Privatização de empresas, diminuição do aparato estatal, queda do emprego, menos investimento público, redução das tarifas alfandegárias, abertura ao comércio exterior, fomento par as exportações” (OSORIO, 2019, p. 82).

Neste sentido, concluímos que a FIRJAN, através do *Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro*, buscou consolidar uma vontade coletiva da burguesia fluminense, visando o aprofundamento do projeto neoliberal no RJ e da inserção subordinada do estado na divisão internacional do trabalho. Este objetivo estratégico foi conjugado com a promoção do enfrentamento à algumas expressões da “questão social” a partir da ideologia social-liberal, de modo a conter os conflitos de classe mais latentes diante de uma classe trabalhadora superexplorada, buscando ampliar o empresariamento das funções sociais do Estado.

4.3 O *Mapa do desenvolvimento de 2016-2025*: uma dose reforçada do remédio neoliberal para sanar a crise

No ano de 2016, após o golpe jurídico-parlamentar realizado pelas classes dominantes contra a ex-Presidenta Dilma Rousseff, há uma mudança na relação de forças no âmbito nacional e a burguesia, através do Estado, amplia brutalmente a ofensiva neoliberal contra os direitos da classe trabalhadora. A ideia é transferir para os trabalhadores o ônus da crise contemporânea do capitalismo. Neste sentido, uma agenda ultraliberal, promovendo a ampliação da austeridade fiscal, privatização de serviços públicos e desregulamentação das relações de trabalho substitui o social-liberalismo petista e passa a ser implementada em um ritmo cada vez mais intenso e acelerado. Sobre o golpe de 2016, analisa Mauro Iasi:

O caráter de classe da usurpação parece evidente. Trata-se de encontrar a forma adequada de impor, mais rápida e profundamente, os “ajustes” necessários ao bom andamento da acumulação de capitais, ao mesmo tempo em que se produz um acerto de contas político e ideológico que legitime perante a sociedade tais medidas, não pelo seu evidente caráter particular, mas por sua suposta universalidade: “salvar o Brasil” (IASI, 2017b, p. 398).

É nesta conjuntura que o Sistema FIRJAN lança a segunda edição do *Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro*, agora para o período de 2016-2025. A crise capitalista mundial, com impactos na economia brasileira e fluminense - provocando a crise do padrão exportador de especialização produtiva no estado, sumariamente tratada no primeiro capítulo - está na bússola da Federação. Apesar de não haver um diagnóstico de fôlego sobre a crise, a FIRJAN compreende que a nova conjuntura, com o governo de Michel Temer - que é visto com bons olhos pela entidade -, abre uma porta para avançar os ataques aos direitos da classe trabalhadora no Brasil e no Rio de Janeiro, sob a justificativa de retomar o crescimento econômico e superar a crise. Nas palavras do então Presidente do Sistema FIRJAN, Eduardo Gouvêa:

Exatamente quando a economia fluminense se encontra em crise e o Brasil está sob um novo governo, buscando também a retomada do crescimento econômico, o Sistema FIRJAN lança seu segundo Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, com ações para o período de 2016-2025 (FIRJAN, 2016, p. 4).

Neste sentido, a entidade torna-se mais enfática na proposição de medidas neoliberais para o Estado e para a economia fluminense, afastando-se da perspectiva social-liberal do primeiro *Mapa*. Nessa nova edição, também formulada a partir da mobilização de mais de mil empresários (FIRJAN, 2016, p. 9), o documento se divide em cinco temas: sistema tributário; mercado de trabalho; infraestrutura; gestão e políticas públicas; e gestão empresarial (FIRJAN, 2016, p. 13). O sentido do novo *Mapa* permanece o mesmo do anterior, ou seja, a proposição

de políticas públicas para o Estado restrito e a construção da hegemonia burguesa junto a outros aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil:

o Sistema FIRJAN atuará na elaboração de projetos, posicionamentos, desenvolvendo estudos e indicadores que possam conferir maior visibilidade às questões colocadas. Articulará de forma decisiva para que as propostas sejam efetivamente implantadas e, em alguns casos, poderá se associar a outras entidades representativas que possam somar forças e ampliar a capacidade de influência. O objetivo é nortear a tomada de decisão do poder público para que esteja alinhado com as necessidades da indústria (FIRJAN 2016, p. 10).

Os focos da FIRJAN nessa nova empreitada política são reduzir os custos com a força de trabalho através da retirada de direitos; dar continuidade e ampliar a política de isenções fiscais; aprofundar a privatização de serviços públicos; e ampliar a desregulamentação do Estado sobre o mercado. Estas seriam, em linhas gerais, as saídas programadas pela entidade para o Rio superar a sua crise. As novidades da edição de 2016-2025 são a proposição de agendas regionais para o Rio de Janeiro e um enfoque maior nas requisições da indústria (FIRJAN, 2016, p. 4).

Sobre a estrutura produtiva do RJ, a aposta ainda é no fortalecimento da cadeia produtiva do petróleo e gás (FIRJAN, 2016, p. 36). Sobre a configuração do Estado, a FIRJAN mantém o discurso de que a carga tributária no Rio de Janeiro permanece muito elevada para os empresários. Mesmo com a crise fiscal do Rio, em parte provocada pela política de isenções fiscais praticada pelos governos do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e aclamada pela entidade, a Federação permanece indicando a desoneração fiscal como caminho para o crescimento econômico no RJ. A FIRJAN, neste sentido, mantém a defesa da extinção do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Regionais (FECP). Continua também mantendo a defesa da plena eliminação da carga tributária sobre exportações de bens e serviços (FIRJAN, 2016, p. 16-8).

O remédio receitado pela FIRJAN para sanar as contas públicas é, na verdade, a austeridade para os trabalhadores. A entidade propõe que seja estabelecido tanto um sistema de metas para a dívida pública federal, com controle de gastos, como a redução com gastos obrigatórios, como direitos previdenciários e salários de funcionários públicos (FIRJAN, 2016, p. 20-21). Aprofundar a dosagem do remédio neoliberal seria a saída para a crise:

O tamanho excessivo do Estado e a má gestão dos orçamentos estão na base do ineficiente modelo de gestão pública do país. Novos aumentos da carga tributária há décadas são a solução para despesas que avançam a ritmo superior ao crescimento da economia. Há que se destacar, em especial, a excessiva rigidez orçamentária - tanto pelas vinculações das receitas como pelo elevado gasto com pessoal ativo e inativo - e a falta de visão de longo prazo na gestão das contas públicas (FIRJAN, 2016, p. 20).

A privatização de serviços públicos aparece como um dos pontos centrais do novo *Mapa*. Sobre esta questão, a entidade propõe a ampliação das parcerias público-privadas (PPPs) e a instauração de um programa federal e estadual de privatizações. A ideia, apresentada de forma aberta, é ampliar a participação da iniciativa privada em diversos setores da economia brasileira (FIRJAN, 2016, p. 42), buscando-se expandir as possibilidades de valorização do capital para contrarrestar a crise.

A entidade também projeta um ataque contra os direitos trabalhistas como caminho para a superação da crise. A avaliação da FIRJAN é que os custos com a força do trabalho seriam muito elevados. Seria preciso implementar uma reforma na legislação - considerada ultrapassada e engessada - para ampliar a flexibilização das relações de trabalho e aumentar as possibilidades de terceirização. A solução seria fortalecer a primazia da negociação entre capital e trabalho, em detrimento da legislação trabalhista. O objetivo, definido de maneira bastante explícita, seria a redução dos custos com o trabalhador. As propostas vão desde o estabelecimento de uma política de arrocho salarial, com a extinção da regra de reajuste anual do salário mínimo, até a redução do número de feriados estaduais (FIRJAN, 2016, p. 23-6).

No primeiro capítulo, apresentamos dados sustentando que a superexploração da força de trabalho, impedindo a reprodução do trabalhador em condições normais através de um atentado ao seu fundo de consumo e/ou fundo de vida, permaneceu vigente durante o padrão exportador de especialização produtiva no Rio de Janeiro, inclusive no seu auge, sendo uma tendência estrutural do capitalismo dependente. Frente à crise, a saída apresentada pela burguesia é aprofundar essa superexploração, com consequências drásticas para diversas expressões da “questão social”.

De modo a conter as convulsões sociais provocadas por essa ampliação da superexploração, a FIRJAN promove a ampliação da política de segurança pública militarizada. A proposta da entidade é fortalecer as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em diversas regiões do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2016, p. 48). José Paulo Netto (2017, p. 85-6) aponta que as UPPs são a expressão de uma ampliação da militarização da vida, como política de criminalização da pobreza e de extermínio da população pobre, majoritariamente negra. O aprofundamento da militarização da “questão social” aparece como a contraface da ampliação da superexploração da força de trabalho.

Neste sentido, é plenamente compreensível o apoio explícito e apologético da FIRJAN à intervenção federal no Rio de Janeiro realizada pelo governo Temer (FIRJAN, 2018, p. 22-3). Fica evidente como a burguesia aposta na ampliação do uso da força para a manutenção da

supremacia burguesa em tempos de crise. Já dizia Gramsci que o aparelho de repressão estatal era constituído para todo o conjunto da sociedade durante as crises de comando e de direção, nas crises orgânicas do capitalismo, quando o consenso espontâneo das massas desaparece (GRAMSCI, 2011, p. 208 - C12, §1).

Apresentamos, no primeiro capítulo, uma perspectiva que aposta em um novo projeto nacional de desenvolvimento, inferindo à uma burguesia industrial idealizada a função de encabeçar este projeto de ruptura com o neoliberalismo. O neoliberalismo é uma estratégia mundial da burguesia para superar a crise de 1970, fundamentada na reestruturação produtiva, num padrão de acumulação financeirizado, na desregulamentação financeira, no enfraquecimento político da classe trabalhadora etc. Ao analisarmos o projeto concreto da fração do capital no âmbito fluminense, ainda que em algumas questões pontuais possa divergir do projeto hegemônico de supremacia rentista, observamos que o seu fundamento é a adoção do neoliberalismo como perspectiva estratégica de acumulação.

Vladimir Lenin, em seu livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, aponta que a formação do capital financeiro monopolista é uma das principais determinações da fase imperialista do capitalismo, inaugurada no final do século XIX (LENIN, [1917] 2012, p. 123-4). Nos centros do capitalismo, a própria dinâmica de reprodução do capital teria provocado uma concentração e centralização de capitais, dando origem aos monopólios. Concomitantemente, o capital industrial teria se fundido com o capital bancário, resultando na constituição do capital financeiro.

Octavio Ianni, por sua vez, aponta que a ditadura civil-militar teria consolidado o capitalismo monopolista no Brasil, com hegemonia do capital financeiro: “O setor produtivo privado nacional, o setor produtivo estatal e o setor produtivo imperialista são largamente articulados pelo capital financeiro, desenvolvendo-se sob condições monopolistas” (IANNI, [1981] 2019, p. 87).

Neste sentido, para a compreensão da ação política da burguesia, nos parece pouco profícuo separar de maneira mecânica os interesses do setor industrial do capital dos interesses de um setor supostamente exclusivamente rentista, como se a manutenção do pagamento da dívida pública, a austeridade fiscal, a retirada de direitos da classe trabalhadora e uma política de subordinação aos centros imperialistas não estivessem nos interesses desses empresários do setor industrial brasileiro. Todavia, tal questão carece de um estudo mais aprofundado e detido.

A partir do exposto, concluimos que frente à crise contemporânea do modo de produção capitalista, a FIRJAN aponta como saída para a crise uma dosagem reforçada do remédio neoliberal. Para a retomada do crescimento, segundo a entidade, caberia ao Estado seguir na

promoção de desonerações fiscais – transferindo parcela do fundo público para o capital -, retirar direitos dos trabalhadores e privatizar serviços públicos.

5. CONCLUSÃO

Desde os anos 1980, com a ofensiva neoliberal, a América Latina - com particularidades em cada país – foi reposicionada na divisão internacional do trabalho, consolidando um novo padrão de reprodução do capital na região: o padrão exportador de especialização produtiva. A principal característica deste padrão é a especialização produtiva das economias em produtos primários ou secundários com baixa complexidade tecnológica no processo produtivo, sendo a produção voltada para a exportação.

Neste padrão de reprodução do capital, as tendências fundamentais do capitalismo dependente – a saber, a transferência de valor com intercâmbio desigual, a cisão no ciclo do capital e a superexploração da força de trabalho – manifestam-se sobre novas formas de configuração.

Como bem indica Jaime Osório (2019, p. 81-4), as determinações para a consolidação de um padrão de reprodução do capital não são puramente de natureza econômica, mas também política, envolvendo as relações de força entre as classes sociais em luta e as disputas pela hegemonia no Estado. Aqui, Gramsci nos é útil em razão da sua concepção de Estado. Para ele, o Estado é a expressão e instrumento de expansão do grupo social hegemônico e dominante que governa – com o uso da coerção e do consenso - a partir de determinada correlação de força entre os grupos sociais de uma formação econômico-social.

Para além disso, Gramsci amplia a noção de Estado ao incorporar na sua reflexão também os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, como sustentáculos da supremacia de um grupo e como instituições capazes de organizar esse grupo para disputar a hegemonia das diretrizes estatais. Nesta concepção, o Estado ampliado passa a ser compreendido como a relação orgânica entre sociedade política e sociedade civil. Cabe destacar que em uma formação econômico-social capitalista dependente, também se deve levar em conta as determinações econômicas e políticas externas ao país.

O padrão exportador de especialização produtiva no Rio de Janeiro começa a ascender na década de 1990, consolida-se nos anos 2000 – principalmente devido ao crescimento chinês – e atinge o seu auge nos anos 2010. Entretanto, Osório aponta que os “requerimentos em matéria de intervenção estatal e de políticas econômicas em cada um dos padrões de reprodução apresentam muitas diferenças” (OSÓRIO, 2019, p. 82). O papel do Estado concebido pelas classes dominantes sofre alterações com a crise do padrão industrial e a necessidade de se consolidar um novo padrão de reprodução. Daí, os paradigmas neoliberais de política econômica ganham força e passam a sustentar o padrão exportador de especialização produtiva.

Frente à esta conjuntura, a fração industrial das classes dominantes no Rio de Janeiro consolida uma vontade coletiva visando adequar as diretrizes do Estado conforme as novas necessidades da acumulação capitalista. Como uma burguesia geneticamente subordinada ao imperialismo, esses grupos sociais aceitam a posição subalterna do Brasil na divisão internacional do trabalho e buscam tocar seus negócios conforme as possibilidades do bloco histórico neoliberal.

Neste sentido, a FIRJAN, um histórico aparelho privado de hegemonia dos industriais no RJ, formulou um projeto para adequar a configuração do Estado e a estrutura produtiva fluminense às novas condições mundiais de acumulação capitalista, buscando ampliar a inserção do Rio no mercado mundial e fortalecer o projeto neoliberal. Deste modo, as principais preocupações da entidade foram promover políticas em consonância com o padrão exportador de especialização produtiva: diminuição da regulamentação estatal, isenções fiscais para atrair investimentos, fortalecimento das exportações, melhoria da logística com enfoque na escoação de mercadorias pelos portos do RJ etc.

Ao mesmo tempo, de modo a ampliar a legitimidade do seu projeto, a FIRJAN incorporou a “questão social” nas suas preocupações, promovendo políticas de cunho social-liberal para o seu enfrentamento: intervenções pontuais nas expressões mais gritantes da “questão social” através de iniciativas de filantropia empresarial, baseadas na concepção de responsabilidade social, e políticas sociais estatais focalizadas, com restrições orçamentárias, em respeito à austeridade fiscal neoliberal. Este projeto foi condensado no primeiro *Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro*, programando ações para incidir na sociedade política e orientar o empresariado para o período de 2006 até 2015.

Utilizando-se do *Mapa* – uma expressão da vontade coletiva da burguesia fluminense –, o empresariado foi capaz de incidir em algumas políticas estatais, aprofundando o padrão exportador de especialização produtiva e a dependência. A crise contemporânea do sistema capitalista, deflagrada em 2008 e que atinge o Brasil e o Rio de Janeiro em 2014, com o esgotamento do *boom* das *commodities* – dentre elas o petróleo, principal impulsionador do ciclo de acumulação no RJ durante o século XXI –, produz uma crise neste padrão, expressando-se numa crise fiscal do Estado e no agravamento de uma série de expressões da “questão social”.

Diante desta nova conjuntura - e fortalecida pela ofensiva ultraliberal burguesa de âmbito nacional, atingindo um novo patamar com o golpe de 2016 -, a FIRJAN lança um segundo *Mapa do desenvolvimento*, agora para o período de 2016-2025, afastando-se da ideologia social-liberal e aproximando-se do receituário-ideal do neoliberalismo. A privatização de serviços públicos, a redução da carga tributária, a ampliação da superexploração

da força de trabalho através da retirada de direitos da classe trabalhadora: todas essas pautas passam a ser promovidas pela entidade de maneira mais enfática.

Estudar a ação política das classes dominantes no Rio de Janeiro no bloco histórico neoliberal é fundamental para avançarmos na compreensão do Estado ampliado no RJ. Deste modo, podemos transcender a dimensão da aparência, ou aquilo que Jaime Osorio (2019, p. 36-7) chamou de Estado visível: as instituições estatais e os funcionários da sociedade política, de alto ou baixo escalão; para identificarmos a essência, o Estado invisível: as relações de poder político que atravessam o Estado, ou “a capacidade de alguns em levarem adiante seus projetos e interesses, em detrimento dos interesses e projetos de outras classes” (OSORIO, 2019, p. 27). Acreditamos que estudar os aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes e sua relação orgânica com a sociedade política é um caminho frutífero para apreender as formas de supremacia burguesa na formação econômico-social capitalista dependente brasileira, atentando sempre para as particularidades regionais.

6. REFERÊNCIAS

- ADAMS, Ricardo. **As condições de trabalho no setor petrolífero offshore**: uma revisão de literatura. XII Congresso nacional de excelência em gestão & III INOVARSE - Responsabilidade Social Aplicada. 29 e 30 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_194.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ARUTO, Pietro. **Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003 - 2016)**: uma análise em múltiplas dimensões espaciais. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.
- ARUTO, Pietro; GOMES JUNIOR, Evaldo. **Padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva e a produção social do espaço nas regiões brasileiras**. In: Revista Eletrônica Documento e Monumento, vol. 20 - N. 1. Cuiabá: UFTM-NDIHR - Dez/2016. p. 226-38. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/1682252-Revista-Eletronica-Documento-Monumento>>. Acesso em: 08 jul. 2019.
- BEHRING, Elaine. **A Dívida e o calvário do Fundo Público**. In: Revista Advir. n. 36, jul. 2017. Rio de Janeiro: Asduerj, 2017. p. 9-21.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BIANCHI, Alvaro. **Laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2018.
- CARCANHOLO, Marcelo. **Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora**. In: Aurora ano IV n. 6 - agosto de 2010. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/1%20CARCANHOLO.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- CARCANHOLO, Marcelo. Apresentação - sobre o caráter necessário do Livro III d'O Capital. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 13-18.
- CARNEIRO, Glauco; BELOCH, Israel; FAGUNDES, Laura Reis. **Sistema FIRJAN**: a história dos 170 anos da representação industrial no Rio de Janeiro, 1827-1997. Rio de Janeiro: Memória Brasil Projetos Culturais, 1997.
- CARONE, Edgard. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)**. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978.
- CASIMIRO, Flávio Henrique. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; LIMA, Ricardo de. A violência como potência econômica: da acumulação primitiva ao novo imperialismo. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2018. p. 265-92.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme. **A gênese da “questão social” fluminense (1850-1922) e as particularidades do capitalismo dependente no Brasil.** Encontro Nacional de Pesquisadoras/res em Serviço Social, XVI, 2018. Vitória – ES. *Anais...* Vitória: ABEPSS, 2018.

CEPERJ. **Análise dos aspectos sociais da qualidade de vida da população do estado do Rio de Janeiro:** relatório final. 2016. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/contadoria/relatoriosContabeis/relat_conta_gestao/2016/Volume%2006%20-%20Part%20I%20e%20II/2.%20INCISO%20VII%20-%20An%20alise%20dos%20aspectos%20sociais%20da%20qualidade%20de%20vida%20da%20popula%20%C3%A7%C3%A3o%20do%20ERJ.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Apropriação privada do fundo público por meio do gasto tributário no Estado do Rio de Janeiro.** In: Revista Advir. n. 36, jul. 2017. Rio de Janeiro: Asduerj, 2017. p. 9-21.

Clube de Engenharia. **Frente Pró-Rio estrutura agenda prática.** 2011. Disponível em: <<http://portalclubedeengenharia.org.br/2011/07/13/frente-pro-rio-estrutura-agenda-pratica/>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

COELHO, Eurelino. Estado ampliado, política apequenada. In: MATTOS, Marcelo Badaró. **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

COSTA, Edmilson. A crise mundial do capitalismo e as perspectivas dos trabalhadores. In: COSTA, Edmilson. **A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil.** São Paulo: ICP, 2013. p. 27-59.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CRUZ, José Luiz; TERRA, Denise Cunha; ALMEIDA, Érica. **(Des)integração periférica e espaços regionais globalizados.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBEROAMERICANA DE PESQUISADORES EM GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO. 14. *Anais...* Monterrey, México, 2016.

DIEESE. **Salário Mínimo Nominal e Necessário.** Dieese. 2019. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe.** 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita na Nova República**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

ELIZARDO, Marcelo. **Peção decreta situação de emergência na saúde do RJ**. G1. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/pecao-diz-que-vai-decretar-situacao-de-emergencia-na-saude-do-rj.html>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1884] 2012.

FIRJAN. **Representatividade empresarial para fortalecer a indústria**. [20--]. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/firjan/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

FIRJAN. **Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: 2006-2015**. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN/ DCO, 2006.

FIRJAN. **Decisão Rio 2010-2012**. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, 2010.

FIRJAN. **Decisão Rio 2012-2014**. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, 2012.

FIRJAN. **Legado para o estado do Rio: balanço 2006-2015**. 2015. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/o-sistema-firjan/mapa-do-desenvolvimento/mapa-2006-2015/default.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

FIRJAN. **Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025**. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2016.

FIRJAN. **Carta da indústria**. Ano XIX, 759, mar. 2018. Disponível em: <<http://publicacoes.firjan.org.br/carta/759//files/assets/common/downloads/publication.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: ESPJV/Editora UFRJ, 2010.

G1. **Há 3 anos, rompimento de barragem de Mariana causou maior desastre ambiental do país e matou 19 pessoas**. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/ha-3-anos-rompimento-de-barragem-de-mariana-causou-maior-desastre-ambiental-do-pais-e-matou-19-pessoas.ghtml>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, [1971] 2015.

GRAMSCI, Antonio. O conceito de intelectual. A escola unitária. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 202-20.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 1: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 5: o *Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. São Paulo: Editora Ática, 1982.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40. ed. São Paulo: Cortez, [1982] 2014.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, [1981] 2019.

IASI, Mauro. A comuna de Paris e o Estado: a forma enfim encontrada. In: IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017. p. 147-73.

IASI, Mauro. O usurpador e o caminho da usurpação. In: IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017. p. 397-403.

JUSTUS, Paulo. **Brasil é a sexta maior economia do mundo**. O Globo. 2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-a-sexta-maior-economia-do-mundo-4233033>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, [1917] 2012.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LOBO, Eulália. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LUCE, Mathias. **A economia política do subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: uma história conceitual. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho de 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300921521_ARQUIVO_MathiasLuceArtigoAnpuhFinal.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

LUCE, Mathias. **Brasil**: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? In : Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan/abr. 2013. p. 169-90.

LUCE, Mathias. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias - uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2011. p. 131-72.

MARTINS, Raphael. **UERJ, o símbolo da crise sem fim do Rio**. Exame. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/uerj-o-simbolo-da-crise-sem-fim-do-rio/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MARX, Karl. 1. Ad Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, [1845] 2007. p. 533-5.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1859] 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, [1867] 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, [1848] 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo: breve síntese em lugar de uma introdução. In: MATTOS, Marcelo Badaró. **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

MENDONÇA, Sonia Regina. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica**. In: Marx e o Marxismo. v.2, n.2, jan/jul 2014. p. 27-43.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas**. 3. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, [1959] 1981.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, [1992] 2011.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. In: BRAZ, Marcelo (org.). **José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso**. São Paulo: Cortez, 2017.

OLIVEIRA, Floriano José. **Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva - estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 103-39.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PASSARINHO, Sandra. **Rio de Janeiro decreta estado de calamidade pública**. G1. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/06/rio-de-janeiro-decreta-estado-de-calamidade-publica-financeira.html>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

PEREIRA, Lia; MACIEL, Diego. O papel do comércio exterior na economia do estado do Rio de Janeiro. In: SANTOS, Angela; MARAFON, Glaucio; SANT'ANNA, Maria Josefina. **Rio de Janeiro: um território em mutação**. Rio de Janeiro: Gramma/FAPERJ, 2012.

PDT. **Diretrizes para uma estratégia nacional de desenvolvimento para o Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://eleicoes.poder360.com.br/media/planos/ciro-gomes.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

PDT. **“Quero unir o Brasil que produz com o Brasil que trabalha”, diz Ciro Gomes**. 2018. Disponível em: <<https://www.pdt.org.br/index.php/quero-unir-o-brasil-que-produz-com-o-brasil-que-trabalha-diz-ciro-gomes/>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

PINHEIRO, Milton. Prefácio. In: COSTA, Edmilson. **A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil**. São Paulo: ICP, 2013. p. 13-24.

PITOMBO, João Pedro. **Pela 1ª vez, Vale é condenada por rompimento de barragem em Brumadinho**. Folha. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/pela-1a-vez-vale-e-condenada-por-rompimento-de-barragem-em-brumadinho.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, [1942] 2011.

SILVA, Robson Dias da. **Território e desenvolvimento: as raízes da centralidade do Rio de Janeiro na economia nacional**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 40, julho-dezembro de 2007, p. 91-113.

SILVA, Robson Dias da. **Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro (1990-2008)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

SILVA, Robson Dias da. *Royalties* e desenvolvimento regional: uma reflexão sobre os desafios do Rio de Janeiro. In: NETO, Aristides; CASTRO, César; BRANDÃO, Carlos (orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 347-66.

SOBRAL, Bruno. A evidência da Estrutura Produtiva Oca: o estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional. In: NETO, Aristides; CASTRO, César;

BRANDÃO, Carlos (orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 397-426.

SOBRAL, Bruno. **Crise no Estado do Rio de Janeiro: diagnósticos e perspectivas**. In: Revista Econômica - Niterói, v. 19, n. 1, p. 7-34, junho 2017.

SUPPA, Silvio. Oriente-Occidente. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 591-4.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VEJA. **Samarco é a décima maior exportadora do país**. 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/samarco-e-a-decima-maior-exportadora-do-pais/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

VIEIRA, Nívea. **A Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Porto: definição e redefinição de políticas públicas para o porto do Rio de Janeiro (1869-1934)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2014.

WWF. **Relatório sobre soja destaca ameaças e soluções para o meio ambiente**. 2011. Disponível em <<https://www.wwf.org.br/?28742/Relatorio-sobre-soja->>. Acesso em: 20 jul. 2019.